

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE  
– PPGPCS

NARRATIVAS SOBRE A PESCA ARTESANAL NA ILHA DO MORRO DO AMARAL,  
JOINVILLE, SC

JOINVILLE  
MAIO 2021

FABIO MOREIRA

NARRATIVAS SOBRE A PESCA ARTESANAL NA ILHA DO MORRO DO AMARAL,  
JOINVILLE, SC

Dissertação de mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade na Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE.

Orientadora: Profa. Dra. Mariluci Neis Carelli

Coorientadora: Profa. Dra. Dione da Rocha Bandeira

JOINVILLE

MAIO 2021

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

M838n Moreira, Fabio  
Narrativas sobre a pesca artesanal na ilha do Morro do Amaral, Joinville, SC /  
Fabio Moreira; orientadora Dra. Mariluci Neis Carelli; coorientador Dra. Dione da  
Rocha Bandeira. – Joinville: UNIVILLE, 2021.

214 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural – Universidade da Região de  
Joinville)

1. Pesca artesanal – Joinville (SC). 2. Patrimônio cultural – Santa Catarina.  
3. Reservas naturais – Joinville (SC). 4. Fotografia. I. Carelli, Mariluci Neis  
(orient.). II. Bandeira, Dione da Rocha (coorient.). III. Título.

CDD 363.69

## Termo de Aprovação

“Narrativas sobre a Pesca Artesanal na Ilha do Morro do Amaral, Joinville, SC”

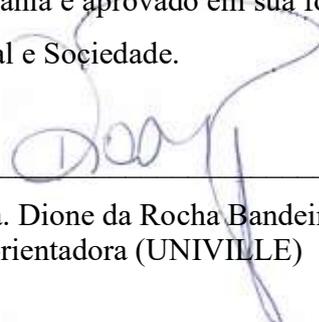
por

Fabio Moreira

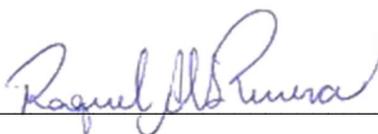
Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, área de concentração Patrimônio Cultural, Identidade e Cidadania e aprovado em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade.



Prof. Dra. Mariluci Neis Carelli  
Orientadora (UNIVILLE)

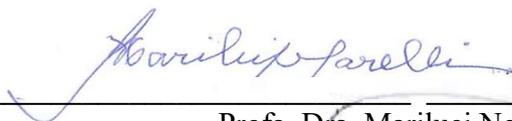


Prof. Dra. Dione da Rocha Bandeira  
Coorientadora (UNIVILLE)

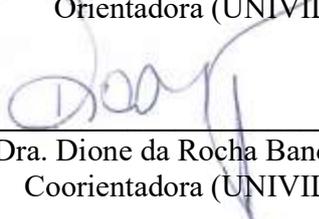


Prof. Dra. Raquel Alvarenga Sena Venera  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade

### Banca Examinadora:



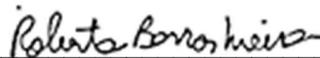
Prof. Dra. Mariluci Neis Carelli  
Orientadora (UNIVILLE)



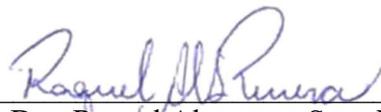
Prof. Dra. Dione da Rocha Bandeira  
Coorientadora (UNIVILLE)



Prof. Dra. Cleusa Maria Gomes Graebin  
(UNILASALLE)



Prof. Dra. Roberta Baños Meira  
(UNIVILLE)



Prof. Dra. Raquel Alvarenga Sena Venera  
(UNIVILLE)

Joinville, 26 de maio de 2021.

## AGRADECIMENTOS

Acredito que nada do que se conquista na vida é fruto único e exclusivo do esforço e da dedicação individual. Acredito que nossas conquistas só são possíveis porque, direta ou indiretamente, várias pessoas contribuem para isso. Boa parte dessas pessoas nós sequer conhecemos. São trabalhadores e trabalhadoras que, dia após dia, estão nas fábricas e nos campos, nas grandes e pequenas cidades, trabalhando dia e noite. Sem o trabalho desses homens e mulheres, a realização desta pesquisa não seria possível. Reconheço que sou um privilegiado. Espero que eu consiga, de alguma maneira, retribuir à sociedade a oportunidade que eu tive.

Outras pessoas, no entanto, são mais próximas da gente. Elas nos conhecem e nós a conhecemos, e eu não poderia deixar de fazer um agradecimento especial a todas essas pessoas.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus pais, Anselmo Moreira e Rosângela Gorette Junckes Moreira, sem os quais nada disso seria possível. Não existem palavras para explicar o quanto eu sou grato a vocês.

Um agradecimento especial, também, à minha orientadora Profa. Dra. Mariluci Neis Carelli, e a minha coorientadora Profa. Dra. Dione da Rocha Bandeira, com as quais aprendi a fazer pesquisa e a ser pesquisador.

Agradecer também a banca examinadora: Profa. Dra. Raquel Alvarenga Sena Venera, Profa. Dra. Roberta Barros Meira e Profa. Dra. Cleusa Maria Gomes Graebin pelas importantes contribuições.

Quero agradecer a todas as professoras, professores e colegas do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville - Univille. Aprendi muito com cada um de vocês.

Agradecimento especial a Profa. Karla Pfeiffer por todo o apoio que tem me dado ao longo de todos esses anos, 2020 principalmente. Serei eternamente grato.

Aos familiares, amigos e colegas que sempre me perguntavam sobre minha pesquisa e me deram palavras de incentivo e motivação.

À Universidade da Região de Joinville (Univille), universidade na qual me graduei e da qual hoje faço parte, e que me possibilitou a realização deste trabalho por meio da disponibilização de bolsa de Pós-Graduação e de fomento pelo Fundo de Apoio à Pesquisa.

E, por fim, quero agradecer toda a comunidade do Morro do Amaral, em especial aqueles que me acolheram e me receberam em suas casas, e que compartilharam um pouco da sua história e sabedoria comigo. Espero que este trabalho consiga, de alguma maneira, contribuir para a melhoria da qualidade de vida, e para manter viva a cultura da pesca artesanal na Ilha do Morro do Amaral.

## RESUMO

Essa dissertação tem como objetivo discutir e registrar as narrativas sobre os saberes e as práticas dos pescadores artesanais moradores da Ilha do Morro do Amaral, uma ilha localizada no município de Joinville/SC. A Ilha do Morro do Amaral é considerada, desde 2012, uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável- RDSIMA. Nesta pesquisa foram realizadas, além da pesquisa bibliográfica: a) pesquisa documental, b) entrevistas orais e c) ensaio fotográfico. Esta dissertação está organizada em três capítulos, os quais foram escritos em forma de artigo. O primeiro capítulo trata pesquisa bibliográfica e documental com o objetivo de compreender melhor a história da região. O segundo capítulo, realizado por meio do ensaio fotográfico e do relato da saída de campo com duas pescadoras do Morro do Amaral, é dedicado ao registro da prática da coleta de mariscos. No terceiro capítulo trazemos uma discussão sobre os desafios e os dilemas envolvidos na proteção do patrimônio natural e cultural na RDS da Ilha do Morro do Amaral, com especial atenção à pesca artesanal. A metodologia escolhida foi a história oral temática, realizada com 10 moradores da Ilha que trabalham com a pesca ou que convivem com pescadores. Destas entrevistas, 9 delas foram transcritas, ao todo foram recolhidas 16h de gravações, que renderam aproximadamente 600 páginas de transcrição. A análise do material permitiu uma melhor compreensão das motivações para a criação do Parque Municipal Ilha do Morro do Amaral - PMIMA em 1989 e sua recategorização para RDS em 2012; da relação dos moradores com a RDSIMA e as leis ambientais; a visão dos moradores sobre a diminuição do rendimento da pesca e sobre os projetos de construção de novos empreendimentos portuários na Baía Babitonga.

**Palavras-chave:** Patrimônio Cultural, Patrimônio Natural, Populações Tradicionais, Pescadores Artesanais, Unidades de Conservação, Brasil, Santa Catarina, Joinville.

## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	<b>4</b>
<b>RESUMO</b> .....	<b>6</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>1 ENTRE NATUREZA E CULTURA: A ILHA DO MORRO DO AMARAL, EM JOINVILLE (SC): UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A DISCUSSÃO DE SUA HISTÓRIA</b> .....	<b>18</b>
1 A Ilha do Morro do Amaral nos documentos .....	22
2 Sobre a denominação “Morro do Amaral” e a localidade “Riacho Saguazu” .....	27
3 O Morro do Amaral na década de 1970 .....	30
4. A construção do acesso terrestre a Ilha do Morro do Amaral, o turismo, o problema da questão fundiária e a criação do Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral .....	33
5. O processo de recategorização: a Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Ilha do Morro do Amaral.....	39
<b>2 NARRATIVA VISUAL DA PESCA DO MARISCO NO MORRO DO AMARAL EM JOINVILLE, SC</b> .....	<b>50</b>
1 A coleta do marisco .....	55
<b>3 OS DESAFIOS E OS DILEMAS DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ILHA DO MORRO DO AMARAL</b> .....	<b>106</b>
1. A RDS da Ilha do Morro do Amaral pelo olhar dos moradores.....	122
1.1. A criação do Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral .....	125
1.2. A recategorização do Parque Municipal Ilha do Morro do Amaral para Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ilha do Morro do Amaral .....	126
1.3 Como é viver em uma Unidade de Conservação? .....	128
2 O futuro da pesca artesanal .....	132
2.1 A diminuição no rendimento da pesca e os pescadores ocasionais .....	133
2.2 Sobre projetos de construção de portos e estaleiro dentro da Baía Babitonga. ....	142
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>154</b>
<b>REFERÊNCIAS GERAIS</b> .....	<b>163</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>171</b>

## INTRODUÇÃO

A Ilha do Morro do Amaral, localizada no município de Joinville, Santa Catarina, possui uma área de aproximadamente 3.357.775,00m<sup>2</sup> e apresenta três ecossistemas: o manguezal, a Floresta Ombrófila Densa e o ecossistema lagunar da Lagoa do Saguacu (SOUZA, 2011). Tal situação faz da Ilha do Morro do Amaral um local privilegiado, rico em biodiversidade e muito importante para o equilíbrio ambiental da região da Baía Babitonga (SOUZA, 2011).

Figura 1 – A Ilha do Morro do Amaral na Baía Babitonga



Fonte: Google Imagens, 2021, adaptado pelo autor.

Levando em consideração a necessidade de preservar tanto a biodiversidade local como a notável beleza cênica da região, em 11 de agosto de 1989 foi criado, por meio do Decreto nº 6.182, o Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral (PMIMA). O Parque, porém, foi criado em uma área que já era habitada há muitos anos por uma tradicional comunidade de pescadores artesanais. De acordo com diagnóstico realizado pela Fundação Municipal do Meio Ambiente de Joinville (FUNDEMA):

A criação de um Parque Municipal em uma área anteriormente habitada, como é o caso da Ilha do Morro do Amaral, apresenta sérios problemas para a comunidade que nela vive, pois inviabiliza a sua permanência no local e seu desenvolvimento socioeconômico. (SOUZA, 2011).

Devido a esses problemas (restrições para a construção de novas moradias e obras de infraestrutura, dificuldade de acesso a luz e água encanada etc.), entre 2007 e 2011, a FUNDEMA passou a realizar uma série de estudos na região. Durante esse período realizou-se o tombamento da Igreja Senhor Bom Jesus como patrimônio histórico municipal, em 2009, além de várias oficinas e reuniões junto à comunidade (KELLER, 2012). Ao final dos estudos, a FUNDEMA, em parceria com os moradores, apresentou um projeto de lei à Câmara de Vereadores de Joinville, propondo a recategorização do Parque para Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Ilha do Morro do Amaral - RSDIMA.

O projeto foi aprovado em 3 de abril de 2012, e, em 12 de abril do mesmo ano, após ser sancionada pelo prefeito, a Lei nº 7.208 foi publicada no Jornal do Município. Com a recategorização, abriu-se a perspectiva de que alguns dos antigos problemas enfrentados pela comunidade poderiam ser resolvidos, bem como algumas das demandas da comunidade pudessem ser atendidas. Esperavam, por exemplo, conseguir realizar a regularização fundiária e o acesso a serviços públicos (KELLER, 2012), bem como a realização de investimentos em infraestrutura local pela Prefeitura de Joinville, o que poderia aumentar do fluxo de turistas na região e, conseqüentemente, melhorar a renda dos pescadores (PROJETO, 2011). Os planos, no entanto, não se concretizaram, entre eles a realização do Plano de Manejo<sup>1</sup> da RDSIMA, um dos documentos mais importantes da Unidade de Conservação – UC, nem tampouco a questão fundiária foi resolvida.

A comunidade do Morro do Amaral é o sujeito e o objeto desta pesquisa. Esta comunidade, uma das mais antigas do município de Joinville, já habitava a Ilha antes da chegada dos imigrantes germânicos em 1851, considerados os fundadores da cidade de Joinville. A comunidade apresenta características culturais próprias, diferente daquelas de origem germânica (BERTOLI, 2009 apud SOUZA, 2011). A pesca sempre foi a principal atividade econômica da comunidade e atualmente cerca de 50 famílias ainda encontram na pesca sua principal fonte de renda (QUARINIRI, 2017).

---

<sup>1</sup> De acordo com a Lei nº 9.985/2000, o Plano de Manejo é o “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade” (BRASIL, 2000, Art. 2, XVIII)

Até a década de 1970 esta comunidade se mantinha praticamente isolada. Como a única forma de acessar o local era por meio de canoa a remo, o contato da comunidade com o restante do município era mínimo. Se por um lado isso dificultava bastante a vida dos moradores da Ilha, por outro contribuiu para manter viva a cultura e as tradições da comunidade (SOUZA, 2011). A abertura da estrada e a construção da ponte ligando a Ilha à Joinville, via continente, em 1976, não apenas facilitou o acesso dos moradores à cidade, como permitiu que muitos moradores fossem introduzidos no mercado de trabalho, os quais passaram a integrar o quadro de funcionários das fábricas da cidade justamente em um momento em que Joinville vivia um intenso processo de industrialização (SOUZA, 2011).

Figura 2. A Ilha do Morro do Amaral vista a partir da Baía Babitonga.



Fonte: acervo de Fabio Moreira, janeiro de 2021.

Esse intenso processo de industrialização, pelo qual passava o município de Joinville, atraiu grande quantidade de pessoas, principalmente do interior dos estados de Santa Catarina e Paraná que, incentivados pelo poder público e pelas indústrias da região, chegavam em Joinville em busca de emprego nas fábricas da cidade. Como consequência desse processo houve impacto sobre o meio ambiente, sobre os rios e áreas verdes da cidade, em especial as áreas de mangue, já que muitos desses

migrantes construíram suas moradias em áreas de manguezais de propriedade da Marinha, cujos terrenos eram vendidos de modo ilegal (ZERGE, 2017).

A situação na Ilha do Morro do Amaral, como veremos, foi um pouco diferente. Entretanto, a preocupação com a preservação da natureza certamente foi uma das grandes motivações da criação do PMIMA em 1989. A sua criação, porém, gerou algumas dificuldades para a tradicional comunidade de pescadores que ali vivia; processo, aliás, semelhante ao que acontecia em outras partes do mundo e do Brasil. Como explica Antônio Carlos Diegues logo na introdução do livro denominado *O mito da natureza intocada*, a concepção de áreas naturais protegidas provinha do século XIX, tendo sido criada nos Estados Unidos, sendo posteriormente transposta para os países do chamado Terceiro Mundo (2008). O objetivo dos criadores dessa concepção de áreas preservadas era proteger a *vida selvagem (wilderness)* da destruição pela civilização urbano-industrial. Acreditava-se que, mesmo se a natureza fosse totalmente transformada, ainda seria possível preservar “pedaços do *mundo natural* em seu estado primitivo, anterior à intervenção humana” (DIEGUES, 2008, p.17). Segundo essa concepção, a única forma de proteger a natureza era afastando-a do homem, a ideia era que estes espaços fossem dedicados unicamente à admiração e reverência à natureza, ou tornando-os espaços de refúgio para o homem urbano, onde este poderia renovar suas energias, gastas na rotina estressante das cidades (DIEGUES, 2008). A consequência dessa concepção, com relação a áreas naturais protegidas, foi a expulsão de vários povos tradicionais de suas terras, o que acabou gerando conflitos das mais diversas ordens e que, em alguns casos, até hoje permanecem sem solução (BRITO, 2000).

Na década de 1960, e principalmente na década de 1970, essas tensões começaram a chamar à atenção da comunidade internacional. Um exemplo disso foi o lançamento, em 1971, do programa *Man and the Biosphere* (MAB) da UNESCO, “cujos objetivos eram os de encorajar o desenvolvimento com equilíbrio, nas relações entre o homem e o seu ambiente” (BRITO, 2000, p. 29). Com as reservas da biosfera, a ocupação humana no interior das áreas naturais protegidas começava a se tornar uma realidade (BRITO, 2000). A partir daí essas populações passam a ser vistas como amostras de gestão harmoniosa do meio ambiente. Outros exemplos dessa preocupação foi a incorporação do princípio do zoneamento durante a 11ª Assembleia Geral da União Internacional para Conservação da Natureza, realizada em 1972 em Nova Delhi, Índia; a recomendação do manejo das áreas naturais protegidas em

conjunto com seus habitantes originais, surgida durante o III Congresso Mundial de Parques, realizado em Bali, Indonésia, em 1982; e as discussões que ocorreram durante o IV Congresso Mundial de Parques, realizado em Caracas, na Venezuela, em 1992 (BRITO, 2000).

Em 1992 seria realizada, no Rio de Janeiro, a II Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (também conhecida como Rio 92, Eco-92, Cúpula da Terra, Conferência do Rio de Janeiro ou Cimeira de Verão). A conferência elaborou a *Declaração Sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento* contendo 27 princípios visando o desenvolvimento progressivo do direito internacional no campo do desenvolvimento sustentável. Desta declaração, destacamos o princípio 22:

As populações indígenas e suas comunidades, bem como outras comunidades locais, têm papel fundamental na gestão do meio-ambiente e no desenvolvimento, em virtude de seus conhecimentos e práticas tradicionais. Os Estados devem reconhecer e apoiar de forma apropriada a identidade, cultura e interesses dessas populações e comunidades, bem como habilitá-las a participar efetivamente da promoção do desenvolvimento sustentável (DECLARAÇÃO, 1992, web).

No entanto, no Brasil, quando o projeto de lei nº 2.892<sup>2</sup> foi encaminhado ao Congresso Nacional em 1992, logo se percebeu a ausência de novas categorias de manejo que valorizassem “uma relação mais harmoniosa entre as comunidades locais de moradores, dentro e fora das unidades” (DIEGUES, 1994, p.109 apud BRITO, 2000, p.70). Essa ausência gerou muitas controvérsias entre os especialistas e a discussão se arrastou por longos anos. Mas as críticas surtiram efeito, pois além de objetivar a conservação da natureza, a Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Conservação da Natureza (SNUC), trouxe como um dos seus objetivos a proteção<sup>3</sup> dos “recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.” (BRASIL, 2000, Art. 4º, XIII).

Nesse sentido, a Lei nº 9.985/2000 criou dois grupos de Unidades de Conservação: as Unidades de Proteção Integral e as Unidade de Uso Sustentável. O grupo das Unidades de Proteção Integral, dividido em cinco categorias, tem como

<sup>2</sup> O PL nº 2.892/92 visava regulamentar o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, e instituir o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, além de dar outras providências.

<sup>3</sup> Conforme concepção de conservação/preservação em MEIRA, Roberta Barros; CARELLI, Mariluci Neis. Árvores de boa semente: silvicultura, preservação da natureza e agricultura na Primeira República. Antíteses, Londrina, v. 8, n. 16, jul-dic, 2015, p. 227-251.

objetivo básico a preservação da natureza, admitindo-se apenas o uso indireto dos seus recursos naturais (pesquisa científica, educação ambiental, visitação pública etc.). Já o grupo das Unidades de Uso Sustentável visa compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais. Esse grupo é dividido em sete categorias, cada uma delas com suas próprias características.

As Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) são um tipo de unidade de conservação de uso sustentável, e de acordo com a Lei nº 9.985/2000 são definidas como:

uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica. (BRASIL, 2000, Art. 20).

As Reservas de Desenvolvimento Sustentáveis têm como objetivo básico:

preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações. (BRASIL, 2000, Art. 20 § 1º)

No caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ilha do Morro do Amaral (RDSIMA), entre seus objetivos estão:

I – preservar a natureza, garantindo a proteção de remanescente da mata atlântica, floresta ombrófila densa e seus ecossistemas associados, manguezal e lagunar (Lagoa Saguçu);  
 II - proteger a fauna e a flora silvestre;  
 III - assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida à população local, integrando os moradores no processo de desenvolvimento municipal, com incentivo ao acesso aos projetos sociais e à infraestrutura básica;  
 [...]  
 VI - preservar e valorizar a cultura, história e tradições locais;  
 [...]  
 VIII - garantir a exploração sustentável dos recursos naturais das populações tradicionais;  
 IX – **valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente**, desenvolvido pelas populações tradicionais. (JOINVILLE, 2012, Art. 1, grifos nossos).

Como pudemos ver, ao longo dos últimos anos, os acadêmicos, as organizações internacionais e a legislação federal passaram a reconhecer, cada vez mais, a importância das populações tradicionais para a proteção e conservação da natureza e para a manutenção da diversidade biológica. Ao mesmo tempo, a proteção e conservação da natureza é de fundamental importância para garantir a qualidade de vida e a manutenção da cultura das comunidades tradicionais. Um exemplo disso é a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que tem como seu principal objetivo a promoção do

desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições. (BRASIL, 2007, Art. 2)

A proteção das populações tradicionais e de sua cultura é de fundamental importância para as estratégias visando o desenvolvimento sustentável. A UNESCO, na Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural, afirma que “a diversidade cultural é tão necessária para o gênero humano como a diversidade biológica o é para a natureza” (UNESCO, 2002, Art. 1). Essa diversidade faz parte do patrimônio comum da humanidade e deve “ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras”. Segundo a UNESCO, a diversidade cultural “é **uma das origens do desenvolvimento**, entendido não apenas em termos de crescimento econômico, mas também como meio de acesso a uma existência intelectual, afetiva, moral e espiritual satisfatória.” (UNESCO, 2002, Art. 3, grifos nossos).

Por fim, vale destacar que, um dos 17 Objetivos Para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU é justamente a conservação e a promoção do uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável (ODS 14). Para que este objetivo possa ser alcançado foram estabelecidas 7 metas, das quais a sétima visa, até 2030,

aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2021)

Para que essa meta possa ser atingida, é fundamental que se proporcione “o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados” (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2021).

É nesse contexto que se insere esta pesquisa, que tem como **objetivo geral discutir e registrar as narrativas sobre as práticas e os saberes dos pescadores artesanais moradores da Ilha do Morro do Amaral**<sup>4</sup>. Para isso, foram realizadas pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, entrevistas orais e ensaio fotográfico.

Figura 3. A pesca do camarão realizada pelos pescadores artesanais da Ilha do Morro do Amaral na Baía Babitonga.



Fonte: Arquivo Fabio Moreira, fevereiro 2021.

Registrar as narrativas sobre os saberes e as práticas culturais da comunidade do Morro do Amaral se justifica por vários motivos. Por exemplo: a) esses registros poderão contribuir para um melhor conhecimento da cultura dos pescadores do Morro do Amaral, seus saberes e suas práticas culturais; b) esse conhecimento, por sua vez, poderá constituir um importante elemento na elaboração e no aperfeiçoamento das medidas de proteção da natureza; c) além disso, esses registros poderão contribuir

---

<sup>4</sup> O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos da Univille.

para a valorização da história e da cultura da comunidade do Morro do Amaral e da pesca artesanal.

Porém, o registro desses conhecimentos e dessas práticas não garante sua proteção. Por isso, esta pesquisa se propõe, também, a problematizar os desafios e os dilemas que se colocam diante das tentativas de proteção desta cultura. O que tem sido feito para manter vivo esse conhecimento e essas práticas artesanais da pesca? A RDS melhorou a vida dos moradores do Morro do Amaral? De que modo a RDS contribui para a manutenção desta cultura e para a melhoria da qualidade de vida destas pessoas?

A dissertação é composta de três capítulos, dos quais dois foram escritos em forma de artigos e um em forma de ensaio fotográfico. No primeiro capítulo, intitulado “Entre natureza e cultura: a Ilha do Morro do Amaral, em Joinville (SC): uma contribuição para a discussão de sua história” nos propusemos a levantar, com base em fontes documentais e bibliográficas, algumas informações sobre a trajetória histórica da Ilha do Morro do Amaral. A pesquisa bibliográfica concentrou-se na análise de matérias jornalísticas publicadas na imprensa regional dedicadas ao Morro do Amaral. Além das matérias, também analisamos alguns documentos, como o Mapa de Demarcação das Terras Dotais da Princesa Dona Francisca Carolina, datado de 1846; a obra de Corrêa e Rosa intitulada *Bairros de Joinville*, publicada pelo Arquivo Histórico Municipal de Joinville; o diagnóstico de recategorização do Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral, realizado pela Fundação Municipal do Meio Ambiente de Joinville (FUNDEMA) em 2011; e o processo administrativo de tombamento da Igreja Senhor Bom Jesus, de 2009.

O segundo capítulo, intitulado “Narrativa visual da pesca do marisco no Morro do Amaral em Joinville, SC” e elaborado em forma de fotográfico, teve o objetivo principal de registrar, por meio de fotografias, a prática da pesca do marisco realizada pelas pescadoras que residem na Ilha do Morro do Amaral. Para isso, em uma manhã de janeiro, acompanhei as pescadoras Teresa e Luciana<sup>5</sup>, nascidas e residentes na Ilha do Morro do Amaral, para fotografá-las durante um dia de trabalho. Posteriormente, inspirado no texto *Um Jogo Absorvente: Notas sobre a Briga de Galo Balinesa*, de Clifford Geertz (2015), escrevi um relato de minhas experiências e das impressões que tive ao acompanhar as pescadoras durante a coleta de mariscos.

---

<sup>5</sup> Os nomes utilizados neste trabalho não são os nomes reais das pescadoras.

Acredito que as fotografias, entremeadas pelo relato da saída de campo, permitirão a outros pesquisadores conhecer melhor as práticas e os saberes tradicionais relacionados à pesca do marisco realizada pelas pescadoras da Ilha do Morro do Amaral dentro da Baía Babitonga.

Por fim, no terceiro capítulo, intitulado “Os desafios e os dilemas da preservação do patrimônio natural e cultural na Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Ilha do Morro do Amaral”, tem como objetivo fazer uma reflexão sobre os desafios e os dilemas envolvidos na preservação do patrimônio natural e cultural, em especial da pesca artesanal, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Ilha do Morro do Amaral, localizada no município de Joinville, SC, no litoral norte catarinense. Para isso, foram entrevistados 10 (dez) moradores da Ilha do Morro do Amaral com base na metodologia da história oral. Os critérios utilizados para a seleção dos entrevistados foram: 1º) possuir mais de 18 anos; 2º) ser ou ter sido pescador, ou conviver com os pescadores. As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, 9 delas foram transcritas. Ao todo foram recolhidas pouco mais de 16h de gravações, que renderam aproximadamente 600 páginas de transcrição. As entrevistas ocorreram ao longo de todo o mês de setembro de 2020 e foram realizadas nas residências dos moradores<sup>6</sup>.

Cabe lembrar que esta pesquisa possui um caráter preliminar, visto a pequena quantidade de estudos sobre o Morro do Amaral e a complexidade do tema.

---

<sup>6</sup> Todos os cuidados de proteção foram tomados para evitar o contágio do Covid19 (máscara, álcool gel e distanciamento).

## 1 ENTRE NATUREZA E CULTURA: A ILHA DO MORRO DO AMARAL, EM JOINVILLE (SC): UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A DISCUSSÃO DE SUA HISTÓRIA

Between nature and culture: Morro do Amaral Island, in Joinville (SC, Brazil): a contribution to discuss its history

### Resumo:

Esta pesquisa teve como objetivo refletir sobre a trajetória da Ilha do Morro do Amaral, para entender o contexto em que se tornou parque municipal, em 1989, e sua recategorização para Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), em 2012, e a questão fundiária envolvida. A RDS da Ilha do Morro do Amaral (RDSIMA) é uma unidade de conservação municipal localizada em Joinville, Santa Catarina, Brasil. Além da biodiversidade da região, uma tradicional comunidade de pescadores artesanais vive no local, sendo considerada uma das comunidades mais antigas do município. O estudo está pautado predominantemente em pesquisa documental e abrangeu a análise de reportagens jornalísticas publicadas pela imprensa regional e disponibilizadas pelo Arquivo Histórico de Joinville. A análise deste material revelou que: já havia pessoas morando na Ilha em 1846; o problema da questão fundiária já existia em 1976; o potencial turístico da região já era reconhecido em 1976; e a instalação de energia elétrica no local foi feita pouco tempo depois de o local ser transformado em parque municipal.

**Palavras-chave:** patrimônio cultural; patrimônio natural; unidades de conservação; populações tradicionais; pesca artesanal; Brasil; Santa Catarina.

### Abstract:

This article reflects about the history of Morro do Amaral Island, trying to understand the context in which it became a municipal park, in 1989, and its recategorization in Sustainable Development Reserve (SDR), in 2012, and the land issue involved. Morro do Amaral Island SDR is a municipal conservation unit located in Joinville, Santa Catarina, Brazil. Besides the biodiversity of the region, a traditional artisanal fishing community lives there, and it is considered one of the oldest of the city. The investigation is predominantly based on documental research and covers the analysis of journalistic reports published by the local press and available at the Historical Archives of Joinville. Then, the analysis of this material has revealed: there were people on the island since 1846; the land issue already exists in 1976; the touristic potential of the region was already recognized in 1976; and the local power installations was done a short period of time later the local became a municipal park.

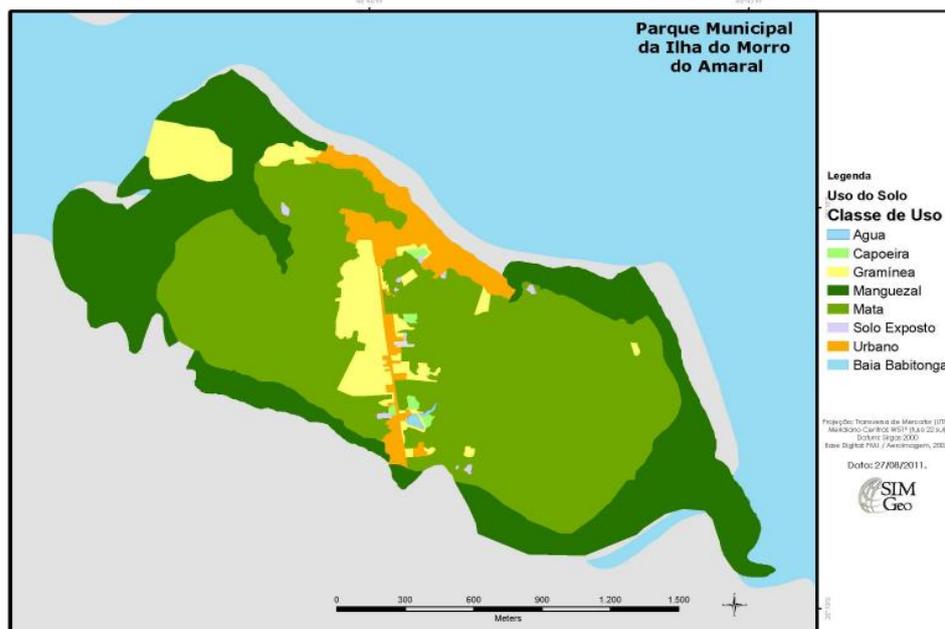
**Keywords:** cultural heritage; natural heritage; conservation units; traditional communities; artisanal fishing; Brazil; Santa Catarina.

## Introdução

Cercada pela Lagoa do Saguauço ao norte, pelo Rio Biguaçu ao oeste e pelo Rio Riacho ao sul (Joinville, 2012), o Morro do Amaral é uma Ilha pertencente ao município de Joinville, no litoral do estado de Santa Catarina, Brasil. A Ilha, que possui área de 3.357.775 m<sup>2</sup>, pertence ao bairro Paranaguamirim (Souza, 2011) e se encontra a cerca de 16 km do centro de Joinville. O acesso à Ilha é feito pela Avenida Kurt Meinert.

Na região de estudo, predominam três tipos de ecossistema: floresta ombrófila densa, manguezal e sistema lagunar da Lagoa do Saguauço (Souza, 2011). Na figura 1 é possível visualizar a distribuição dos diferentes ecossistemas e o uso do solo na Ilha.

Figura 1 – Croqui de uso e ocupação do solo da Ilha do Morro do Amaral, 2011



Fonte: Souza, 2011, p. 20

O Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral (PMIMA) foi criado pelo Decreto Municipal n.º 6.182, no dia 11 de agosto de 1989. A criação do PMIMA afetou a vida dos moradores que ali viviam, já que os Parques, sejam eles nacionais, estaduais ou municipais, são considerados áreas de proteção integral, dentro das quais somente usos educacionais, recreativos ou científicos são permitidos.

Na tentativa de sanar esta situação e reconhecer a cultura dos pescadores artesanais do Morro do Amaral, no dia 12 de abril de 2012 foi sancionada a Lei n.º 7.208. Essa nova normativa altera a categoria dessa unidade de conservação, a qual deixa de ser um Parque Municipal e passa a ser uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Com a recategorização, buscou-se não somente proteger a fauna, a flora e os remanescentes da mata atlântica, o manguezal e o sistema lagunar, mas também valorizar e preservar a cultura dos pescadores, suas tradições e as histórias locais; integrar essa população no processo de desenvolvimento municipal; e tornar os pescadores parceiros na preservação ambiental (Joinville, 2012).

Os limites geográficos dessa reserva restringem-se à Ilha. Nesta há, além da diversidade de plantas e animais, uma comunidade de pescadores artesanais com muitas histórias, com sua cultura, tradições e conhecimentos transmitidos de geração em geração. A paisagem exuberante e as riquezas naturais e culturais encontradas na região contrastam com os problemas sociais que a população local vem enfrentando há décadas. O Morro do Amaral, como é conhecida a região, é uma das localidades de maior carência econômica e social do município de Joinville (FCJ, 2009). Essa condição destoa de Joinville, a maior cidade industrial do estado de Santa Catarina<sup>7</sup>.

São muitas as reclamações vindas por parte da comunidade, que há anos vem sofrendo com a omissão do poder público municipal. Entre as principais reivindicações, destaca-se a questão da regularização fundiária, problema que se arrasta há décadas e cuja resolução ainda parece longe de se concretizar. Além disso, moradores também reivindicam melhorias na estrada e na ponte que dá acesso à Ilha, mais médicos no posto de saúde durante a semana e o serviço de transporte público que levava os alunos de 5.<sup>a</sup> a 9.<sup>a</sup> série até a escola no bairro Paranaguamirim, distante 4,5 km da localidade (Azevedo, 2018). Somado a tudo isso, há o problema da poluição da Lagoa do Saguçu, o qual tem colocado em risco a saúde e o modo de vida tradicional dos pescadores artesanais da Ilha do Morro do Amaral (Souza, 2011).

---

<sup>7</sup> Joinville é um município situado na região nordeste do estado de Santa Catarina, com população estimada de 597.658 habitantes (IBGE, 2020). O aniversário da cidade é comemorado no dia 9 de março, data da chegada dos primeiros imigrantes alemães, suíços e noruegueses à então Colônia Dona Francisca, em 1851. Atualmente é a maior cidade de Santa Catarina em população e em industrialização. Apresenta Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,809 (IBGE, 2010), produto interno bruto (PIB) *per capita* de R\$ 52.792,59 (IBGE, 2020) e um parque industrial, com indústria metalmeccânica, têxtil, de plástico, metalúrgica, química e farmacêutica (Prefeitura de Joinville, 2017).

A tradicional comunidade de pescadores artesanais<sup>8</sup> que vive na reserva constitui o tema e o propósito desta pesquisa. Como veremos, essa comunidade é uma das mais antigas da região e seus moradores já ocupavam a Ilha antes mesmo da instalação da Colônia Dona Francisca<sup>9</sup>, quando da chegada dos imigrantes germânicos (suíços, alemães e noruegueses), em 1851, considerados os “fundadores” da cidade de Joinville.

Há poucos estudos dedicados ao Morro do Amaral e sua história. Assim, este trabalho teve como objetivo levantar informações para refletir sobre a trajetória da comunidade do Morro do Amaral. Quando se deu a ocupação da localidade? Como era a relação da comunidade com o restante do município de Joinville? O que motivou a criação do PMIMA, em 1989, e, posteriormente, sua recategorização de parque para RDS, em 2012? Quando teve início o problema da questão fundiária?<sup>10</sup> São questões como essas que motivam esta pesquisa.

Esta investigação justifica-se por vários motivos. Primeiramente, porque, apesar de o Morro do Amaral ser uma das comunidades mais antigas de Joinville, são poucos os estudos sobre ela. Em segundo lugar, dos estudos encontrados sobre o Morro do Amaral, nenhum deles é dedicado a entender a história da comunidade. Nesse sentido, este trabalho poderá oferecer contribuições para compreender a região. Em terceiro, esta pesquisa poderá auxiliar na valorização da cultura, da história e das tradições locais, bem como para a elaboração do Plano de Manejo da RDS da Ilha do Morro do Amaral (RDSIMA), que deveria estar pronto em 2017, cinco anos

---

<sup>8</sup> Antônio Carlos Diegues (1983) faz uma distinção entre os diferentes modos de produção pesqueira: a produção pesqueira de autossustentação ou primitiva; a produção pesqueira realizada nos moldes da pequena produção mercantil; e a produção pesqueira capitalista. Na categoria da pequena produção pesqueira realizada nos moldes da pequena produção mercantil, o autor identifica duas subformas: a pequena produção familiar dos pescadores-lavradores; e a pequena produção dos pescadores artesanais. Algumas das características da pesca artesanal são: a maior parte da produção é destinada ao mercado; os instrumentos de produção são de propriedade individual/familiar e o proprietário participa da pesca; utilização de redes e aparelhos de arrasto semimecanizados e móveis; uso de embarcações motorizadas ou à vela; identificação visual dos cardumes (ou seja, não se utilizam aparelhos eletrônicos de detecção); o conhecimento da pesca é transmitido pela tradição; a pesca é a atividade principal, mas não exclusiva; os conflitos são organizados e resolvidos por meio do compadrio ou das colônias de pescadores.

<sup>9</sup> A Colônia Dona Francisca foi um empreendimento privado (Sociedade Colonizadora Hamburguesa) localizado no então município de São Francisco Xavier do Sul (atual São Francisco do Sul). Por ocasião do casamento da Dona Princesa Francisca Carolina com Francisco d'Orléans, Príncipe de Joinville, 25 léguas quadradas de terras pertencentes à nação foram transferidas para o domínio particular da Princesa Dona Francisca como parte de seu dote de casamento com o príncipe. Em 1849 os príncipes firmam contrato com o Senador Christian Mathias Schroeder, de Hamburgo, com o qual cedem 8 léguas quadradas das terras, exigindo-se que sua colonização deveria ser feita com imigrantes trazidos da Europa. Os imigrantes só chegariam dois anos depois, em 9 de março de 1851, data comemorada como sendo a dia da “fundação” de Joinville. Em 1858 a localidade em que se localizava a colônia foi elevada à categoria de Distrito. Em 1966 foi elevada à categoria de Vila, sendo assim desmembrada de São Francisco e dando origem ao Município de São Francisco Xavier de Joinville. Em 1977 a sede da Colônia Dona Francisca foi elevada à categoria de cidade, tornando-se assim a sede do novo município.

<sup>10</sup> Esta questão não se trata de um problema isolado do local do estudo, mas de diversos grupos no Brasil, como remanescentes de quilombos, reservas indígenas e populações tradicionais (SCIFONI, 2006).

após o processo de recategorização do local. Em quarto lugar, a história oficial de Joinville enfatiza a origem germânica do município. Nos últimos anos, porém, novas pesquisas têm mostrado a participação e a importância de diversos grupos sociais e culturais na construção da cidade. É nesse contexto que se insere este trabalho.

Para alcançar o objetivo proposto, realizou-se um estudo bibliográfico e documental sobre a comunidade da Ilha do Morro do Amaral, concentrando-se, principalmente, na análise de artigos/reportagens jornalísticas publicados na imprensa regional. As reportagens analisadas foram aquelas que se encontram no Arquivo Histórico de Joinville (AHJ) e na *web*. As reportagens encontradas no AHJ foram publicadas entre os anos de 1974 e 1997, estão organizadas em forma de recortes de jornais e totalizaram 19 itens. O material encontrado na *web* abrange 37 itens, publicados entre os anos de 2010 e 2020. Além das matérias, esta pesquisa também analisou o Mapa de Demarcação das Terras Dotais da Princesa Dona Francisca Carolina, realizado em 1846 e disponível no AHJ; a obra de Corrêa e Rosa intitulada *História dos bairros de Joinville*, publicada em 1992 pelo AHJ e que dedica três páginas ao Morro do Amaral; o diagnóstico de recategorização do PMIMA, realizado pela Fundação Municipal do Meio Ambiente de Joinville (Fundema) em 2011, atualmente disponível na Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente (Sama) de Joinville; e o processo administrativo FCJ.CPC.2009-029, referente ao tombamento da Igreja Nosso Senhor Bom Jesus, de 2009, disponível na Coordenação do Patrimônio Cultural, Secretaria de Cultura e Turismo de Joinville.

## **1 A Ilha do Morro do Amaral nos documentos**

“Antes mesmo de a Colônia Dona Francisca surgir, já havia moradores na comunidade, hoje chamada de Morro do Amaral, ressaltam os historiadores” (Redação NSC, 2017).

“O Morro do Amaral é a comunidade mais antiga de Joinville, tendo sido povoada antes da chegada dos imigrantes europeus à Colônia Dona Francisca, em 1851” (Redação NSC, 2018).

“A comunidade do Morro do Amaral é a povoação mais antiga da cidade, estabelecida ainda antes da vinda dos colonos alemães em 1851” (Azevedo, 2018).

Que a Ilha do Morro do Amaral já era povoada antes da chegada dos imigrantes germânicos à então Colônia Dona Francisca (que posteriormente se tornaria a cidade de Joinville) é algo que, ao menos na imprensa local, ninguém discorda. No entanto, em quais fontes se baseia tal afirmação é uma questão difícil de responder. No material encontrado e disponível sobre o Morro do Amaral – reportagens, artigos acadêmicos, dissertações e alguns documentos –, não há fontes que indiquem uma data precisa de quando se deu a sua ocupação nem de como foi esse processo<sup>11</sup>, mas a afirmação de que o local já era povoado antes da chegada dos imigrantes europeus à então Colônia Dona Francisca em 1851 pode ser confirmada ao se analisar o Mapa de Demarcação das Terras Dotais da Princesa Dona Francisca Carolina (figura 2), elaborado pelo tenente-coronel do Imperial Corpo de Engenheiros Jerônimo Francisco Coelho, concluído em 1846.

Em artigo especial sobre o aniversário de Joinville, realizada pelo portal *Paralelo Jornalismo* em 2017, o historiador Dilney Cunha, coordenador do AHJ, faz menção a esse mapa:

Um mapa elaborado em 1846 por Jerônimo Coelho, contratado para demarcar o lote do príncipe e da princesa, mostra diversos pontos que marcam as construções que haviam na região, principalmente às margens de rios e da Lagoa do Saguaçu. “Esses pontinhos mudam toda uma percepção que se tinha da ocupação do território de Joinville porque eles indicam essas várias construções onde, certamente, moravam várias famílias luso-brasileiras com escravos. Muitos pontinhos são engenhos, construções com outras finalidades além das moradias, mas, tirando uma média de oito a dez pessoas por família, incluindo também escravos, se tem uma população entre 300 e 500 pessoas, o que é considerável para quem dizia que não havia ninguém aqui, que foram os imigrantes que desbravaram. É um número para se rever esse conceito de terra desocupada”, ressalta Cunha (apud Guerreiro, 2017).

Figura 2 – Detalhe do Mapa de Demarcação das Terras Dotais da Colônia Dona Francisca, 1846

---

<sup>11</sup> Aqui, estamos nos referindo ao processo de ocupação da ilha após 1500, feito sob o domínio português. Afinal, os quatro sítios arqueológicos do tipo sambaqui encontrados na ilha demonstram que a ilha já era ocupada há cerca de 5 mil anos.



pelo Instituto Superior Tupy). As duas pesquisadoras relatam ter encontrado indícios de portugueses, açorianos<sup>13</sup>, africanos e indígenas (*apud* Souza, 2011).

De acordo com a historiadora Elizabete Tamanini, “antigamente, a comunidade tinha uma relação muito forte com São Francisco do Sul, por meio do mar. A relação com Joinville aumentou depois que a ponte sobre o rio do Riacho (ou rio Biguaçu) foi construída, na década de 1980” (*apud* Redação NSC, 2017).

Nos primeiros anos do século XX, no Morro do Amaral o único meio de transporte dos moradores eram as canoas. “Era de canoa que os moradores do Morro do Amaral vinham para o Centro de Joinville, que denominavam ‘colônia’. Conta o Sr. Francisco Soares que ‘só depois do centenário da cidade, é que os moradores se habituaram a chamá-la de Joinville’” (Corrêa & Rosa, 1992, p. 107). Tudo era transportado por meio de canoas. Era de canoa que os doentes eram transportados até os hospitais; era de canoa que os mortos eram levados ao cemitério; era de canoa que os noivos eram levados à igreja.

Acrescenta D. Vergília Ramos: “também era de canoa que as parturientes iam para a maternidade. Quando falecia alguém, o caixão era trasladado em canoa até o Porto do Bucarein, local em que era recolhido pelo ‘Carrinho das Almas’, dirigindo-se ao Cemitério Municipal seguido pelas pessoas que acompanhavam o féretro a pé. O mesmo transporte era utilizado pelos noivos, por ocasião dos casamentos. Vinham de canoa até a Rua Jaguaruna, de onde se dirigiam à Catedral São Francisco Xavier ou à Paróquia Sagrado Coração de Jesus em troles, retornando ao Morro do Amaral, para a festa”. A canoa era então o meio de transporte oficial até a construção da ponte sobre o Rio do Riacho (ou Rio Biguaçu) (Corrêa & Rosa, 1992, p. 107).

A pesca era a principal atividade econômica da região. “Pescavam prejebeba, pescada, bagre, cação, arraia, camarão, tainha, siri, caranguejo, bacucu, robalo, miraguaia, que eram vendidos no Mercado Municipal, para onde se dirigiam também de canoa” (Corrêa & Rosa, 1992, p. 107-108). Para contribuir no orçamento doméstico, os moradores plantavam “mandioca (a região possuía engenho de farinha), aipim, batata, feijão, milho, cará, abóbora e cana-de-açúcar. Criavam galinhas e porcos para o mesmo fim. Caçavam tatu, raposa, capivara, gambá,

---

<sup>13</sup> O arquipélago dos Açores é um conjunto de nove ilhas localizadas no Oceano Atlântico que começou a ser colonizado por Portugal a partir do século XV, e se tornou importante ponto de escala para as grandes expedições marítimas portuguesas. Em meados do século XVIII, como estratégia de ocupação e proteção do território meridional brasileiro, milhares de açorianos foram transportados dos Açores para o litoral catarinense e para o Rio Grande do Sul.

tamanduá, paca, etc.” (Corrêa & Rosa, 1992, p. 108). Outra atividade era a coleta de folhas de mangue, “das quais se extraía uma resina e que era vendida para as fábricas do Sr. Conrado Kuehne (Indústrias Reunidas C. Kuehne S.A. – Curtume) e Indústria e Comércio Gothard Kaesemodel Ltda.” (Corrêa & Rosa, 1992, p. 107).

Pode-se supor, no entanto, que nem todos os moradores do Morro do Amaral remavam até o Mercado Público Municipal de Joinville para vender suas mercadorias e fazer suas compras, preferindo adquirir os produtos de que necessitavam com os comerciantes locais:

Para a compra de produtos que não dispunham, a região contava com os empórios do Sr. Roberto Cardoso (secos e molhados), do Sr. Nicolau e do Sr. Chico Soares. No centro, além do Mercado Municipal, compravam no Jorge Mayerle S.A. – Comércio; no Comércio e Indústria Germano Stein S.A. (Corrêa & Rosa, 1992, p. 107).

Esse relato é confirmado por Assunção (1997a, p. D7): “Muitos reclamavam da distância para a venda. Mas, eu nunca deixei de trabalhar porque tinha que remar até a cidade”.

Outra reportagem, publicada em 2017, traz o relato de Paulo Soares:

Ao final da estrada comprida, empoeirada e rodeada por belezas naturais, a única que dá acesso ao Morro do Amaral, localiza-se a Mercearia Soares, do seu Paulo e da dona Amazilda. Paulo Soares, 72 anos, e Amazilda Soares, 68, são casados há 52 anos, nasceram e criaram seus 10 filhos na comunidade. Ele trabalha há 50 anos com mercearia e lembra que, no início, dependia da canoa para buscar os produtos no Mercado Municipal *para revender*, pois a única forma de sair da região era a remo. “Eram três horas remando para ir e três horas para voltar. *Eu era o único que tinha canoa aqui. Os vizinhos sempre recorriam a mim*”, conta (*apud* Quariniri, 2017, grifos nossos).

Outro relato, este de 1975 e publicado em reportagem do jornal *A Notícia*, merece ser destacado por mostrar essa relação entre os pescadores e os comerciantes:

Virgílio Alves informou que os moradores que vivem da pesca costumam vender seus produtos no Mercado Municipal. Acentuou o velho pescador que “*geralmente a gente não pega dinheiro* por que o peixe é trocado por farinha, carne seca, querosene, sabão, etc. (Morro do Amaral..., 1975, grifos nossos).

Pode-se perceber também que a tarefa de vender os pescados no Mercado Municipal era uma atribuição dos filhos:

[Dalvina do Amaral] era calejada no ofício da pesca. Desde pequena levava peixe a remo até o mercado, retirados da água pelo pai, Nazário do Amaral. “Desde os 13 anos eu remava. A gente levava duas horas até o mercado, só de ida.” Com sorte, Dalvina ganhava uma carona a reboque do barco Catarina, que também entrava no Cachoeira (Assunção, 1997a, p. D6).

Em relação aos preços de venda dos pescados, Francisco Soares relata que, na sua época, “se vendia camarão e peixe muito barato, pois tinha uma grande quantidade. Quando vejo os presos [sic] atuais me espanto e fico com vergonha” (Braga, 1996).

Além da pesca, muitas eram as manifestações culturais praticadas na Ilha.

No tocante ao lazer, saudosas são as festas que eram realizadas em casas particulares e “animadas a toques de cavaquinho, violão, rabeca e tambor”, segundo conta D. Vergília. Se traduziam em domingueiras e fandangos, nas quais dançavam a chama-rita (ou chamarita), a Dança de São Gonçalo, entre outras. Estas festas começavam mais ou menos às 20 horas e iam até manhã e nelas era servidos vinho e queimada. A iluminação do local consistia em um lampiãozinho. Conta o Sr. Francisco Soares que “os mais novos não dançavam, ficavam a observar o cantador”. Como forma de preservar as tradições, festejaram por muitos anos o Terno de Reis, cantando anualmente no dia 6 de janeiro. E ainda o Boi-de-Mamão, Cavalo-Marinho, Pau-de-Fita. Lamentando, diz Francisco Soares: Ficou só a lembrança<sup>14</sup> (Corrêa & Rosa, 1992, p. 108).

## **2 Sobre a denominação “Morro do Amaral” e a localidade “Riacho Saguaçu”.**

Quanto ao nome do local, de acordo com as reportagens consultadas, foi na década de 1930 que a região começou a ser conhecida como Morro do Amaral. “O nome Morro do Amaral faz referência à família Amaral, que na década de 30 vivia ali e era dona das terras” (Prado, 2016). Para Corrêa e Rosa (1992, p. 107), a “localidade antes se chamava Riacho Saguaçu. A partir de 1935, passou a adotar a denominação

<sup>14</sup> Sobre o processo de desaparecimento de festividades e celebrações tradicionais como Terno de Reis, Boi-de-Mamão, Pau-de-Fita, ver a dissertação de Andrea Tessaro, **Entre a tradição e o esquecimento: um estudo de caso sobre a tutela jurídica do patrimônio imaterial: fandango chimarrita de Itapoá/SC** (2017). Neste trabalho, Tessaro elenca alguns fatores que contribuíram para esse processo de perda cultural entre os pescadores artesanais de Itapoá, como por exemplo: o impacto da construção do porto de Itapoá, a diminuição da pesca e a presença de igrejas evangélicas.

de Morro do Amaral, em virtude das terras pertencerem, em sua grande maioria, à família Amaral”. Além dessa versão, o processo administrativo de tombamento da Igreja Senhor Bom Jesus traz outra, publicada no jornal *A Notícia* em 3 de janeiro de 1981 (figura 3).

Figura 3 – Trecho do Processo Administrativo de Tombamento da Igreja Nosso Senhor Bom Jesus que trata da origem da denominação Morro do Amaral, 2009

Em pesquisa realizada no Arquivo Histórico de Joinville com o objetivo de encontrar artigos e reportagens que nos trouxessem maior riqueza de fontes a respeito da localidade encontramos a seguinte informação: “Mira [antigo morador do bairro, que na época da reportagem contava com 71 anos] explicou que o nome da localidade mudou a uns 50 anos, por volta de 1930, quando os soldados de Getúlio Vargas, vieram aqui para fazer um balizamento para mapear a região, a família dos Amaral era a única da região, por isso batizaram a vila com este nome” (Jornal A Notícia, 1981, p.05).

Fonte: FCJ, 2009, p. 2

Como podemos perceber sobre o nome da localidade, há algumas versões orais e escritas sobre o assunto, mas é preciso considerar que a denominação Morro do Amaral já aparece no Mapa de Demarcação das Terras Dotais em 1846 (figura 2). Está grafado no mapa que o Morro do Amaral é uma região muito mais antiga do que os depoimentos orais e alguns escritos retratam.

Outro ponto mencionado em algumas reportagens é que, até por volta das décadas de 1930–40, o centro da localidade ficava em outro ponto da Ilha e chamava-se Riacho Saguacu. Sobre esse local, o jornalista Luís Fernando Assunção (1997a, p. D1) escreve:

Ainda é possível, caminhando alguns quilômetros mais ao Sul por entre a mata, encontrar os alicerces da igreja católica e algumas ruínas de casas utilizadas para moradia. Com a chegada de novos moradores, o núcleo da região foi puxado para próximo da baía, forçando a mudança das casas no local então conhecido como Riacho Saguacu. A última a mudar-se para o novo ponto foi a igreja católica, demolida e transportada para onde hoje se encontra, de frente para o mar. Através de uma picada entre a mata Atlântica é possível chegar até onde um dia foi a região central do Morro do Amaral – que recebeu esse nome na década de 30, em homenagem à família que mais tinha muitas terras no lugar.

O mesmo jornalista, dessa vez em reportagem publicada em 25 de julho de 1997 no jornal *A Notícia*, traz alguns detalhes que podem nos ajudar a entender como ocorreu esse deslocamento. De acordo com a matéria, teria sido Reinaldo Pedro de França (figura 4) o responsável por essa mudança. Filho de lavradores negros de Araquari, aos 19 anos França já ensinava os menores e os adultos da localidade Riacho Saguazu a escrever. Com o tempo, ganhou o respeito da população e a qualificação de professor. Não demorou para que ele se tornasse docente na Capitania dos Portos de São Francisco do Sul (Assunção, 1997b).

Figura 4 – Professor Reinaldo Pedro de França (primeiro à esquerda) e alunos, data desconhecida

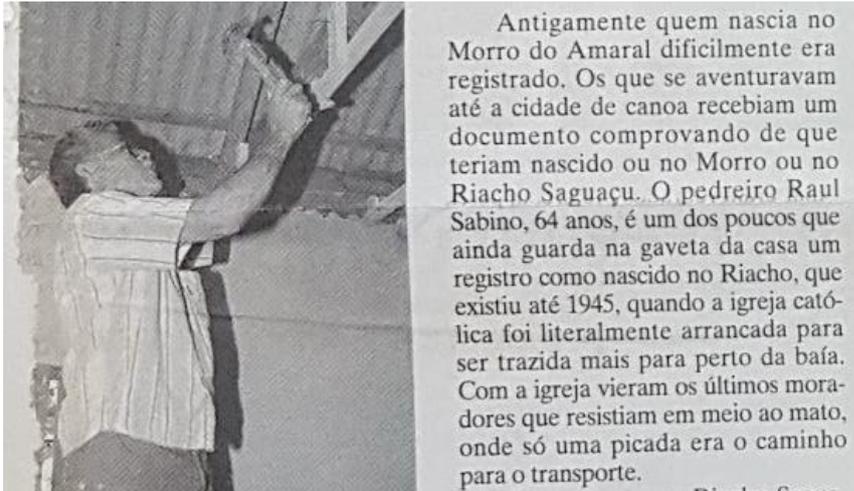


Fonte: Assunção, 1997b

Foi em 1928 que o Morro do Amaral ganhou esse nome. O professor França adquiriu uma área de 211 mil metros quadrados onde hoje está instalado o núcleo do bairro. Com a ajuda dos moradores, transportou a igreja e a escola para uma região mais próxima à baía da Babitonga. Os tijolos eram levados em canoas, em muitas viagens. Levou alguns dias para que as construções fossem erguidas em sistema de mutirão no novo local. Aos poucos o lugar foi deixando de ser chamado Riacho Saguazu e sendo batizado de Morro do Amaral. A primeira mulher de França, Camila Satyra, era uma Amaral. Os dois se conheceram nas idas e vindas do professor da Ilha do Mel ao morro, nos intervalos das alfabetizações. [...] Além de bom professor, França tinha uma visão de futuro. Mesmo nas décadas de 40 e 50, já previa o desenvolvimento para Joinville e para o Morro do Amaral. [...] França sabia que a pesca deixaria de ser, um dia, o principal meio de vida. Por isso todos precisariam de atualização, aprendizado. Talvez para enfrentar um trabalho na indústria – o que em poucos anos acabou acontecendo, depois da construção da ponte ligando a Ilha à cidade (Assunção, 1997b).

Ainda sobre a localidade Riacho Saguauçu, vale a pena destacar a história do pedreiro Raul Sabino. O trecho apresentado na figura 5 faz parte da reportagem publicada em 11 de maio de 1997 no jornal *A Notícia* e merece ser destacado por comentar sobre o registro do local de nascimento dos moradores.

Figura 5 – Trecho de reportagem no jornal *A Notícia* sobre a denominação do Morro do Amaral, 1997



Fonte: Assunção, 1997a, p. D7

A seguinte frase merece destaque: “Os que se aventuravam até a cidade de canoa recebiam um documento comprovando de que teriam nascido *ou no Morro ou no Riacho Saguauçu*”. Isso nos faz levantar nova questão: teriam existido na região duas comunidades, uma chamada Morro do Amaral e outra Riacho do Saguauçu? Além disso, nesse trecho o jornalista escreve que a localidade Riacho Saguauçu teria existido até 1945; já em matéria posterior, dedicada a Reinaldo de França, o mesmo jornalista afirma que a localidade teria recebido a denominação de Morro do Amaral em 1928, - ou seja, as informações que encontramos na imprensa são confusas e contraditórias, e somente novas pesquisas poderão esclarecer estas questões.

### 3 O Morro do Amaral na década de 1970

Independentemente do nome do local, parece evidente que naquela época a existência da comunidade ainda era pouco conhecida pelos demais moradores de Joinville. Não tendo outro acesso à cidade a não ser por meio de canoas, os moradores do Morro do Amaral viviam num mundo à parte, separados do restante do município. Tanto é que, até a década de 1950, seus moradores ainda continuavam a

chamar Joinville de “Colônia” (Corrêa & Rosa, 1992). Porém, na década de 1970, a “Colônia” já era um dos maiores e mais populosos municípios de Santa Catarina. Enquanto Joinville crescia, se industrializava e “prosperava”, o Morro do Amaral parecia um lugar “atrasado” e “parado no tempo”.

Pelos menos aos olhos de um jornalista. Em reportagem publicada no dia 9 de março de 1975 no jornal *A Notícia*, pode-se ter uma noção de como alguns moradores da área urbana de Joinville enxergavam o local:

Ela é considerada um cancro social para o Município de Joinville. Essa Ilha é conhecida popularmente por “Morro do Amaral”. Os comentários de que naquela região está fielmente representado o atraso social que Joinville ainda tem em diversas partes de seu território são absolutamente perfeitos. Embora, oficialmente, se fale em progresso social e material dos moradores da Ilha, pouco mudou nos últimos anos. [...] Os apregoados sucessos que a assistência social vem realizando são nulos por enquanto. Os moradores preferem pescar e dormir. Galinhas, gado, porcos ou outros animais domésticos não existem. Hortas e lavouras também não, embora a terra seja comprovadamente fértil. Muitos lugares do vilarejo dão a idéia de uma aldeia indígena (Morro do Amaral..., 1975).

O jornalista segue seu relato informando que o local continuava o mesmo, como há 40 anos. Afirma que a “única construção de alvenaria era a Igreja, construída na década de 30” (Morro do Amaral..., 1975). Baseado em seus conceitos de local “desenvolvido”, ele relata que as condições higiênicas na comunidade “não eram aceitáveis”. Os adultos, na sua visão, mostravam-se bastante hospitaleiros e atendiam os visitantes com uma “simplicidade cativante”. Afirma que as crianças eram “arredias” e, em quase sua totalidade, andavam “sujas, nuas e barrigudas, denotando-se grande incidência de vermes”. Analfabetismo era quase total, embora houvesse “algum progresso” – todas as crianças (aproximadamente 40) estavam matriculadas na escola local. O jornalista diz que vários chefes de família foram empregados pela prefeitura, mas que estes custavam a se “desvencilhar dos velhos hábitos da pesca rústica”, como se a pesca artesanal fosse um mal a ser cortado pela raiz. Continua comentando que muitos dos pescadores estavam “desanimando” com o novo trabalho após dois ou três meses e retornavam definitivamente à pesca. Ele também questionou os moradores sobre a história do local, entretanto alguns moradores não souberam informar quando teriam chegado os primeiros habitantes. Apenas um deles

comentou que é provável que o morro tenha sido habitado inicialmente por duas famílias – os Amaral e os Borja.

Ficam evidentes os estereótipos dessa reportagem quanto aos pescadores da Ilha do Morro do Amaral, bem como a adoção de um discurso positivado no que se refere ao trabalho. O jornalista retrata os moradores como se estes fossem “preguiçosos”, “relaxados”, “desinteressados”, ignora completamente o fato de que os pescadores possuem outra forma de se relacionar com a natureza, com as demais pessoas da comunidade e com o território<sup>15</sup>. Nesse sentido, o relato de Alfredo Valentim Borjas ao jornalista é revelador:

Mantendo contato com muitas pessoas do Morro do Amaral indagou-se a Alfredo Valentim Borjas por que não plantavam nada. Respondeu que “isso não dá para fazer por aqui **porque aqui a terra não é de ninguém. Por isso não existem divisões**. Se a gente plantasse a criação dos vizinhos estragaria tudo” (Morro do Amaral..., 1975, grifos nossos).

Sobre isso, vale a pena citar Diegues e Arruda (2000, p. 18-20):

Numa perspectiva marxista, as culturas tradicionais estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, em que a dependência do mercado já existe, mas não é total. Essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução cultural e social como também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela idéia de associação com a natureza e a dependência de seus ciclos. [...] O território dessas sociedades, distinto daquelas das sociedades urbanas industriais, é descontínuo, marcado por vazios aparentes (terras em pousio, áreas de estuário que são usadas para a pesca somente em algumas estações do ano, áreas de coleta, de caça, etc.) e tem levado autoridades da conservação a declará-lo parte as “unidades de conservação” porque “não é usado por ninguém”. Aí reside, muitas vezes, parte dos conflitos existentes entre essas sociedades e as autoridades conservacionistas.

Além do estereótipo expresso na reportagem, o que se destaca nessa matéria é o contraste entre esse relato, no qual os moradores não possuem plantações, hortas, nem criam animais, e aquele feito por Corrêa e Rosa (1992), em que os

---

<sup>15</sup> Entra na mesma discussão que é feita pelo Antônio Cândido, em **Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira e a transformação dos meios de vida**. A relação com o tempo, com o espaço e com os outros membros da comunidade é completamente diferente na cultura caipira. A caça, por exemplo, para o caipira, não está relacionada apenas a subsistência e a alimentação, mas também à religiosidade e ao lazer.

moradores, além da pesca, cultivavam e criavam grande variedade de plantas e animais. Como se explica isso? Então, qual teria sido o destino dos engenhos de farinha? E as plantações de mandioca, de milho, abóbora, cana-de-açúcar? E as criações de galinha, de porcos etc.? Será mesmo que os moradores do Morro do Amaral não criavam mais animais? Será mesmo que não plantavam nada? Se de fato não houvesse nenhuma planta, a criação de animais dos vizinhos não poderia estragar nada.

Independentemente dessas questões, aparentemente os moradores do Morro do Amaral enfrentavam muitas dificuldades. Isso talvez possa contribuir para explicar as ações tomadas pela Prefeitura de Joinville. Em 1972, por meio dos assistentes sociais do Departamento de Habitação, Saúde e Assistência Social, a prefeitura iniciou um trabalho de promoção e orientação social com os moradores (Estrada ao Morro..., 1974). Além disso, também passou a contratar, como funcionários, moradores do local (Morro do Amaral..., 1975), provavelmente com o objetivo de garantir um incremento na renda e alguma estabilidade econômica a essas famílias.

#### **4. A construção do acesso terrestre a Ilha do Morro do Amaral, o turismo, o problema da questão fundiária e a criação do Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral**

Porém, as ações da prefeitura não se limitaram à assistência social nem à contratação de moradores da comunidade; esses eram os primeiros passos de um plano maior: integrar o Morro do Amaral à cidade de Joinville e seus bairros por terra, não mais por mar. Isso foi executado com a construção de uma estrada ligando o Morro do Amaral ao bairro Paranaguamirim. Assim, realizou-se a ligação definitiva do Morro do Amaral aos demais espaços da cidade.

A obra, com extensão de 6 km, recebeu copiosa atenção por parte da imprensa local. Segundo uma reportagem, foi uma das mais vultosas da época e demandou vasto trabalho de drenagem, aterramento e a construção de uma ponte (Morro do Amaral..., 1975). A obra foi entregue em 27 de junho de 1976 e o evento de inauguração durou dois dias. Além de cerimônias religiosas, o evento contou com apresentações musicais, folclóricas e festejos juninos. Os moradores do Morro do Amaral também realizaram um passeio de ônibus especiais, para que pudessem conhecer toda a extensão da obra (Pedro Ivo inaugura..., 1976).

Vale à pena destacar, também, que todas as reportagens à época ressaltam um discurso comum - o potencial turístico que a construção da estrada proporcionava, visto que ela dava acesso a uma região privilegiada em paisagens naturais. Em matéria publicada no *Jornal de Joinville* datada de 1974 e intitulada “Estrada ao Morro do Amaral integra comunidade e abre novas perspectivas à região”, somos informados de que, “além de integrar a comunidade do Morro do Amaral à cidade, a estrada abre também novas perspectivas a uma grande e rica região, notadamente nas suas possibilidades de se transformar em outra grande atração turística do Município” (Estrada ao Morro..., 1974, p. 8). Em outra pequena nota publicada no mesmo jornal datada de 4 de janeiro de 1975 e intitulada “Região privilegiada para turismo: Morro do Amaral”, a construção da estrada se justificaria

não só pela necessidade de proteger os interesses dos moradores daquela região, facilitando-lhes os meios de comunicação, mas sobretudo considerando as perspectivas que aquela obra proporcionará aos visitantes, onde a natureza pródiga em seus aspectos paisagísticos, oferece condições propícias ao desenvolvimento do plano turístico da Prefeitura (Região privilegiada para..., 1975, p. 1).

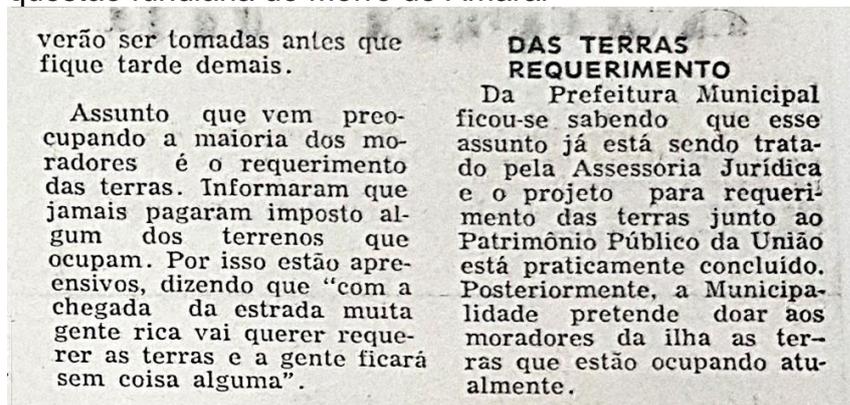
Diante das reportagens, podemos nos questionar: a Prefeitura pretendia realmente explorar o potencial turístico da região? Qual era o plano turístico da Prefeitura e de que forma o Morro do Amaral se inseria nesse plano? Além disso, quem seriam os maiores beneficiados com o turismo na ilha? Afinal, a paisagem da região certamente despertava interesses de pessoas que não os moradores, que certamente enxergavam ali oportunidades de negócios. Sobre o potencial turístico do Morro do Amaral, a reportagem a seguir, publicada no jornal *A Notícia* de 9 de março de 1975, traz algumas informações:

À primeira vista, o alto custo que da [sic] obra dá a impressão que é um empreendimento não compensador, devendo-se antes pensar em vários outros assuntos que requerem maior urgência. Todavia, percorrendo-se a Ilha, avaliando os pontos turísticos, a terra fértil e a flora de inestimável valor fica evidenciado que **Joinville**, com a abertura da estrada, **poderá ganhar muito** num futuro bem próximo, **desde que a exploração seja feita dentro de um critério ordenado, consciencioso**. Aliás, falando-se em exploração ordenada, os primeiros indícios do que poderá acontecer quando a estrada estiver pronta começaram a surgir. Muitos moradores da Ilha, prevendo o acesso de caminhões ao local, já estão cortando as matas a fim de vendê-las a indústrias da Cidade. Sem dúvida é o prenúncio de que a

chegada da civilização à Ilha poderá ser também a ruína de seus valores naturais. **Medidas imediatas deverão ser tomadas antes que fique tarde demais** (Morro do Amaral..., 1975, grifos nossos).

O que seria essa “exploração ordenada e conscienciosa”? E por quem ela seria feita? Além disso, não se sabe quais seriam as “medidas imediatas” que o jornalista teria sugerido – se a realização de um programa de educação ambiental com os moradores; se a construção de uma unidade de conservação da natureza; se o aumento da vigilância por parte dos órgãos ambientais. Por outro lado, a mesma reportagem possibilita entrever que tipo de interesses e discursos rondavam a região (figura 6).

Figura 6 – Trecho de reportagem no jornal *A Notícia*, 1975, que trata do problema da questão fundiária do Morro do Amaral



Fonte: Morro do Amaral, 1975

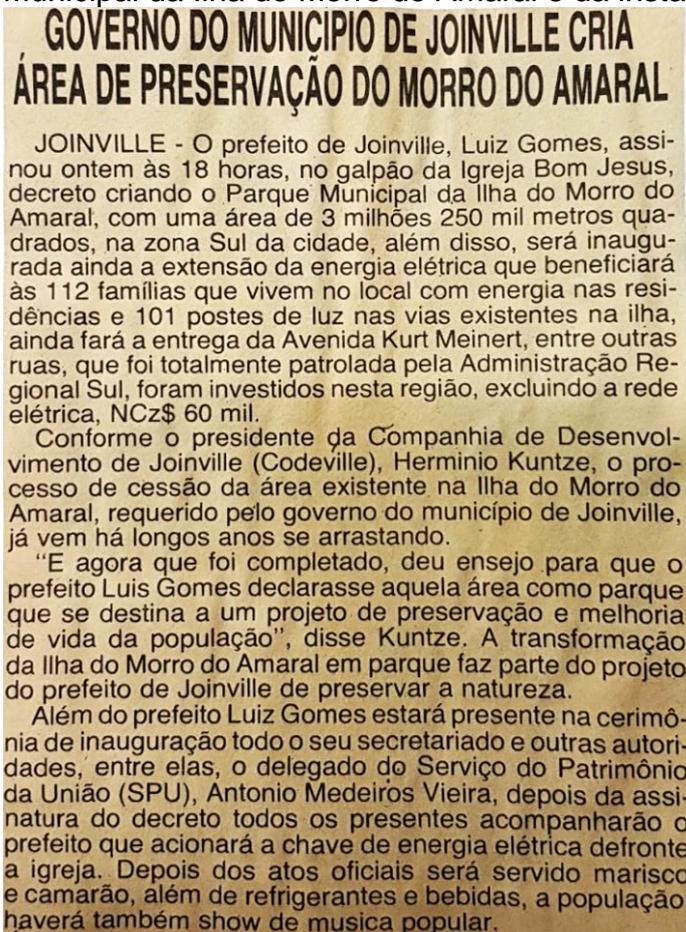
Como se pode observar, a maioria dos moradores não possuía o título de propriedade da terra por ser região de marinha e havia o medo de a “gente rica” querer as terras, conforme as palavras de um morador (figura 6).

Consultamos diversas reportagens publicadas na imprensa local, e não há informações na imprensa sobre como se deu esse processo de legalização das terras a esses antigos moradores e se de fato a Prefeitura de Joinville obteve sucesso em legalizá-las. O recorte da figura 6 afirma que o processo estava praticamente concluído; as terras, requeridas pela prefeitura, posteriormente seriam doadas aos moradores. Na mesma direção, uma reportagem publicada em 27 de junho de 1976 no *Jornal de Joinville* dá a entender que a questão tinha sido resolvida. Nela, o repórter informa:

Em face da especulação imobiliária, a Prefeitura paralizou [sic] as obras de abertura da Estrada até que a Assessoria Jurídica da Municipalidade procedesse a legalização daquelas terras, objetivando evitar que em pouco tempo os próprios moradores do Morro do Amaral se vissem obrigados a abandonar o local. *Resolvido todo o problema*, em março de 1976, a Secretaria de Obras reiniciou os trabalhos, implantando uma ponte e concluindo os trabalhos de abertura da estrada (Pedro Ivo inaugura..., 1976, p.8, grifo nosso).

Contrariamente, uma nota publicada no dia 13 de agosto de 1989 no jornal *O Estado*, quando da criação do PMIMA em 1989, nos permite dizer que o problema da regularização fundiária não tinha sido totalmente resolvido. Essa nota é reveladora não somente por tratar da questão fundiária, mas por trazer alguns detalhes interessantes sobre a criação do PMIMA, o que possibilita levantar algumas reflexões a respeito das motivações que teriam levado à criação dessa unidade de conservação. Por isso, vale a pena reproduzi-la na íntegra (figura 7).

Figura 7 – Nota publicada no jornal *O Estado*, 1989, que trata da criação do Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral e da instalação de energia elétrica



Fonte: Governo do município..., 1989, p. 10

Em primeiro lugar, quando o repórter informa que “o processo de cessão da área existente na Ilha do Morro do Amaral, requerido pelo governo do município de Joinville, já vem há longos anos se arrastando” (Governo do município..., 1989, p. 10) e que tal requerimento só teria sido concluído em 1989, parece-nos razoável supor que a questão fundiária não havia sido totalmente resolvida, como a matéria de 1976 deu a entender. Além do mais, qual era o tamanho da área requerida e onde ela se localizava? E ceder a área para quem? Para os moradores ou para a prefeitura? E quanto à intenção inicial de doar as terras aos moradores? São informações que não encontramos nas reportagens.

Em segundo lugar, qual era, afinal, o objetivo da criação do PMIMA? Se a intenção era preservar a natureza, como explicar a instalação da energia elétrica e de iluminação pública na região? Tal iniciativa incentivava a permanência daquelas pessoas no local, o que não era previsto em lei. De acordo com o artigo 5.º do Código Florestal, Lei n.º 4.771/65, o poder público cria

Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e Reservas Biológicas, com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para *objetivos educacionais, recreativos e científicos* (Brasil, 1965, grifo nosso).

Como se pode ver, construir moradias ou morar dentro de parques nacionais, estaduais ou municipais não era prevista pela legislação, sendo permitidos nessas áreas apenas usos educacionais, recreativos ou científicos. Além disso, o mesmo artigo determina a proibição de “qualquer forma de exploração dos recursos naturais nos Parques Nacionais, Estaduais e Municipais” (Brasil, 1965), e, de acordo com o artigo 26.º da mesma lei, os danos aos parques nacionais, estaduais e municipais deveriam ser punidos com prisão ou multa. Por outro lado, é importante que se diga que a Lei n.º 4.771/65 nada fala sobre a criação de parques em locais já habitados por populações humanas, não esclarece como proceder em caso de criação de parques em áreas já habitadas, nem fala explicitamente em desapropriação de pessoas que moram dentro de parques.

A figura 8 trata do Decreto Municipal n.º 6.182/89.

Figura 8 – Trecho do Decreto Municipal n.º 6.182/89, que criou o Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral

O Prefeito Municipal de Joinville, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos incisos XIX e XL do art. 5º da Lei Complementar nº 5, de 26 de novembro de 1975 e,

CONSIDERANDO que a Constituição Federal em seu art. 23, estabelece que caberá à União, Estados, Distrito Federal e Municípios: " III - proteger os documentos, as obras, e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos" e no inciso "VII - preservar as florestas, a flora e a fauna";

CONSIDERANDO a necessidade de integrar os moradores no processo de desenvolvimento municipal, possibilitando melhores condições de vida àquela população;

CONSIDERANDO, ser a ilha um sítio ecológico de notável beleza e cuja flora e fauna devem ser preservadas para o usufruto contemplativo dos municípios em geral;

CONSIDERANDO a privilegiada situação geográfica e a necessidade da conservação desse patrimônio natural, pelo Poder Público;

CONSIDERANDO as manifestações favoráveis já recebidas das autoridades federais vinculadas ao serviço do Patrimônio da União;

Fonte: Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente de Joinville (Sama), 2020

Percebe-se que o PMIMA foi criado não apenas levando em consideração a necessidade de proteger a fauna e a flora, mas também a necessidade de melhorar as condições de vida da comunidade. Segundo o diagnóstico de recategorização do PMIMA:

A criação do Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral, em 1989, teve como principal objetivo a preservação ambiental. *A melhoria nas condições sociais em que viviam os moradores na época seria uma consequência.* Em decorrência das mudanças e evolução na legislação referente às Unidades de Conservação e, às mudanças de projetos de governo municipal a cada quatro anos, a comunidade deixou de compor um dos objetivos de criação do parque para tornar-se objeto de ilegalidade. A comunidade ao longo de 22 (vinte e dois) anos sofreu e, ainda, sofre restrições ao acesso de serviços públicos (*apud* Souza, 2011, p. 22).

Assim, parece que tanto a instalação da energia elétrica quanto a criação do PMIMA visavam à melhoria das condições de vida dos moradores do Morro do Amaral. Com a criação do PMIMA, a prefeitura visava fomentar a atividade turística na região, algo que, vale lembrar, era um dos motivos que justificaram a abertura da estrada em 1974 e que poderia contribuir para movimentar a economia na comunidade. Além disso, pode ser também que a criação do PMIMA objetivava evitar a invasão e construção de novas moradias na região, visto que a questão fundiária do local ainda não estava totalmente resolvida e que na década de 1980 o município de Joinville recebia muitos imigrantes. Esses imigrantes vinham do interior do estado de Santa

Catarina e do Paraná – atraídos pelas oportunidades de emprego na cidade, muitos dos quais construíam suas moradias em áreas de mangue que pertenciam à União.

No entanto, a tentativa de conciliar preservação ambiental com a melhoria das condições de vida da comunidade parece não ter sido bem executada. Fato é que a criação do PMIMA trouxe consequências sobre a população local, visto que, com sua criação, uma série de restrições foram criadas e a permanência dos moradores no local se tornava incerta. A comunidade crescia e começava a faltar espaço para que os mais jovens pudessem construir suas moradias. “Os filhos cresceram, casaram. O espaço ficou pequeno para todos”, disse Odete Cândido, 46 anos, ao repórter do jornal *A Notícia* (Assunção, 1997a, p. D7).

Por outro lado, é possível encontrar evidências de que a Prefeitura de Joinville não tinha intenção de retirar aquelas pessoas do local. Na publicação de 4 de abril de 1997 do *Jornal do Município*, órgão informativo oficial da Prefeitura de Joinville, informou-se que a prefeitura, em conjunto com a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan), iniciava a implantação de uma nova rede de água beneficiando mais de 100 famílias no Morro do Amaral (PMJ e Casan levam..., 1997). Na mesma publicação, fala-se também da realização de um amplo projeto de instalação de fossas sépticas coletivas e de um projeto para a construção de um novo trapiche visando incrementar as atividades pesqueiras e de turismo, atendendo assim a uma antiga reivindicação dos moradores.

## **5. O processo de recategorização: a Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Ilha do Morro do Amaral.**

Apesar dessas ações realizadas pela prefeitura com o propósito de melhorar a qualidade de vida dos moradores do Morro do Amaral, as décadas de 1990 e 2000 não foram fáceis. Em primeiro lugar, as dificuldades econômicas pelas quais passou o país na década de 1990 se refletiram na comunidade. “Com o aumento do desemprego na cidade, muitos moradores estão precisando voltar à atividade que desenvolviam anteriormente” (Assunção, 1997a, p. D7). Um deles, Joel da Silva, encontrou na coleta e venda de caranguejos uma maneira de, ao menos, garantir a ceia de Ano-Novo (Braga, 1996). Ao fim da década, em 1999, foi fundada a colônia de pesca Z-32, com os objetivos de organizar a atividade, facilitar a obtenção ou

renovação da carteira de pescador e outras questões burocráticas. Em 2010 a colônia congregava 180 pescadores profissionais e outros 120 amadores (Franck, 2010).

Depois, com a aprovação da Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, lei que instituiu o SNUC, a permanência desses pescadores e demais moradores da Ilha se tornaria ainda mais incerta. A nova lei considera os parques nacionais, estaduais e/ou municipais como unidades de conservação de proteção integral, e com isso as restrições nesses espaços se tornam ainda maiores. De acordo com o Art. 11, parágrafo 1.º, da nova lei, essas áreas passam a ser de “posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei” (Brasil, 2000). Já o Art. 42 da mesma lei prevê:

Art. 42. As populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes (Brasil, 2000).

Por fim, a situação tornou-se ainda mais difícil quando, em janeiro de 2008, a barcaça Norsul 12 e o empurrador Norsul Vitória viraram na Baía Babitonga, derramando 340 boninas de aço e 116,5 mil litros de óleo no mar. O caso, classificado como “acidente ambiental muito grave”, prejudicou enormemente os pescadores da região (Babitonga Ativa, 2015). “No mar num tinha nem pra comer e depois de quase um ano, ninguém comprava da gente [...]. Foram dias de muito sofrimento para nós” (*apud* NCA Comunicações, 2014), disse Laura Gomes, de 65 anos e moradora do Morro do Amaral, em agosto de 2014, data em que as indenizações aos moradores da Baía Babitonga foram pagas.

Todas essas dificuldades eram agravadas, como vimos, pelo fato de a comunidade viver em uma unidade de conservação de proteção integral, o que dificultava a construção de novas moradias e o acesso a serviços públicos e cuja legislação previa, agora, sua desapropriação e realocação. Por isso, na tentativa de corrigir essa situação e buscando melhorar as condições de vida daquela comunidade, entre 2007 e 2011 foi realizada uma série de estudos na região pela equipe de parques e unidades de conservação da Fundema. Durante esse período, realizou-se o levantamento de quatro sítios arqueológicos do tipo sambaqui, fez-se o tombamento municipal da Igreja Senhor Bom Jesus, bem como várias reuniões e oficinas com a comunidade. À época, 232 famílias residiam de forma regular no local

(Keller, 2012). Ao final dos estudos, a Fundema propôs a elaboração de um projeto de lei visando à recategorização dessa unidade de conservação; ela deixaria de ser um parque municipal para se tornar uma RDS, um tipo de unidade de conservação de uso sustentável que permite tanto o uso sustentável dos recursos naturais como a permanência da população tradicional nos limites da reserva, o que antes não era permitido (Keller, 2012).

Desenvolvido pela Fundema em parceria com a comunidade, o projeto de lei foi apresentado aos vereadores em outubro de 2011 e em novembro enviado para a câmara. No dia 3 de abril de 2012 o projeto foi aprovado pelos vereadores (Keller, 2012) e, em 12 de abril de 2012, depois de sancionada pelo prefeito, a Lei n.º 7.208 foi publicada no *Jornal do Município*. Com a recategorização, abria-se a perspectiva de regularização fundiária, de acesso a serviços públicos como água e energia, programas sociais e investimentos na infraestrutura da região (Keller, 2012).

Os planos, no entanto, não se concretizaram. Por causa da reforma administrativa realizada pela administração do prefeito Udo Döhler em 2014, a Fundema, órgão gestor da RDSIMA e que também presidia seu Conselho Deliberativo, acabou sendo extinta e suas atribuições foram transferidas para a então criada Secretaria do Meio Ambiente, Obras e Serviços Públicos (Sema, atual Sama – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente). Tais mudanças, provavelmente, acabaram por desorganizar o andamento dos trabalhos e, por conseguinte, atrasar o prosseguimento das discussões e a elaboração do plano de manejo, visto que cabe ao Conselho Deliberativo elaborá-lo, implementá-lo e revisá-lo (Azevedo, 2018).

Diante de tantas expectativas, não é difícil entender a frustração expressa pelos moradores. O “sentimento de abandono é muito intenso, a partir do que se pôde ouvir dos relatos dos moradores do Morro do Amaral. ‘A gente é esquecido’, pontuou Omar Lopes de Abreu, que observou que ‘Joinville começou por aqui’” (Azevedo, 2018). Os investimentos não só não foram realizados, como os problemas continuam.

Um problema que persiste é a questão da regularização fundiária, que até hoje não foi satisfatoriamente resolvida. Raiter *et al.* (2019), em estudo sobre a ocupação inapropriada de terrenos da marinha na orla da Baía de Guaratuba, Paraná, asseveram que esses terrenos são da marinha; logo, de propriedade da União e gerenciados pela Secretaria de Patrimônio da União. Os autores afirmam que os terrenos de marinha são normatizados pelo Decreto-Lei n.º 9.760/1946 e o artigo 2.º explica que “são terrenos de marinha, em uma profundidade de 33 (trinta e três)

metros, medidos horizontalmente, para a parte da terra, da posição da linha do preamar-médio de 1831: a) os situados [...], na costa marítima [...], até onde se faça sentir a influência das marés” (Brasil, 1946).

Por serem bens da União, os terrenos de marinha podem ser ocupados por particulares, desde que cumpridos os requisitos, que não são muitos, tais como a obrigação do ocupante de manter o cadastro atualizado na Secretaria de Patrimônio da União e efetuar o recolhimento das taxas anuais, assim como da taxa específica quando da transferência de titular da ocupação para um novo ocupante (RAITER *et al.*, 2019, p. 10).

No entanto, para que seja delineada uma solução definitiva aos moradores do Morro do Amaral sobre a questão fundiária, é preciso que se elabore o plano de manejo, visto que o documento determinará quais áreas poderão ser ocupadas e como poderá ser feita essa regularização (Redação NSC, 2018). O grande dilema que se coloca é o que fazer com os moradores mais recentes e que não estão incluídos no Cadastro de Moradores da RDSIMA. A princípio, apenas aqueles moradores que participaram do processo de recategorização da unidade de conservação em 2012 e que foram incluídos no cadastro (921 pessoas) poderão regularizar sua situação. Acontece que, de 2012 para cá, o número de pessoas morando no Morro do Amaral praticamente dobrou. Atualmente cerca de duas mil pessoas vivem no local (Redação NSC, 2018).

Apesar das dificuldades, os moradores mais antigos não pretendem sair do Morro do Amaral. Muitos deles ainda encontram na pesca sua principal fonte de renda. Dona Aparecida Regina de França, pescadora e proprietária do Restaurante Boa Vista, conta:

Mora ali há mais de 20 anos. “Isso aqui é uma fartura. Temos o que quiser. Se quisermos comer camarão, peixe, lula, marisco, qualquer fruto do mar é só irmos ali no mar e pegarmos”, revela. Segundo ela, o restaurante abre somente finais de semana e feriados, porque são os dias que têm movimento. “Quer ver no verão, isso aqui enche”, comemora. Outra apaixonada pelo local é a sua funcionária, Débora Luiz Nergebom, 24 anos. “Nasci aqui, amo esse lugar”, disse. A filha Sofia, de apenas quatro anos, também gosta do lugar (OCP News Jaraguá do Sul, 2017).

Como contou Aparecida do Amaral: “Nunca pensei em morar na cidade. Aqui é mais fácil. Se a gente se aperta, vai até o mar e traz algum peixe. Na cidade é tudo

comprado. [...] Gosto daqui e só vou sair do morro depois de morta” (*apud* Assunção, 1997a, p. D6).

### **Considerações finais**

Com base no material analisado, chegamos a algumas conclusões e reflexões que compartilharemos nessas considerações finais.

Quanto a ocupação da Ilha do Morro do Amaral, verificou-se que, de fato, sua ocupação é anterior à chegada dos imigrantes alemães, suíços e noruegueses à então denominada Colônia Dona Francisca, em 1851, conforme se pôde confirmar ao se analisar o Mapa de Demarcação das Terras Dotais da Princesa Dona Francisca Carolina, de 1846. De acordo a historiadora Elizabete Tamanini, a comunidade possui seus traços culturais vinculados à imigração lusa e açoriana, e que “antigamente, a comunidade tinha uma relação muito forte com São Francisco do Sul, por meio do mar.” (*apud* Redação NSC, 2017). Talvez esses fatores ajudem a explicar, em parte, o relativo isolamento em que a comunidade do Morro do Amaral vivia em relação ao restante do município de Joinville até meados da década de 1970. Como consequência desse isolamento, a história do Morro do Amaral ainda é muito pouco conhecida. Mesmo no Arquivo Histórico de Joinville encontrou-se pouco material referente ao Morro do Amaral. Para contar a história do Morro do Amaral, o pesquisador ou pesquisadora deverá recorrer aos arquivos de São Francisco do Sul, Florianópolis ou São Paulo, onde provavelmente encontrará documentos que ajudem a entender essa história.

Outro tema que chamou nossa atenção durante a pesquisa foi a relação dos antigos moradores com as atividades agrícolas. Embora a principal atividade econômica da localidade fosse a pesca, bem como a coleta de moluscos e crustáceos, Rosa e Corrêa (1992) informam que, para ajudar no orçamento doméstico, os moradores também plantavam mandioca (a localidade possuía engenho de farinha), batata, milho, feijão etc., além de criarem galinhas e porcos e caçarem. Contrariamente, em uma reportagem publicada no jornal *A Notícia* em 1976, consta que os moradores não plantavam nem criavam animais (Morro do Amaral..., 1976). Nesse sentido, as informações são contraditórias, e somente novas pesquisas poderão responder se os antigos moradores realizavam atividades agrícolas ou não,

bem como verificar se houve de fato engenhos de farinha na região, quantos eram, qual era sua importância econômica e o que teria acontecido com eles.

Outro ponto a ser melhor investigado é a questão da localização e da denominação da comunidade. As reportagens jornalísticas informam que, a princípio, a comunidade era conhecida como Riacho Saguaçu e estaria sediada em outro ponto da Ilha. Ainda de acordo com esse material, foi em algum momento por volta de 1930 que o núcleo da comunidade foi transferido para sua localização atual. Além disso, a denominação “Morro do Amaral”, de acordo com o material analisado, teria surgido por volta da mesma época, e se deve ao fato de que a maioria das terras pertenciam a pessoas da família Amaral. No entanto, a denominação “Morro do Amaral” é muito mais antiga - ela já aparece no Mapa de Demarcação das Terras Dotais de 1846.

Diante desta informação, levantamos a seguinte hipótese: a denominação “Morro do Amaral” existente no mapa se refere a um dos dois morros existentes na ilha (um deles denominado “Morro do Amaral” e o outro denominado “Morrinho”). Já a comunidade Riacho Saguaçu, mencionada pelas reportagens, se localizava próximo a foz do rio Riacho - no local ainda é possível encontrar os fundamentos da antiga igreja. Com a mudança da Igreja para sua atual localização, os moradores vão, pouco a pouco, se mudando para a nova localidade, e a comunidade receberia este nome – Morro do Amaral – devido a sua proximidade com o morro. Novas pesquisas poderão explicar como se deu esse processo e confirmar ou refutar essa hipótese. Pesquisas referentes à construção e mudança da Igreja Senhor Bom Jesus poderão revelar detalhes deste processo de ocupação do território. Ademais, por que o Morro do Amaral tem este nome é uma questão que ainda continua em aberto.

O problema da questão fundiária, que persiste até hoje, é coisa antiga – já existia desde a construção da estrada e da ponte ligando o Morro do Amaral a Joinville, em 1976. Na época da construção da estrada, como a maioria dos moradores não possuía documento de propriedade da terra, a Prefeitura de Joinville prontificou-se a regularizar a situação no Serviço do Patrimônio da União. Porém, ao que parece, o problema não foi satisfatoriamente resolvido - em 1989, quando foi criado o PMIMA, o problema da questão fundiária continuava. Uma das hipóteses que levantamos foi a de que a criação do PMIMA teria sido uma das formas de a Prefeitura de Joinville evitar a especulação imobiliária na região, garantindo assim a permanência dos moradores nativos na ilha, ao mesmo tempo em que promoveria o turismo na região, com o qual a comunidade poderia se beneficiar. Cabe aqui

destacar, no entanto, que o problema da questão fundiária não é um caso isolado do Morro do Amaral, mas sim um problema comum às demais populações tradicionais, como no caso dos remanescentes quilombolas, populações indígenas etc. Futuras pesquisas nos arquivos de São Francisco do Sul, Florianópolis e São Paulo poderão nos ajudar a entender a questão fundiária na região e revelar se houve doação de sesmarias na ilha ou não.

Um discurso evidenciado nas reportagens publicadas na década de 1970 é o de que, além do desejo de integrar a comunidade do Morro do Amaral à cidade desenvolvida, Joinville, a construção da estrada se justificaria pelo potencial turístico apresentado pela região. Mas será que, de fato, a Prefeitura reconhecia o potencial turístico da região? Qual era, afinal, o plano turístico da Prefeitura durante a gestão do prefeito Pedro Ivo e de que forma o Morro do Amaral estava inserido nesse plano?

Ao concluirmos esta pesquisa, ficamos com a impressão de que, desde a década de 1970, várias iniciativas foram tomadas no sentido de melhorar a qualidade de vida da comunidade. Por exemplo: a) a abertura da estrada e construção da ponte, o emprego dos pescadores na Prefeitura em meados da década de 1970, durante a gestão do prefeito Pedro Ivo; b) a criação do PMIMA e a instalação da energia elétrica em 1989 durante a gestão de Luiz Gomes; c) a reforma da ponte e da estrada, a instalação do tratamento de água e esgoto e a recategorização do PMIMA para RDS, em 2012, foram iniciativas nesse sentido. O problema é que tais iniciativas eram iniciadas por uma gestão e abandonadas pelas subsequentes, o que acabava criando novos problemas para a comunidade. Há de se questionar o porquê de tais iniciativas não serem levadas adiante.

Por fim, durante a pesquisa, ficaram evidentes as limitações das fontes jornalísticas. As informações muitas vezes são imprecisas e, quando comparadas umas com as outras, revelam contradições e forte tendência desenvolvimentista. Apesar disso, as reportagens forneceram algumas pistas de locais onde poderão ser encontrados documentos sobre o Morro do Amaral, dentre os quais destacamos: a) Departamento de Habitação, Saúde e Assistência Social de Joinville, que em 1972 começou um trabalho de assistência social com a comunidade, pouco antes da abertura da estrada; b) Assessoria Jurídica do Município de Joinville, a qual deu início a um processo de regularização fundiária durante a abertura da estrada; c) Companhia de Desenvolvimento de Joinville (Codeville), que esteve envolvida no processo de criação do PMIMA; d) Fundema, envolvida no processo de

recategorização do PMIMA, além de ser o órgão gestor das unidades de conservação do município; e e) Diocese de Joinville, onde poderão ser encontradas informações referentes a construção da Igreja Senhor Bom Jesus, bem como a data exata em que a Igreja foi transportada para sua localização atual.

Esta pesquisa não pretendeu ser um estudo completo e concluído. A sua continuidade revelou-se necessária, visto a escassez de pesquisas sobre o tema. Acreditamos que este trabalho poderá contribuir com pesquisadores e pesquisadoras interessados/as em conhecer melhor a história da comunidade de pescadores artesanais do Morro do Amaral, Joinville, SC, além de abrir uma série de questões que poderão motivar novas pesquisas.

## Referências

Assunção, L. F. Morro do Amaral: pedaço do paraíso à beira da Babitonga. *A Notícia*, Joinville, 74, 20.507, 11 maio 1997a.

Assunção, L. F. Semeador do saber, professor negro inovou pedagogia no Morro do Amaral. *A Notícia*, Joinville, 25 jul. 1997b.

Azevedo, S. *Morro do Amaral pede regularização fundiária em audiência pública*. Joinville: Câmara de Vereadores de Joinville, 9 maio 2018. Disponível em: <<http://www.cvj.sc.gov.br/home/74-audiencias-publicas/4437-morro-do-amaral-pede-regularizacao-fundiaria-em-audiencia-publica#:~:text=A%20regi%C3%A3o%20foi%20classificada%20como,%C3%ADndic es%20bastante%20restritos%20de%20ocupa%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 27 maio 2020.

Babitonga Ativa. Saiba mais sobre o derramamento de óleo na Baía Babitonga em 2008. *Babitonga Ativa*, Joinville, 22 jul. 2015. Disponível em: <<https://www.babitongaativa.com/single-post/2015/07/22/Saiba-mais-sobre-o-derramamento-de-%C3%B3leo-na-Ba%C3%ADa-Babitonga-em-2008>>. Acesso em: 3 maio 2020.

Braga, M. A. O pobre ano novo dos pescadores. *A Notícia*, Joinville, 30 dez. 1996.

Brasil. *Decreto-Lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946*. Terrenos de marinha. Brasil: 1946. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del9760.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del9760.htm)>. Acesso em: 6 ago. 2020.

Brasil. *Lei n.º 4.771, de 15 de setembro de 1965*. Institui o novo Código Florestal. Brasília, Câmara dos Deputados 1965. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4771-15-setembro-1965-369026-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 5 maio 2020.

Brasil. *Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000*. Regulamenta o art. 225, § 1.º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, Casa Civil, 2000.

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm)>. Acesso em: 5 maio 2020.

Candido, Antonio. Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo, 8ªed. Ed. 34, 1997

Corrêa, R. M.; Rosa, T. F. *História dos bairros de Joinville*. Joinville: Arquivo Histórico de Joinville, 1992.

Diegues, A. C. S. Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo: Ática, 1983.

Diegues, A. C. S.; Arruda, R. S. V. (Eds.). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2000.

Estrada ao Morro do Amaral integra comunidade e abre novas perspectivas à região. *Jornal de Joinville*, 8, 9 maio 1974.

Franck, Lorení. Um mar de peixes e histórias no Morro do Amaral. *ND Mais*, Joinville, 29 dez. 2010. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/especiais/um-mar-de-peixes-e-historias-no-morro-do-amaral/>>. Acesso em: 5 maio 2020.

Fundação Cultural de Joinville (FCJ). *Processo FCJ.CPC-2009-029*: Processo administrativo de tombamento da Igreja Nosso Senhor Bom Jesus. Joinville: FCJ, 2009.

Governo do município de Joinville cria área de preservação do Morro do Amaral. *O Estado*, 75, 22.751, 13 ago. 1989.

Guerreiro, J. Joinville: uma “história oficial” que seleciona fragmentos. *Paralelo Jornalismo*, Joinville, 9 mar. 2017. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20180916134311/http://paralelojornalismo.com.br/index.php/2017/03/09/joinville-uma-historia-oficial-que-seleciona-fragmentos/>>. Acesso em: 3 maio 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Área da unidade territorial de Joinville e PIB per capita*. IBGE, 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/joinville/panorama>>. Acesso em: 16 dez. 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM de Joinville*. IBGE, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/joinville/pesquisa/37/30255>>. Acesso em: 16 dez. 2020.

Joinville. *Lei n.º 7.208, de 12 de abril de 2012*. Altera a categoria do Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral para Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Ilha do Morro do Amaral, e dá outras providências. Joinville: Jornal do Município, 2012. Disponível em: <<https://wwwold.joinville.sc.gov.br/public/portaladm/pdf/jornal/b08a46fa93a7335b25396ef2f44a1b44.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2020.

Keller, A. *Morro do Amaral agora é uma reserva de desenvolvimento sustentável*. Joinville: Prefeitura de Joinville, 4 abr. 2012. Disponível em: <<https://wwwold.joinville.sc.gov.br/noticia/1503-Morro+do+Amaral+agora+%C3%A9+uma+Reserva+de+Desenvolvimento+Sustent%C3%A1vel.html>>. Acesso em: 3 maio 2020.

Morro do Amaral, o sonho que se tornou realidade. *Jornal de Joinville*, Joinville, 8, 29 jun. 1976.

Morro do Amaral terá estrada em breve. *A Notícia*, Joinville, 9 mar. 1975.

NCA Comunicação. Indenizações no Morro do Amaral encerram pagamentos coletivos a pescadores afetados por acidente. *NCA Comunicação*, 15 ago. 2014. Disponível em: <<http://nca.pressroom.com.br/2310820069/indenizacoes-no-morro-do-amaral-encerram-pagamentos-coletivos-a-pescadores-afetados-por-acidente.html>>. Acesso em: 3 maio 2020.

OCP News Jaraguá do Sul. Belezas da Ilha do Morro do Amaral merecem maior atenção. *OCP News*, Jaraguá do Sul, 28 nov. 2017. Disponível em: <<https://ocp.news/geral/belezas-da-Ilha-do-morro-do-amaral-merecem-maior-atencao>>. Acesso em: 28 maio 2020.

Pedro Ivo inaugura hoje estrada do Morro do Amaral. *Jornal de Joinville*, Joinville, 8, 27 jun. 1976.

PMJ e Casan levam água ao Morro do Amaral. *Jornal do Município*, Joinville, 3, 163, 1, 4 abr. 1997.

Prado, W. Morro do Amaral é recanto de calma em Joinville. *ND Mais*, Joinville, 26 fev. 2016. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/noticias/morro-do-amaral-e-recanto-de-calmaria-em-joinville/>>. Acesso em: 28 maio 2020.

Prefeitura de Joinville. Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável de Joinville. *Joinville Bairro a Bairro*. Joinville: Prefeitura de Joinville, 2017. Disponível em: <<https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/Joinville-Bairro-a-Bairro-2017.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

Prefeitura de Joinville. Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável de Joinville. *Mapas históricos do Município de Joinville*. Mapa da Colônia Dona Francisca – 1860. Disponível em: <<https://www.joinville.sc.gov.br/publicacoes/mapas-historicos-do-municipio-de-joinville/>>. Acesso em: 16 dez. 2020.

Quariniri, S. Ilha Morro do Amaral: a comunidade mais antiga de Joinville. *Agora Joinville*, Joinville, 7 jul. 2017. Disponível em: <<https://www.agorajoinville.com.br/noticia/147/Ilha-morro-do-amaral-a-comunidade-mais-antiga-de-joinville.html>>. Acesso em: 28 maio 2020.

Raiter, L.; Carelli, M. N.; Areas, P. O. O que ocorre por detrás dos muros: ocupação inapropriada das margens da Baía de Guaratuba, Paraná. *Memória em Rede*, Pelotas, 11, 21, jul./dez. 2019.

Redação NSC. Conheça uma das comunidades mais antigas de Joinville. *NSC Total*, Joinville, 28 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/noticias/conheca-uma-das-comunidades-mais-antigas-de-joinville>>. Acesso em: 27 maio 2020.

Redação NSC. Famílias do Morro do Amaral, em Joinville, aguardam plano de manejo que definirá futuro de casas. *NSC Total*, Joinville, 5 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/noticias/familias-do-morro-do-amaral-em-joinville-aguardam-plano-de-manejo-que-definira-futuro-de>>. Acesso em: 27 maio 2020.

Região privilegiada para turismo: Morro do Amaral. *Jornal de Joinville*, Joinville, 1, 4 jan. 1975.

Scifoni, Simone. Preservar: para que e para quem? *Memória e Patrimônio*, São Paulo, v.2, n.2, p.98-109, 2006.

Souza, D. A. S. *A recategorização do Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral*. Joinville: Fundação do Meio Ambiente de Joinville, 2011.

Tessaro, Andréa Grandini José. Entre a tradição e o esquecimento: um estudo de caso sobre a tutela jurídica do patrimônio imaterial: fandango chimarrita de itapoá/sc. 2017. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2017.

## AGRADECIMENTO

Agradecemos à Universidade da Região de Joinville pela disponibilização de bolsa de Pós-Graduação e de fomento à realização desta pesquisa, pelo Fundo de Apoio à Pesquisa.

## 2 NARRATIVA VISUAL DA PESCA DO MARISCO NO MORRO DO AMARAL EM JOINVILLE, SC

### Resumo

Este ensaio fotográfico / visual tem como objetivo descrever a prática da pesca do marisco de uma forma imagética; um registro documental e, ao mesmo tempo poético, de uma atividade que vem sendo praticada ao longo dos anos. O ensaio foi realizado na Ilha do Morro do Amaral, município de Joinville, SC. Atualmente boa parte dos moradores ainda encontra na prática da pesca artesanal sua principal fonte de renda, dentre as quais se destaca a pesca de mariscos.

**Palavras-chaves:** Populações Tradicionais; Pesca Artesanal; Ensaio Fotográfico/Ensaio Visual; Baía Babitonga; Brasil;

### Introdução

Localizada às margens da Baía Babitonga e da Lagoa do Saguçu [Figura 1 e Figura 2], a Ilha do Morro do Amaral é uma Ilha pertencente ao município de Joinville, SC. Nesta Ilha vive uma comunidade, uma das mais antigas do município. Até a década de 1970 a única forma de acesso à comunidade era por meio de canoa. O acesso via terrestre veio somente em 1976, com a inauguração da estrada e da ponte ligando a Ilha ao continente. Em 1989 a Ilha foi transformada em um Parque Municipal, mesmo ano em que a energia elétrica chegou à comunidade. Em 2011 a região recebeu uma estação de tratamento de água e esgoto, e em 2012 o então Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral foi recategorizado, passando a ser então uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

Apesar das mudanças, a pesca artesanal é uma atividade que insiste em continuar existindo e segue sendo praticada. É necessário registrar que, embora a maioria dos moradores do Morro do Amaral trabalhem como empregados nas empresas e comércios da cidade, uma boa parcela dos moradores ainda encontra na pesca artesanal sua principal fonte de renda. A pesca artesanal faz parte da história da comunidade, e é uma das maiores características da região. Nas petisqueiras e restaurantes locais, os pratos servidos são em grande parte pescado pelos próprios moradores do Morro do Amaral. Um dos principais tipos de pesca no Morro é a pesca do camarão, mas também se pesca outros tipos de peixe, como a pescada, o robalo, a tainha, tainhota, espada etc. Também são capturados siris, caranguejos, bacucu e ostras.

Este ensaio fotográfico faz parte da dissertação *Narrativas Sobre a Pesca Artesanal na Ilha do Morro do Amaral em Joinville/SC*. Realizado em janeiro de 2021, este ensaio teve o objetivo de registrar, por meio de fotografias, a prática da pesca do marisco realizada pelas pescadoras que residem na Ilha do Morro do Amaral. Para realizá-lo, acompanhei por um dia as pescadoras Teresa e Luciana<sup>16</sup> na sua lida diária. Devido as várias mudanças que vem ocorrendo na Baía Babitonga e aos desafios e transformações impostos pelo mundo contemporâneo, essa prática, um saber tradicional passado de geração em geração por meio da tradição oral e da imitação, corre o risco de desaparecer. Ou, pensando um cenário menos extremo, mas igualmente trágico, é bem provável que a prática continue sendo realizada, entretanto sem a garantia de que esta seja capaz de assegurar a qualidade de vida almejada pelas pessoas que dela retiram seu sustento.

Existem, na Baía Babitonga, diversos pontos de pesca do marisco. Essas áreas são áreas de uso comum e coletivo, livres para que todo pescador ou pescadora possa extrair dali o necessário para o seu sustento. No dia do ensaio aqui apresentado, as pescadoras escolheram tirar marisco em uma área localizada na Ilha dos Espinheiros, distante cerca de 2 km do Morro do Amaral.

A realização deste ensaio fotográfico permitiu conhecer um pouco melhor essa prática, e pretende ser um registro documental, e ao mesmo tempo poético, de uma atividade que vem sendo praticada há muitos anos, talvez séculos, ou mesmo milênios, sendo passada de geração em geração. Intentei ir além do mero registro visual e colocar aqui minha visão autoral sobre o assunto. Como escreveram Beatriz Cunha Fiuza e Cristiana Parente:

É através do ensaio que o fotógrafo pode expressar com mais intensidade sua visão sobre determinado tema, e é importante que se sinta a singularidade que a presença do ponto de vista do autor permite ao trabalho. Ao mergulhar em um ensaio o autor se vê inserido em um processo que exige muito mais que a captura de imagens. Exige uma reflexão sobre a conexão entre estas imagens, sobre a edição que melhor pode expressar sua intenção no trabalho (tendo assim mais efeito que a simples exposição de tudo que se pode revelar a respeito do assunto em questão) e sobre a apresentação que seja mais eficiente para tocar o outro, seu apreciador. (FIUZA; PARENTE, 2008, p. 171)

---

<sup>16</sup> Os nomes utilizados neste trabalho não são os nomes reais das pescadoras.

Neste sentido, não pretendi com este ensaio mostrar “a verdade” ou “as coisas como elas são”, já que a fotografia não tem essa capacidade. Embora eu tenha me pautado pelo princípio de não interferir na cena e nem pedir para que as pescadoras parassem seu trabalho para que as fotografasse, uma série de fatores obrigavam-me, como fotógrafo, a tomar decisões e a fazer escolhas. Exemplo disto é o limitado campo de visão da câmera fotográfica, que me obrigava a decidir a todo momento o que mostrar e o que deixar de fora do quadro, se faria uma fotografia na horizontal ou na vertical etc. Contudo essas escolhas nem sempre se dão pela razão; nem sempre é uma decisão totalmente consciente. As decisões precisam ser tomadas rapidamente, enquanto os acontecimentos ainda estão se desenrolando diante de nós. Não existe muito tempo para reflexão. Assim, nossas decisões são feitas de modo “inconsciente”, com base em nossos conhecimentos, nossas referências culturais, nossos ideais, nossas crenças, nossos propósitos. Como disse o fotógrafo estadunidense Ansel Adams “Não fazemos uma foto apenas com uma câmera; ao ato de fotografar trazemos todos os livros que lemos, os filmes que vimos, a música que ouvimos, as pessoas que amamos”. E nesse sentido, toda fotografia tem um aspecto autoral.

Esse aspecto autoral também se reflete na minha escrita. Inspirado no texto *Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa*, de Clifford Geertz (2015), o texto que acompanha esse ensaio foi escrito em primeira pessoa. Espero que, ao compartilhar o relato das experiências que vi e que vivi – ou ao menos uma parte delas –, os leitores e leitoras possam se imaginar nessa viagem junto comigo, apreciando a paisagem, observando as práticas tradicionais da coleta dos mariscos na Ilha do Morro do Amaral e na Baía Babitonga e fazendo suas próprias reflexões.

**Figura 1.** A Baía Babitonga, localizada no litoral norte catarinense.



Fonte: Google Maps, 2021a, adaptado por Fabio Moreira.

**Figura 2.** A Ilha do Morro do Amaral dentro da Baía Babitonga. Legenda: 1) Porto da Teresa; 2) Ponto de coleta do Marisco.



Fonte: Google Maps, 2021b, adaptado por Fabio Moreira.

Ainda sobre a produção destas fotografias, gostaria de esclarecer algumas questões. A câmera que utilizei para a realização do ensaio foi uma câmera digital da marca Canon, modelo EOS 7D, com uma objetiva Canon EF-S 18-55 mm 3.5-5.6 IS STM (algumas fotografias foram feitas utilizando-se a objetiva Canon EF 50 mm 1.8

STM). Optei por fazer as fotografias em dois formatos de arquivo: JPEG e RAW. O câmara foi ajustada para capturar imagens monocromáticas, em preto e branco, mas graças aos arquivos RAW as cores ainda são preservadas. Além disso, as fotografias aqui apresentadas possuem pequenas edições de iluminação e contraste, bem como pequenos ajustes na rotação. Em muitos casos fotografei sem olhar no visor óptico ou no monitor LCD, de modo que eu não sabia exatamente o que estava fotografando. Isso me permitia fazer fotos de ângulos difíceis, como próximo ao chão. Nessas ocasiões, a utilização do foco automático foi fundamental. Tirando essas situações, preferi fotografar olhando pelo visor óptico, com o foco ajustado para automático, no modo pontual central.

Apesar de todas estas questões técnicas, minha intenção com essas fotografias ia além do mero registro – eu também tinha uma preocupação estética-artística; ou seja, uma preocupação com as formas, contrastes, linhas, curvas. Além disso, a minha relação com as pescadoras também contribuiu para os resultados que obtive. As primeiras conversas com as pescadoras ocorreram em setembro de 2020, quando as entrevistei, por meio da história oral temática, para a realização da minha dissertação *Narrativas Sobre a Pesca Artesanal na Ilha do Morro do Amaral, Joinville, SC*, da qual este ensaio faz parte. Depois, entre os meses de outubro de 2020 e janeiro de 2021, realizei várias visitas as pescadoras e à comunidade onde elas viviam, o que gerou uma relação de amizade e confiança. Em uma das visitas, apresentei as pescadoras alguns livros de fotografia documental (*Outras Américas*, de Sebastião Salgado; *Nossa Pesca: um Retrato da Pesca da Tainha Em Florianópolis*, de Eduardo Cassol e Felipe Quintanilha) bem como as apresentei com o fotolivro *Joinville de Serra e Mar*, do fotógrafo joinvilense Daniel Machado, para que as pescadoras tivessem uma ideia do tipo de fotografia que eu desejava realizar, bem como entender minha proposta de fotografar em Preto e Branco. Por fim, como dito anteriormente, durante a realização do ensaio fotográfico evitei pedir para que as pescadoras posassem para as fotografias (as exceções foram as fotografias de Luciana utilizando o saracuã - figura 26), e ademais, devido a intimidade entre fotógrafo-pescadoras, durante o ensaio eu conversava com elas, bem como procurava auxiliá-las em suas atividades, como por exemplo: ajudando-as a descarregar os apetrechos de pesca, tentando empurrar a bateira para a água, buscando e carregando caixas, baldes, panelas, levando água gelada. Essas atitudes, que extrapolam as questões técnicas e as questões de composição, tiveram influência

decisiva nos resultados que obtive durante o ensaio. Sem isso, este ensaio fotográfico teria sido muito diferente.

## **1 A coleta do marisco**

Quarta-feira, dia 13 de janeiro de 2021, 16h22. Envio uma mensagem para Luciana pelo WhatsApp, querendo saber se ela e a Teresa iriam mesmo sair na sexta-feira, às 05h30 da manhã, para tirar marisco. A resposta só veio no outro dia de manhã, por volta das 10h00, quando ela me escreveu dizendo que sim. “Espero que não chova”, ela escreveu. “Também espero” – escrevi – “seria muito azar se chovesse”. Mesmo preocupado com a chuva, digo para Luciana que na sexta-feira eu estaria no Morro, no horário combinado, levando bota, camisa de manga comprida, repelente, protetor solar. Pergunto para ela se eu precisava levar mais alguma coisa. Ela me respondeu que não, que era só isso mesmo, não precisava levar mais nada. Ela só me pediu para chegar mais cedo, até às 05h00 no máximo, por conta da maré.

O clima parecia conspirar contra meus planos. Aquela semana foi uma semana de chuva, de tempo nublado – ou, pelo menos, é assim que eu me recordo dela agora. Passei a semana toda preocupado. Temia que chovesse bem na sexta-feira, dia 15 de janeiro, data combinada para fazer as fotos da Teresa e da Luciana tirando marisco. Quando chove as pescadoras não saem para a pesca; e mesmo que saíssem, eu não poderia fotografar na chuva. Ainda na quinta-feira, pesquisando sobre a previsão do tempo para a sexta-feira, deparo-me com um alerta da defesa civil de Santa Catarina, avisando sobre a possibilidade de grandes temporais ocorrerem na madrugada de quinta para sexta-feira, com previsão de alagamentos em alguns pontos da cidade de Joinville. Isso me deixou apreensivo e desanimado, pois temia pela possibilidade de não poder realizar o ensaio fotográfico naquela data. Às 19h03 enviei nova mensagem para Luciana, comentando sobre a previsão do tempo. Disse a ela que, antes de sair de casa, iria verificar se estava chovendo ou não, e que caso eu não chegasse até às 05h00, era porque eu havia decidido permanecer em casa e não fotografar.

Confesso que, em função do tempo, eu estava bem desanimado e quase desisti da saída fotográfica. Para piorar, eu estava passando as férias na casa dos meus pais, no interior de Guaramirim, a cerca de 55 km do Morro do Amaral. Em função da distância, era impossível saber se chovia no Morro ou não. Por exemplo:

eu poderia acordar de madrugada, abrir a janela do meu quarto e constatar que não chovia, decidir ir para o Morro do Amaral e, ao chegar lá, deparar-me com um temporal. Ou então, poderia acontecer a situação contrária – estar chovendo em Guaramirim e não chover no Morro do Amaral, algo que já havia acontecido semanas antes. Uma possibilidade era acordar e enviar uma mensagem no “Whats” para a Luciana e perguntar sobre o tempo no Morro, mas isso também não iria adiantar - eu teria que sair de casa às 3h30, e a essas horas a Luciana ainda estaria dormindo. O que eu deveria fazer então? Pois eu não queria ter que acordar às 02h40 da madrugada, sair de casa às 03h30 e viajar 55km para, ao chegar no Morro do Amaral, ter que me deparar com chuva e me ver impossibilitado de fotografar. Cheguei a pensar na possibilidade de remarcar o encontro para outra data, entretanto o prazo para a entrega da pesquisa se aproximava, minhas férias estavam acabando, e eu não poderia me dar ao luxo de perder essa oportunidade.

A maior motivação para ir para ao Morro, no entanto, não foi o curto prazo para entregar a pesquisa, mas sim uma história que a Luciana havia me contado certa vez, durante uma das minhas saídas de campo ao Morro do Amaral. Nesse dia, ela me contou que uma vizinha sua, que havia perdido o emprego há pouco tempo, resolveu começar a trabalhar com pesca. Essa vizinha, de acordo com Luciana, já sabia pescar, mas até então pescava somente por lazer, não dependia da pesca para viver. Ao receber o dinheiro da rescisão do contrato de trabalho, a vizinha comprou tudo o que precisava para trabalhar com pesca – uma bateira boa, motor, remo, rede e outros apetrechos. E assim começaram sair as duas para pescar. Saíam todos os dias de manhã bem cedo. E como é comum na pesca, muitas vezes voltavam para casa sem nada, ou com quase nada. A vizinha, frustrada, contou para Luciana que estava pensando em não sair mais todos os dias para o mar para pescar, e sim apenas dois ou três dias na semana. Afinal, não valia à pena sair todos os dias, passar seis ou sete horas no mar, e voltar da pescaria com tão poucos peixes que mal cobriam os custos da gasolina e óleo para o motor do barco. Ao sair com menos frequência elas reduziriam os custos com gasolina, além de ter mais tempo para resolver os compromissos domésticos. E foi aí que Luciana lhe disse que “não é bem assim”. Luciana explicou que, na pesca, é normal sair para o mar e voltar sem pescado. Tem dia que o mar está para peixe, e tem dias que não está. E isso é algo que não dá para prever. Não tem como saber quando o mar vai estar para peixe. Para trabalhar com pesca é preciso ter paciência, e ter consciência de que muitas vezes vai passar o dia

inteiro no mar e voltar de mãos vazias. Por isso quem trabalha com pesca precisa ir para o mar todo dia, porque no dia que o mar estiver para peixe todos os outros dias serão compensados. Mais arriscado seria ficar em casa e perder um bom dia de pescaria. E foi refletindo sobre a prática da pesca que eu entendi que eu precisava ir para o Morro! Seria uma pena se chovesse, mas... e se não chovesse? Seria como perder um bom dia de pescaria. Seria como ficar em casa justamente quando o mar estivesse para peixe! Por isso, não havia escolha. Eu precisava ir.

Luciana me pediu para chegar no Morro antes das 05h, por causa da maré. Mas às 23h de quinta-feira eu ainda não tinha conseguido dormir, tamanha era a ansiedade. Em função disso eu acabei acordando um pouco mais tarde do que o planejado. Levantei-me da cama às 2h50, comi alguma coisa com pressa, me arrumei, preparei meu equipamento fotográfico e enviei uma mensagem para Luciana avisando que eu estava saindo de casa. Eram 03h40 e eu estava atrasado - a ideia era chegar no Morro do Amaral às 04h30. Por sorte, de madrugada, o trânsito na rodovia é mínimo. Assim, embora eu tenha saído de casa um pouco mais tarde do que o planejado, consegui chegar no Morro exatamente às 04h30. No caminho para lá fiquei apreensivo quando uma garoa forte começou a cair. Ao chegar no Morro, estacionei meu carro bem próximo a Igreja Católica Senhor Bom Jesus. A garoa deu uma engrossada, tive sorte, pois ela não durou muito tempo - depois de 10 minutos havia acabado.

Ao chegar no Morro do Amaral [Figura 3], nenhum sinal da Teresa e da Luciana. Conferi meu celular para verificar se Luciana tinha respondido minhas mensagens, mas não, ela não havia me respondido. Decidi então enviar novas mensagens para avisar que eu já havia chegado, mas nada de ela me responder. Fiquei pensando – será que eu cheguei atrasado e elas já saíram ao mar? (eu comecei a duvidar da minha capacidade de ver as horas). Ou... pode ser que elas estejam tomando café... É, talvez seja isso mesmo... Daqui a pouco elas já estarão aqui – pensei. O jeito era esperar.

Enquanto eu esperava, algumas pessoas já estavam acordadas e aos poucos iam se dirigindo ao ponto de ônibus, esperavam o ônibus chegar para levá-los ao trabalho. Eu estava me sentindo desconfortável com a situação. Luciana e Teresa já deviam estar se preparando para sair e eu deveria estar com elas, fotografando. Eram 04h45 e nada delas aparecerem. Eu me sentia um forasteiro - eu era um cara estranho e desconhecido, com roupa estranha e máscara no rosto, o carro preto e com placa

de uma outra cidade. O que as pessoas estariam pensando de mim? É provável que eu tenha levantado algumas desconfianças e suspeitas. Em determinado momento uma mulher me perguntou que horas eram, talvez como forma de quebrar o gelo. Enfim. Por volta das 04h55 o céu deu os primeiros sinais de claridade. Isso me deixou bem aliviado – um prenúncio de que a chuva, talvez, não viria. As águas da Babitonga, antes invisíveis, cobertas pelo breu da madrugada, ia se revelando gradualmente. Aproveitei, peguei minha câmera e comecei a fazer algumas fotos da Igreja – era uma forma de eu dizer “sou só um turista-fotógrafo, não vou fazer mal a ninguém”.

Eram 05h00 da manhã e Teresa e Luciana ainda não tinham aparecido. Eu resolvi, então, dar uma volta pelo Morro e comecei a fazer algumas fotografias, sem muitas pretensões. Fiz algumas fotografias do porto da Teresa<sup>17</sup>. Depois resolvi descer a rua e explorar o lugar. Fotografei um rancho onde alguns pescadores guardavam suas redes e outra onde se guardavam embarcações. Passei um bom tempo fotografando uma embarcação em um porto que, meses atrás, S. Pedro, irmão de Teresa, me havia mostrado. Depois disso voltei para a Igreja para verificar se Luciana e Teresa já estavam acordadas. Eram 06h10.

---

<sup>17</sup> Quando digo “porto de Dona Maria”, me refiro a essa área que D. Maria utiliza para guardar suas embarcações, para embarcar e desembarcar. Cada pescador costuma ter seu próprio porto e, quando não o possui, precisa utilizar o porto de outro pescador.

**Figura 3.** Caminhando pelo Morro do Amaral. 1) Igreja Católica Senhor Bom Jesus; 2) Praça do Babu; 3) Rancho de pesca e porto.



Fonte: Google Maps, 2021c, adaptado por Fabio Moreira.

**Figura 4.** A Igreja Católica Bom Jesus. O dia começa a clarear.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 5.** A Igreja Católica Bom Jesus, tombada como patrimônio histórico municipal.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 6.** Praça do Babu. Local de encontro dos pescadores.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 7.** Uma vista da Baía Babitonga.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 8.** 05h42. Porto da Teresa. A maré ainda está cheia



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 9.** Porto da Teresa.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 10.** Uma vista da Avenida Beira Mar, Morro do Amaral



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 11.** Explorando o Morro do Amaral. Um rancho de pescadores.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 12.** As águas do Morro do Amaral, no raiar do dia.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

Ao voltar para a Igreja encontro a Teresa já arrumada para o trabalho de tirar marisco, com seus baldes, remos e o chapéu de palha. Mas a Luciana ainda não tinha chegado. Eu envio algumas mensagens para ela, avisando que estávamos esperando, e nada dela responder. Depois, fui até sua casa, para verificar se ela estava acordada, deparei-me com as portas e janelas todas fechadas. Ao chegarmos, Teresa começou a bater nas portas e janelas, acordando a Luciana e a chamando para o trabalho. “Vamo ‘Lu’, olha a maré, olha a maré como tá seca. O Fabio tá esperando. Ligeiro filha de Deus”. No caminho para o porto, Luciana me explicou que, na noite anterior, ela ficou ajudando sua irmã, atendendo até tarde no bar que ela (a irmã) mantém na frente de casa. Além disso, como à noite e durante a madrugada havia chovido no Morro do Amaral, Luciana achou que Teresa não iria sair para tirar marisco.

Eram quase 06h50 quando chegamos no porto da Teresa. A Luciana desembarcou do carro e não perdeu tempo - já pegou o motor e começou a colocar ele na bateira. O motor que elas usam é um motor que eles chamam de “rabeta”. É um motor menos potente que os motores de popa, e por isso as viagens são mais demoradas. No entanto, os motores rabeta são mais baratos e muito mais econômicos, além de terem facilidade de acesso a áreas com nível de água bem baixo

- ao contrário dos motores de popa, que não podem ser usados nessas áreas para evitar que as hélices do motor toquem na lama. Eu as ajudei a carregar os remos, os baldes, as caixas, e entre uma ida e outra, aproveitei para fazer algumas fotos. Fotografei a Teresa colocando os apetrechos dentro da bateira, voltando para a rua para buscar o restante dos apetrechos, e outra mostrando o porto da Teresa e a Baía Babitonga ao fundo.

**Figura 13.** Luciana colocando o motor na bateira.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 14.** Luciana colocando o motor na bateira.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 15.** Teresa colocando os apetrechos de pesca na bateira.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 16.** Teresa indo buscar apetrechos de pesca.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 17.** Uma vista do porto de Teresa e da Baía Babitonga.

Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

Tudo pronto, embarcamos. Elas me pediram para me sentar bem na frente da bateira. De costas para a Baía, ajeitei-me e aproveitei para fazer várias fotografias. Depois de Teresa entrar na bateira, Luciana começa a empurrar a embarcação para dentro da água. Com a bateira na água, ela entra na embarcação e Teresa começa a remar, já que aqui a água ainda é muito rasa e o motor ainda não pode ser usado. Enquanto Teresa vai remando, Luciana já aproveita para ir puxando a cordinha que serve para dar a partida no motor. Quando o motor é acionado, Teresa guarda o remo. Luciana se ajeita no meio da embarcação e, a partir daí, quem assume o controle é Teresa. Lentamente vamos nos afastando do porto, e o Morro vai ficando cada vez mais e mais distante.

Por causa das pancadas de chuva que caíram durante a madrugada, e devido as pequenas aberturas na embarcação, um pouco de água se acumulou no fundo da bateira. Com o auxílio de um litro de plástico, cujo fundo foi cortado, Luciana trabalha para tirar essa água de dentro da bateira enquanto a Teresa continua na direção. Depois de tirar a água, Luciana se acomoda e continua a aproveitar a paisagem. Em determinado momento as duas me chamam a atenção para uma embarcação que passava ao longe, por trás de nós. Elas me explicam que se trata de S. Pedro, irmão da Teresa. Eu fiquei pensando – como é que elas conseguem reconhecer o S. Pedro a esta distância?

Enquanto reflito sobre a questão, continuamos adentrando na Babitonga. E agora, a distância, é possível perceber como o Morro do Amaral se destaca na Baía, o que alimenta novos pensamentos. Quantas pessoas já navegaram nas águas dessa Baía, e quantas histórias de vida tiveram esses morros como cenário? Por fim, aproveito para fotografar uma vista geral da Babitonga.

**Figura 14.** Luciana colocando a bateira na água.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 15 –** Luciana dando a partida no motor e Teresa assumindo o controle.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 16.** Luciana e Teresa, com o Morro do Amaral ao fundo, lentamente adentrando a Babitonga, em direção a Ilha dos Espinheiros.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 17.** Hora de aproveitar a viagem.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 18.** Vista da Ilha do Morro do Amaral de dentro da Baía. O Morro se destaca na paisagem.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 19.** Luciana retira a água do fundo da bateira.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 20.** Ao fundo, S. Pedro, irmão de Teresa. Pescadores se reconhecem de longe.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 21.** Uma vista geral da Babitonga.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

Dentro da Baía existem vários pontos de coleta de mariscos. Dessa vez, Teresa e Luciana escolheram um local que fica na Ilha dos Espinheiros. O local foi escolhido porque outros pescadores já estavam coletando em outros pontos. Ao escolher esse local, elas evitam a aglomeração de pessoas tirando marisco em um mesmo lugar, o que atrapalharia a coleta.

Já próximo ao local escolhido, Teresa desliga o motor e Luciana começa a remar até um lugar adequado para o desembarque. Com o nível da água bem baixo, Luciana desembarca e empurra a embarcação até praticamente fora da água. Ela entra no manguezal enquanto eu e Teresa esperamos dentro da bateira. Antes de desembarcamos, Luciana precisa verificar se o local possui mariscos. Não demora muito e a gente escuta a Luciana gritando para dizer que os tinha encontrado. Ela volta para a bateira e os apetrechos são descarregados. São 07h25.

Sem demora, e com o auxílio de um gancho, elas começam a retirar os mariscos da lama arenosa. Elas trabalham ali por um tempo, e eu aproveito para fazer algumas fotos. Só que Teresa está descontente com o local - os mariscos ali estão muito pequenos. Elas começam, então, a explorar o manguezal, procurando um local mais promissor. Elas seguem em uma direção, retiram alguns mariscos, mas Teresa ainda não se sente satisfeita. Ela segue então por outro caminho, procurando pelos mariscos. Luciana volta para o ponto inicial. Eu aproveito para fazer novas fotos. Tento fazer algumas fotos do processo de retirada do marisco. O problema é que eu não consigo enxergar quase nada, e eu não estava preparado para me deitar na lama. Então o jeito foi apelar para o foco automático e adotar a estratégia da tentativa e erro, torcendo para que conseguir capturar ao menos uma ou outra foto bem enquadrada e focada.

Depois de um tempo ali, tirando mariscos e fotografando, Teresa retorna da sua procura pelos mariscos. Ela conta que encontrou um lugar melhor para tirá-los. Por causa disso, elas começaram a recolher os apetrechos e a colocar tudo dentro da bateira de novo. A ideia era aportar o mais próximo do ponto de coleta dos mariscos, para assim evitar caminhar por dentro do manguezal no retorno, com os baldes e as caixas cheias de marisco.

Bem, pelos menos essa era a intenção. Só que as coisas não deram muito certo. Às 07h40 a maré já havia baixado demais, e por mais que a gente se esforçasse para arrastar a bateira, já era tarde. Apenas uma lâmina de água cobria a lama, onde nossos pés afundavam e ficavam presos. Eu tentei ajudá-las, mas por mais que nos

esforçássemos a embarcação mal saia do lugar. Foi nesse momento que eu tive uma melhor compreensão da influência das marés na vida dos pescadores. Eles precisam sair quando a maré está cheia, pois assim evitam o enorme esforço de arrastar a bateira para dentro ou para fora da água. Depois de livrar meus pés e perceber que seria difícil tirar a embarcação dali, resolvi me afastar por alguns segundos e ao menos fazer um registo do momento.

**Figura 21.** Escolhendo o melhor ponto para o desembarque.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 22.** Próximo do manguezal, o nível da água é baixo. É preciso remar.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 23.** Luciana no manguezal verificando a existência de mariscos.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 24.** Hora de descarregar os apetrechos de pesca e começar tirar marisco.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 25.** 07h30 aprox. Primeiro ponto de coleta, onde elas não permanecem por muito tempo. Teresa nota que os mariscos ali estão muito pequenos.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 26.** Luciana tirando marisco com o auxílio do “saracuã”.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 27.** Hora de recolher os apetrechos e voltar para a bateira.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 28.** Teresa retornando de sua busca.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 29.** 04h42. Pescadoras empurrando a bateira novamente para a água.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 30.** Teresa mostra um siri que ela encontrou enquanto procurava um novo ponto para coletar marisco. Luciana estende a mão para recapturá-lo.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 31.** Siri tenta se defender, mas a habilidade de Luciana era maior.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

Percebendo que era tarde demais, o jeito era ir caminhando pelo manguezal. Os baldes foram novamente retirados da embarcação, e esta foi amarrada a um galho de mangue (vegetação específica da região de manguezal). Nesse instante a Teresa tira do balde um siri que ela encontrou durante sua busca pelos mariscos. Na lama, o siri tenta se defender erguendo as garras, mas a habilidade da Luciana é maior.

Chegando no novo local, eu continuo fotografando a Luciana coletando os mariscos. Tento fotografar de novo a Luciana tirando o marisco com o gancho – ou, como elas dizem, com o “saracuã”. A Teresa não ficou muito tempo por ali. Não demorou e ela saiu novamente para procurar um lugar ainda melhor, ou talvez um lugar onde ela pudesse tirar mariscos em paz – vai ver ela não quisesse ser fotografada. Então eu fiquei ali ainda com a Luciana.

Por volta das 08h40, depois de fazer várias fotografias da Luciana, resolvi ir procurar a Teresa. No caminho, resolvo dar uma olhada na maré. A maré havia secado demais, e as gaivotas e os guarás aproveitavam o momento para fazer sua refeição. Particularmente nesse dia aconteceu um fenômeno que as pescadoras chamam de Maré de Lua, que é quando a maré recua muito mais do que o normal. Parado por um instante, era possível ouvir pequenos barulhos, como se fossem de bolhas de ar saindo da lama. Eu forcei a vista, tentando observar de onde saia o barulho, mas não encontrava nada. Enfim. Melhor continuar procurando a Teresa.

Chamei pela Teresa uma, duas, três vezes, mas não obtive nenhum retorno. O jeito era continuar caminhando. Depois de caminhar mais um pouco, consigo ver a Teresa entre os galhos. Me aproximei. Ela estava tirando mariscos bem próximo a um tipo de córrego por onde a água vazava do manguezal. Curvada, ela retirava os mariscos com o auxílio do saracuã. Fiquei impressionado com a facilidade e rapidez com que ela tirava os mariscos, e ela ria. Fiz algumas fotos dela retirando os mariscos e perguntei se ela não sentia dor nas costas de ficar tanto tempo com as costas curvadas. Ela deu risada, e me disse que faz isso desde os oito anos de idade. Ela disse que já faz isso a tanto tempo que não sente mais nada.

Para olhos não treinados, eles são quase imperceptíveis. Os detalhes vermelhos da Figura 40 destacam os pequenos “riscos” pretos das conchas. Esses são os mariscos. Eles ficam quase que completamente enterrados na lama do manguezal, e são retirados com o auxílio do “saracuã”. O saracuã é uma espécie de gancho que elas colocam por baixo do marisco e o empurram para cima. Como os mariscos ficam enterrados, é fácil compreender por que as pescadoras evitam coletar

mariscos em pontos que já possuem outras pessoas. Se o local tem muitas pessoas, é fácil acabar pisando em cima deles e os enterrando, dificultando a retirada dos mariscos.

**Figura 32.** Caminhando por dentro do manguezal até o novo ponto de coleta.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 33.** Luciana tirando marisco. Uma das mãos segura os mariscos.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 34.** Luciana tirando marisco.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 35.** Neste dia a maré estava muito mais baixa que o habitual. Pescadoras chamam esse fenômeno de maré de lua.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 36.** Aves aproveitam a maré baixa para se alimentar.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 37.** Teresa tirando mariscos.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 38.** Teresa tirando marisco com “saracuã” – uma mão fica sempre cheia de mariscos.



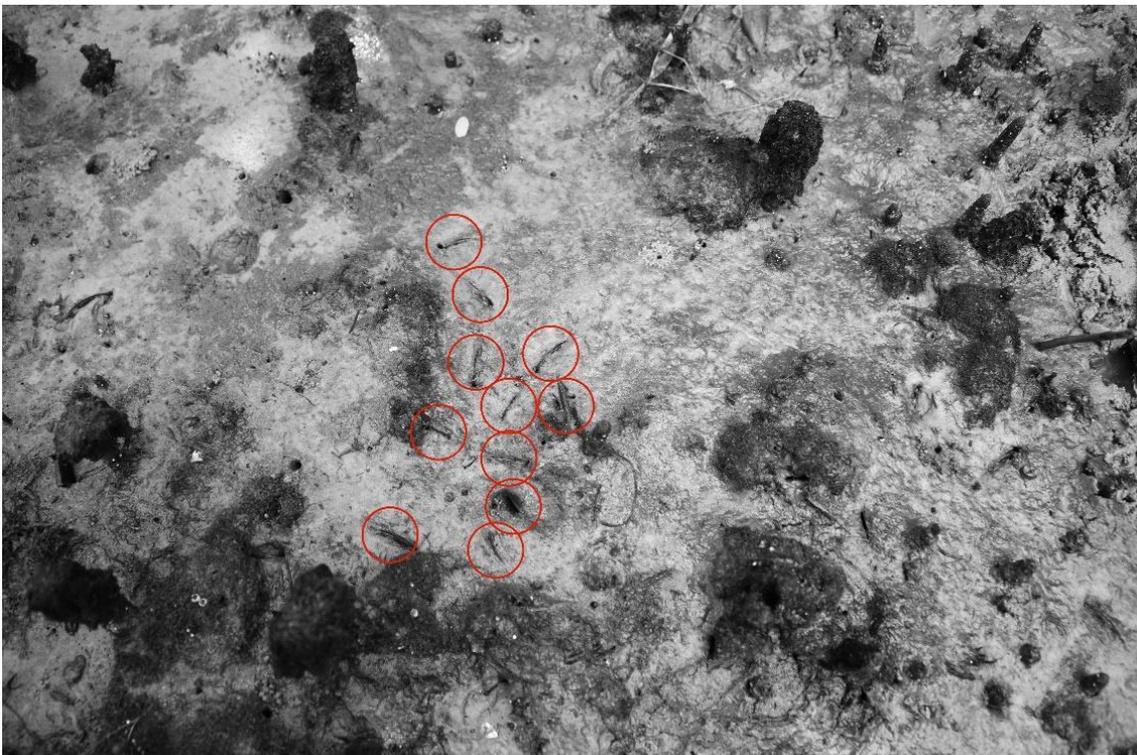
Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 39.** Teresa tirando mariscos.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 40.** Os círculos vermelhos destacam os mariscos, que ficam enterrados na lama.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 41.** Teresa tirando marisco com auxílio do “saracuã”.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

Os baldes já estavam cheios de marisco. Vendo a situação, eu me ofereço para voltar até a bateira e pegar as caixas e baldes que tinham sido deixados lá. Teresa agradece e me pede para trazer um litro de água gelada e a “panelona” (panela grande).

Andar pelo manguezal é difícil. O terreno é encharcado e pesado. Os pés de mangue são baixos, a grama é alta, e os galhos e as raízes tornam a caminhada ainda mais difícil. É impossível caminhar em linha reta, e é sempre preciso dar voltas e curvas para contornar árvores e galhos. Seria fácil se perder ali dentro, não fosse a presença do mar a nos guiar. Apesar de o manguezal possuir bastante sombra, eu suava muito por causa do calor abafado e da umidade. Ao chegar na bateira, vi a água bem distante. Fiz algumas fotos. Ao pegar os apetrechos de pesca, acabei ficando preso na lama, e tive que fazer bastante força para conseguir me soltar. Minha sorte foi ter a embarcação por perto, de modo que eu conseguia ter um apoio. Imaginei como seria cair naquela lama sem ninguém e nada por perto para ajudar. Às vezes,

quanto mais tentamos nos soltar, mais afundamos. Parecia uma areia movediça. Assustador.

Quando voltei, Luciana estava tirando marisco junto com a Teresa. Eu chego e deixo as caixas e baldes no chão e a Teresa aproveita para fazer uma pausa e tomar água. Depois, ela pega a panela grande, coloca ali alguns galhos de mangue e faz fogo com eles. A fumaça é a forma encontrada pelas pescadoras de espantar os mosquitos e maruins. Elas me contaram que no passado, quando não existiam repelentes, era comum que os pescadores passassem querosene no corpo, de modo a espantar os mosquitos, maruins, moscas.

Percebi que Luciana tem um jeito diferente de coletar mariscos. Luciana me contou que prefere coletar os mariscos em locais com mais lama. Nesses locais ela consegue retirar os mariscos apenas com dedos, sem precisar utilizar o saracuã. Não era o caso aqui. Nesse local o terreno era mais arenoso, e Teresa já prefere esses locais. A Luciana também prefere ficar ajoelhada para coletar os mariscos.

Fiz algumas fotos da Luciana e depois voltei a fotografar a Teresa, que me disse em tom de brincadeira para que eu parasse de fotografá-la, pois quando ela fosse pular carnaval, a turma toda ia falar para ela que ela estava lá no mangue, tirando marisco. Risos. Perguntei se ela gostava de Carnaval, e ela disse que o sonho dela era ir pra Bahia pular o carnaval lá. Que se tudo desse certo, ela ia ganhar 300 mil na Tri Mania e ia passar o carnaval inteiro lá.

Passado um tempo, a intuição começa a dizer que a maré vai voltar a encher. Por causa disso Teresa sai mais uma vez - antes de voltar para casa, ela queria coletar algumas ostras. Luciana permaneceu no local. Em determinado momento ela encontrou a “mina de ouro”, como ela me disse, rindo. O local estava repleto de mariscos. Eles eram tantos, e estavam tão próximos um do outro, que ela conseguia retirar vários de uma vez só. Ela pegou um monte deles e colocou-os em cima de um galho, para que eu fizesse uma foto.

**Figura 42.** Maré baixa, e a bateira rodeada de lama.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 43.** Fazendo fumaça para espantar mosquitos e maruins.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 44.** Luciana tirando mariscos.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 45.** A “mina de ouro” de mariscos. Luciana coloca um monte de mariscos em um galho, para que eu fizesse uma foto.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 46.** Encontrando Teresa. Nesse tempo ela capturou dois siris e um balde de ostras, além de um tanto de mariscos.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

Com a maré enchendo, é preciso se apressar. Mais uma vez saio para procurar pela Teresa. Ao chegar ela me mostra as ostras e os siris que encontrou. Eu lhe pergunto se ela quer que eu carregue alguma coisa. Ela coloca as ostras e os siris dentro de um balde e me pede para colocá-los dentro de um saco que tinha ficado com a Luciana. Depois de colocar as ostras e os siris dentro do saco, ofereço-me para levar as caixas e os baldes com os mariscos até a bateira. Confesso que não foi uma tarefa fácil – a caixa era pesada e, para piorar, os galhos e a lama tornava a caminhada bem mais difícil. A tarefa foi dividida em três viagens e, enquanto eu levava as caixas e os baldes cheios de mariscos para a bateira, Luciana coletava os últimos mariscos. Antes de irmos embora, Luciana fincou um galho de mangue bem na beira da água, próximo do último ponto de coleta. Dessa forma, caso elas quisessem voltar ali noutro dia, seria fácil localizar o melhor ponto para tirar os mariscos e a bateira poderia ser deixada ali perto, evitando a caminhada por dentro do manguezal. Tudo pronto, voltamos para a bateira, entramos dentro da embarcação e saímos para buscar a Teresa, que ainda estava no manguezal tirando mariscos e coletando ostras.

11h25, depois de encontrar a Teresa, Luciana ajuda a retirar os últimos mariscos. A maré já estava bem alta, e de acordo com as pescadoras, essa é a melhor hora para tirar o molusco. Quando acabam, é hora de ir para casa. O resultado da pescaria foi melhor do que o esperado: duas caixas + 1 balde grande + 1 balde pequeno cheio de mariscos, 1 saco de ostras, 3 siris e 1 caranguejo. Uma quantidade satisfatória levando-se em consideração o horário que elas saíram. Dos baldes e das caixas é possível ouvir um barulho, semelhante a bolhas de ar, bem parecidos com aqueles que eu tinha ouvido mais cedo, quando a maré estava baixa – eram os mariscos.

Voltando para casa, é hora de relaxar, aproveitar a vista da paisagem e o vento batendo no rosto. Elas me mostram os biguás pousados nos pés de mangue. Ao nos aproximarmos com a embarcação, alguns deles se espantam e voam rente a água.

Ao chegar da pescaria, sua filha desce no porto e conversa com Teresa, que lhe pede para verificar no celular a quantidade de marisco que havia sido encomendada por um restaurante local. Enquanto Teresa aguarda, Luciana já aproveita para lavar os mariscos. Nesse momento, eles são lavados na própria água da Baía, apenas para tirar a lama e a sujeira mais grossa. Feita a lavagem, quem separa a encomenda é a Teresa. O marisco não é vendido por peso, e sim por litros. Sua filha retorna e avisa que a encomenda é de 30 litros. Para separar o pedido,

Teresa utiliza uma pequena lata de alumínio. Luciana assiste a separação do pedido, e a afilhada de Teresa retira a água acumulada no fundo da embarcação. Depois de um tempo Luciana começa a guardar os apetrechos, enquanto a afilhada de Teresa, sentada na beira da bateira, observa a separação dos mariscos para entregar a encomenda recebida. Eu aproveito para fazer as últimas fotos.

A pescaria chega ao fim. Guardo meu equipamento e ajudo Teresa e Luciana a guardar os remos e apetrechos. São quase 01h00 da tarde. O sol está de “matar”. Ofereço uma carona para Luciana – ela coloca um papelão no banco do carro, não quer sujá-lo. Depois de levá-la até em casa, é hora de se despedir. Despeço-me do Morro e sigo para a casa dos meus pais, a 55km dali. Voltando para casa, fiquei pensando como eu teria me arrependido se não tivesse saído de casa. A pescaria foi boa, e a minha saída fotográfica também.

**Figura 47.** Com a maré cheia, é hora de partir.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 48.** Luciana remando e indo buscar Teresa.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 49.** Hora de voltar para casa.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 50.** O resultado da pescaria: 2 caixas + 1 balde grande + 1 balde pequeno cheio de mariscos, 1 saco de ostras, 3 siris e 1 caranguejo.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 51.** Teresa e Luciana retornando para casa.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 52.** Os biguás descansam nos pés de mangue.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 53.** Alguns biguás se assustam com nossa proximidade e voam.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 54.** Contornando a ponta da Ilha dos Espinheiros.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 55.** Mais uma vista da Ilha do Morro do Amaral.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 56.** Voltando para casa.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 57.** Próximo do porto, é preciso remar novamente.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 58.** Aportando.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 59.** Hora de lavar os mariscos.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 60.** Lavando os mariscos.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 61.** Lavando os mariscos.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 62.** Separando a encomenda.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 63.** Observando.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 64.** Observando



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 65.** Um conhecimento repassado de geração em geração.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

**Figura 66.** Finalizando.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

### **Considerações finais**

A realização deste ensaio fotográfico abriu espaço para novas e interessantes possibilidades. Casos vividos, histórias, experiências, práticas cotidianas, bem como os saberes e práticas tradicionais, estão registradas nessas imagens. Além disso, as fotografias forneceram suporte para a escrita e foram ferramentas essenciais para a reconstituição da minha experiência junto às pescadoras, na pesca do marisco. Da mesma forma, este ensaio poderá contribuir para salvaguarda dos conhecimentos e práticas tradicionais dos pescadores e pescadoras da Ilha do Morro do Amaral, seja por meio do registro, mas também por dar visibilidade a esses conhecimentos e práticas. Também poderá contribuir para a proteção do meio ambiente e do território tradicional ocupado por estas pessoas. Aqui, percebe-se a estreita ligação entre o ser humano e o meio ambiente, entre cultura e natureza. Proteger a Babitonga é fundamental para a proteção da cultura e da qualidade de vida dos pescadores e pescadoras da Ilha do Morro do Amaral, e aprender a cultura e os saberes dessas pessoas é, também, aprender mais sobre a fauna, a flora e sobre a relação da

humanidade com o território e o meio ambiente. Nós temos muito o que aprender com os pescadores artesanais e com as demais populações tradicionais brasileiras.

Esperamos que estas fotografias possam alcançar um público amplo e de outros espaços além do acadêmico, inclusive os próprios participantes deste trabalho e seus familiares. As possibilidades são muitas, e não se esgotaram neste trabalho.

## Referências

FIUZA, Beatriz Cunha; PARENTE, Cristiana Parente. O conceito de ensaio fotográfico. **Discursos Fotográficos**, Londrina, v. 4, n. 4, p. 161-174, 2008.

GEERTZ, Clifford. Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa. \_\_\_\_\_. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2015. p.185-213.

GOOGLE Maps. Disponível em: <https://www.google.com/maps/@-26.2593125,-48.655949,28764m/data=!3m1!1e3?hl=pt-BR> . Acesso em: 27 mai 2021a.

GOOGLE Maps. Disponível em: <https://www.google.com/maps/@-26.2939542,-48.7587651,6786m/data=!3m1!1e3?hl=pt-BR>. Acesso em: 27 mai 2021b.

GOOGLE Maps. Disponível em: <https://www.google.com/maps/@-26.2999627,-48.7633152,87a,35y,190.78h,59.31t/data=!3m1!1e3>. Acesso em: 27 mai 2021c.

## AGRADECIMENTO

Agradecemos à Universidade da Região de Joinville pela disponibilização de bolsa de Pós-Graduação e de fomento à realização desta pesquisa, pelo Fundo de Apoio à Pesquisa.

### 3 OS DESAFIOS E OS DILEMAS DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ILHA DO MORRO DO AMARAL

#### Resumo

Esta pesquisa teve como objetivo refletir sobre os desafios e os dilemas envolvidos na proteção do patrimônio natural e cultural, em especial da pesca artesanal, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Ilha do Morro do Amaral (RDSIMA), localizada no município de Joinville, SC, no litoral norte catarinense. Para isso, foram entrevistados 10 moradores da Ilha do Morro do Amaral, com base na metodologia da história oral. A maioria dos entrevistados trabalha ou trabalhou com a pesca artesanal. O artigo está dividido em duas partes. Na primeira parte é discutido a relação entre os moradores e pescadores artesanais com a RDSIMA, além de relatos sobre o contexto de criação do Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral em 1989, e do processo de recategorização concluído em 2012. Em um segundo momento, analisamos a questão da diminuição do rendimento da pesca e do aumento de pescadores ocasionais na Baía Babitonga e a visão dos pescadores sobre os projetos de construção dos novos terminais portuários e de um estaleiro dentro da Baía. Algumas das conclusões retratam que os moradores do Morro do Amaral sabem que o local é uma área que deve ser protegida; entretanto, falta entre os membros da comunidade uma compreensão melhor sobre o assunto. De modo geral, os objetivos da Reserva de Desenvolvimento Sustentável não estão sendo atingidos. E o aumento no número de pescadores ocasionais e os projetos de construção de novos terminais portuários dentro da Baía Babitonga ameaçam a manutenção desta cultura tradicional e da qualidade de vida da comunidade do Morro do Amaral.

**Palavras-chaves:** Patrimônio Ambiental; Populações Tradicionais; Pescadores Artesanais; Unidades de Conservação; Santa Catarina; Conflitos.

#### Introdução

A Ilha do Morro do Amaral, localizada no bairro Paranaguamirim, município de Joinville, Estado de Santa Catarina, apresenta área de aproximadamente 3km<sup>2</sup>. Formada pelos ecossistemas floresta ombrófila densa, manguezal e o sistema lagunar da Lagoa do Saguauçu (SOUZA, 2011), a Ilha possui ainda quatro sítios arqueológicos do tipo Sambaqui e uma Igreja tombada como patrimônio histórico municipal. A comunidade que habita a localidade é uma das mais antigas do município de Joinville. Até a década de 1970, a única forma de chegar à comunidade era por meio de canoa. A abertura da estrada e a construção da ponte ligando o continente à Ilha do Morro do Amaral aconteceu somente em 1976 ( Figura 1). Atualmente o local é considerado uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Entre os objetivos da Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Ilha do Morro do Amaral (RDSIMA) estão a proteção da flora e da fauna silvestre, a regulação do uso e da ocupação do solo, a

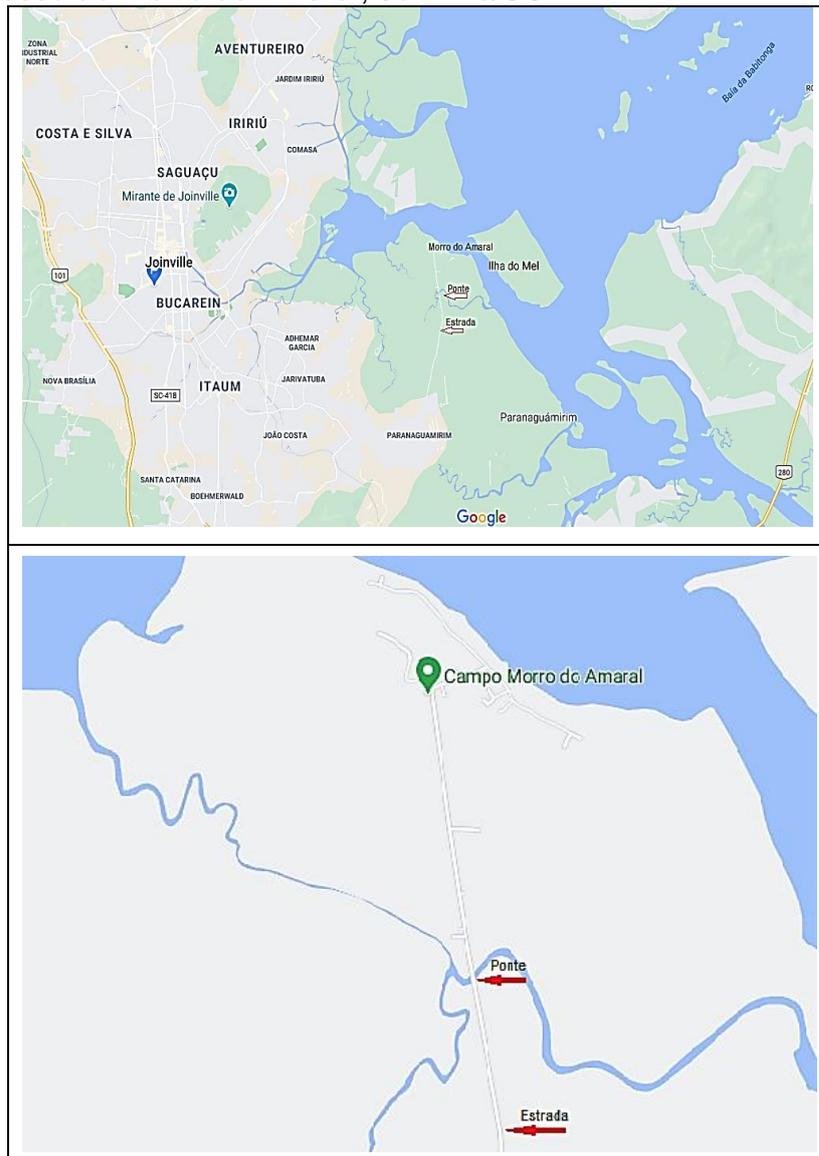
preservação e valorização da cultura, da história e das tradições locais, bem como “assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e melhoria dos modos e da qualidade de vida” da população local (JOINVILLE, 2012) Porém, como veremos, tais objetivos parecem longe de serem concretizados.

**Figura 1** – Ponte de acesso ao Morro do Amaral, Joinville/SC



Fonte: Fabio Moreira, fevereiro/2021

**Figura 2 – Acesso ao Morro do Amaral, Joinville/SC**



Fonte: Google Maps, 2021. Adaptado pelos autores. Acesso em: 27 fev. 2021.

Em 11 de agosto de 1989, o Decreto Municipal nº 6.182 transformou a localidade em Parque Municipal, uma Unidade de Conservação (UC) de proteção integral. Em nota publicada no jornal *O Estado*, o presidente da então Companhia de Desenvolvimento de Joinville (Codeville), Herminio Kuntze, informava que a transformação da Ilha do Morro do Amaral em Parque “se destina a um projeto de preservação e melhoria de vida da população”, sendo parte de um projeto do Prefeito de Joinville de preservar a natureza (GOVERNO DO MUNICÍPIO..., 1989, p. 10). As motivações que levaram à criação deste Parque Municipal serão problematizadas ao longo deste artigo.

Na época da criação do PMIMA (em 1989), o objetivo da criação de Parques Nacionais, Estaduais e/ou Municipais, de acordo com o art. 5º da Lei 4.471/65, era a de “resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos”<sup>18</sup> (BRASIL, 1965) A mesma lei também proibia qualquer forma de exploração de recursos naturais nestas áreas, e os danos causados aos parques eram consideradas contravenções penais, “puníveis com três meses a um ano de prisão simples ou multa de uma a cem vezes o salário-mínimo mensal, do lugar e da data da infração ou ambas as penas cumulativamente”. (BRASIL, 1965).

Como se vê, dessa forma a legislação tornava inviável a ocupação humana e/ou a utilização dos recursos naturais localizados dentro dos Parques Nacionais, Estaduais e/ou Municipais, o que acabou gerando inúmeros conflitos entre os órgãos do poder público e as populações tradicionais que habitavam estes espaços (ou em seu entorno) antes da criação dos parques.

Cabe frisar que esses conflitos não eram uma realidade exclusivamente brasileira. De acordo com Maria Cecília Wey de Brito “o pressuposto inicial que fundamentou a existência de áreas naturais protegidas em muitos países foi o da socialização do usufruto, por toda a população, das belezas cênicas existentes nesses territórios” (2000, p.20). Essa concepção de áreas protegidas surgiu pela primeira vez nos Estados Unidos na década de 1870, logo após o término da Guerra Civil e a intensificação da marcha para o oeste. O marco fundamental desta estratégia de preservação foi a criação do Parque Nacional de Yellowstone, no ano de 1872. McCormick (1992 apud BRITO, 2000, p. 21) explica que, para os primeiros preservacionistas, as áreas virgens deveriam receber proteção total, e apenas atividades de caráter recreacional ou educativo deveriam ser permitidas no interior dessas áreas. Eles acreditavam que havia uma dissociação intrínseca entre homem e natureza. “Para eles, ‘natural’ era aquilo que prescindia da presença ou atuação

---

<sup>18</sup> A Lei 4.471/65, também conhecida como Código Florestal de 1965, foi o segundo Código Florestal brasileiro, o primeiro sendo o Código Florestal de 1934. A Lei 4.471/65 foi revogada em 2012, com a promulgação da Lei Nº 12.651, de 25 de Maio de 2012, conhecida como Novo Código Florestal. De acordo com o Art. 5 da Lei 4.471/65, o Poder Público criará:

a) Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e Reservas Biológicas, com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos;

b) Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais, com fins econômicos, técnicos ou sociais, inclusive reservando áreas ainda não florestadas e destinadas a atingir aquele fim.

Parágrafo único. Fica proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais nos Parques Nacionais, Estaduais e Municipais.

humana, e que permanecia tal como foi originalmente criado pela ‘ação divina’” (BRITO, 2000, p.21). Com o tempo, ao objetivo de preservar as belezas naturais foram sendo incorporados outros, como o da conservação da biodiversidade. Um exemplo disso foi a criação, em 1914, do Parque Nacional Suíço, um dos primeiros parques nacionais criados na Europa. Com isso os limites territoriais das áreas naturais protegidas se ampliaram, visando assim proteger também os processos biológicos, as espécies e os ecossistemas. Dessa forma as áreas naturais protegidas cumpriam um papel de “antítese do desenvolvimento”, e sua principal “função” era a de servir como laboratório para pesquisas no campo da biologia. Isso reforçou a ideia de que a presença humana nessas áreas deveria ser restrita. (BRITO, 2000).

Ao final do século XIX, e ao longo de boa parte do século XX, essa concepção de Parques Nacionais e áreas protegidas se espalhou pelo mundo, gerando inúmeros conflitos entre as populações tradicionais que habitavam estes espaços naturais, de um lado, e os preservacionistas e os órgãos governamentais, de outro. De acordo com Diegues (1996, p.37),

O modelo de conservacionismo norte-americano espalhou-se rapidamente pelo mundo recriando a dicotomia entre “povos” e “parques”. Como essa ideologia se expandiu sobretudo para países do Terceiro Mundo, seu efeito foi devastador sobre as “populações tradicionais” e extrativistas, pescadores, índios, cuja relação com a natureza é diferente da analisada por [John] Muir e os primeiros “ideólogos” dos parques nacionais norte-americanos. É fundamental enfatizar que a transposição do “modelo de Yellowstone” de parques sem moradores vindos de países industrializados e de clima temperado para países do Terceiro Mundo, cujas florestas remanescentes foram e continuam sendo, em grande parte, habitadas por populações tradicionais, está na base não só de conflitos insuperáveis, mas de uma visão inadequada de áreas protegidas”. Essa inadequação, aliada a outros fatores como: graves conflitos fundiários em muitos países; noção inadequada de fiscalização; profunda crise econômica e a dívida externa de muitos países subdesenvolvidos, estão na base do que se define como a “crise da conservação”.

Um exemplo dessa transposição do modelo de parques sem moradores e do impacto sobre as populações tradicionais foi a assinatura da Convenção sobre a Preservação da Fauna e Flora em Seu Estado Natural pela maioria dos países colonialistas africanos, em 1933. Para McCormick (apud BRITO, 2000) é possível que esta Convenção tenha “angariado a antipatia das populações locais para com o conceito de proteção da vida selvagem, pois os animais estavam sendo protegidos por razões não práticas e sem consideração para com os direitos tradicionais de caça”

(MCCORMICK, 1992, p. 37 apud BRITO, 2000, p. 23). Foi essa concepção de área protegida que inspirou a definição de Parque Nacional no Código Florestal de 1934 e que se manteve, com algumas modificações, no Código Florestal de 1965.

Diante deste contexto, podemos ser levados a crer que a criação do Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral (PMIMA) tenha gerado sérios problemas para a comunidade que ali vivia, impondo restrições que inviabilizavam tanto a permanência dos moradores no local quanto o seu desenvolvimento socioeconômico (SOUZA, 2011). Entretanto, uma pequena nota publicada em 1989 no jornal *O Estado*, por ocasião da criação do PMIMA, revela que, estranhamente, a instalação da energia elétrica no local ocorreu pouco tempo APÓS a criação do PMIMA (GOVERNO DO MUNICÍPIO..., 1989, p. 10), o que nos causou estranhamento. Situação um tanto quanto contraditória com a legislação vigente na época, tendo em vista que, como demonstramos, esta não previa a habitação humana dentro de Parques. Se a lei determinava que estes espaços deveriam ser protegidos integralmente e destinados única e exclusivamente as atividades educativas, recreativas e científicas, por que então o empenho por parte da Prefeitura em instalar e levar a energia elétrica até a comunidade DEPOIS da criação do Parque?

Além disso, como pode-se ver no decreto de criação do PMIMA, além da conservação e preservação da paisagem, da fauna e flora local, a criação do referido Parque também levou em consideração a “necessidade de integrar os moradores no processo de desenvolvimento municipal, possibilitando melhores condições de vida àquela população” (JOINVILLE, 1989). Cabe então perguntar: de que modo a criação do PMIMA ajudaria a integrar aqueles moradores no processo de desenvolvimento municipal? E de que maneira poderia proporcionar melhores condições de vida àquela população?

Também cabe destacar que, durante as décadas de 1970-1980, Joinville passava por um intenso fluxo migratório, com grande quantidade de migrantes vindos do interior dos estados de Santa Catarina e Paraná. Incentivados pelo poder público e pelas indústrias da região, esses migrantes chegavam em Joinville em busca de emprego nas fábricas da cidade, o que desencadeou um processo de especulação imobiliária, sendo que muitos desses migrantes construíram suas moradias em áreas de manguezais de propriedade da Marinha, cujos terrenos eram vendidos de modo ilegal (ZERGE, 2017).

Diante destas e de outras evidências que apresentaremos ao longo deste artigo, levantamos a hipótese de que a PRINCIPAL motivação da criação do Parque tenha sido, antes de tudo, a de proteger os moradores da especulação imobiliária, evitando assim sua expulsão – visto que a maioria dos moradores não possuía (e muitos deles ainda não possuem) o documento de posse da terra. Dessa forma, nossa hipótese é a de que, apesar das possíveis restrições que a criação do Parque tenha imposto à comunidade, não era intenção da Prefeitura retirar os moradores da região para fazer dela uma área de proteção desabitada. Pode ser que a criação do PMIMA tenha sido, na verdade, uma maneira de garantir a permanência dos moradores no local. E ao garantir a permanência da comunidade, esta poderia se beneficiar de um possível incremento no número de turistas, os quais passariam a visitar a Ilha atraídos pelo Parque.

Cabe ressaltar que no ano de criação do PMIMA, embora a legislação brasileira ainda não permitisse a ocupação humana dentro de parques nacionais, internacionalmente as discussões em relação a ocupação humana dentro de áreas protegidas já estavam bem adiantadas. O primeiro passo nesse sentido ocorreu em 1962, durante a I Conferência Mundial sobre Parques Nacionais, realizada em Seattle (EUA). Nesta Conferência surgiu o conceito de zoneamento<sup>19</sup>, por meio do qual uma grande área poderia ser protegida mesmo que determinados espaços dela fossem utilizados pelas populações tradicionais. (BRITO, 2000). Outro importante passo nesse sentido foi dado em 1971, com o lançamento do Programa *Man and Biosphere* (MAB) da Unesco, com o objetivo de estimular o desenvolvimento com equilíbrio nas relações entre o homem e o meio ambiente. “Começava então a ser incorporada a realidade da ocupação humana no interior das áreas naturais protegidas, por meio da instalação de reservas da biosfera”, buscando a “otimização da relação homem-natureza” (BRITO, 2000, p. 29). Em 1982, durante o III Congresso Mundial de Parques, que ocorreu em Bali, na Indonésia, os direitos das populações tradicionais foram mais uma vez reafirmados. E em 1992, durante o IV Congresso Mundial de Parques, ocorrido em Caracas, na Venezuela, a questão envolvendo as populações tradicionais e as áreas protegidas foi um dos principais temas das discussões.

---

<sup>19</sup> De acordo com Brito, o “zoneamento é a técnica de planejamento utilizada para resolver problemas de conflitos de usos de um determinado espaço. [...] O objetivo do zoneamento de uma unidade de conservação é o de dividir uma área em parcelas (denominadas ‘zonas’) para que se possam alcançar os objetivos estabelecidos para a área protegida. Cada zona é capaz de atender um ou vários objetivos em particular (2000, p.62-63)

No Brasil, um dos reflexos destas discussões foi a criação da Lei 9.985 de 2000, que regulamentou a Art. 225 da Constituição Federal de 1988 e que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Esse sistema divide as Unidades de Conservação em dois grupos – as Unidades de Proteção Integral<sup>20</sup> e as Unidades de Uso Sustentável<sup>21</sup>.

No entanto, foi por causa da mudança na legislação que a comunidade do Morro do Amaral viu, de fato, sua permanência no local ser ameaçada. De acordo com o Art. 11 da Lei nº 9.985/2000, o objetivo básico dos Parques Nacionais, Estaduais e/ou Municipais é o de preservar os

ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. (BRASIL, 2000)

O primeiro parágrafo do referido artigo especifica que os Parques são “de posse e domínio públicos, **sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas**, de acordo com o que dispõe a lei.” (BRASIL, 2000). No caso das populações tradicionais vivendo em Parques, o Art. 42 especifica que

Art. 42. As populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e **devidamente realocadas** pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes. (BRASIL, 2000)

Como se observa, a Lei nº 9.985 é muito mais clara quanto as ações a serem tomadas em relação às populações tradicionais vivendo dentro de Parques. De acordo com relato oral informal fornecido por uma antiga funcionária da extinta Fundação Municipal do Meio Ambiente (FUNDEMA) a um dos autores deste artigo, com a publicação da nova lei, todas as UC brasileiras teriam que passar por um processo de

<sup>20</sup> “O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais” (BRASIL, 2000); ou seja, apenas atividades recreativas, educativas e de pesquisa. Existem cinco categorias de unidades de conservação de Proteção Integral. São elas: 1) Estação Ecológica (ESEC); 2) Reserva Biológica (REBIO); 3) Parque Nacional (PARNA); 4) Monumento Natural (MONA) e 5) Refúgio de Vida Silvestre (REVIS).

<sup>21</sup> Já as Unidades de Uso Sustentável visam “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (BRASIL, 2000). O grupo das Unidades de Uso Sustentável são compostas por sete categorias de unidades de conservação: 1) Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE); 2) Floresta Nacional (FLONA); 3) Reserva de Fauna (REFAU); 4) Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS); 5) Reserva Extrativista (RESEX); 6) Área de Proteção Ambiental (APA) e 7) Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

reavaliação e de adequação, e foi nesse momento que teve início, dentro da FUNDEMA, uma discussão sobre o que fazer em relação à comunidade do Morro do Amaral - abria-se a possibilidade de realocação daquela população tradicional. No entanto, ainda de acordo com esse relato, essa visão não era unânime, e dentro do órgão houve pessoas que consideraram a situação injusta, visto que os moradores do Morro do Amaral formavam uma das comunidades mais antigas do município e já habitavam a Ilha bem antes da criação do PMIMA.

Foi talvez por causa desses servidores, preocupados com a situação dos moradores da comunidade do Morro do Amaral, que a FUNDEMA deu início a uma série de estudos e reuniões junto à comunidade, buscando encontrar uma forma de garantir a sua permanência no local. Estes estudos e reuniões, que tiveram início em 2007 e que foram concluídos em 2011, serviram de base para a elaboração do projeto de lei nº 304/11, posteriormente discutido e aprovado pela Câmara de Vereadores e sancionada pelo Prefeito de Joinville. Com a publicação da Lei 7.208 no dia 12 de abril de 2012, esta UC deixou de ser um Parque Municipal e tornou-se uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS, ou seja, uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável. Com a recategorização, objetivava-se:

- I - preservar a natureza, garantindo a proteção de remanescente da mata atlântica, floresta ombrófila densa e seus ecossistemas associados, manguezal e lagunar (Lagoa Saguaçu);
  - II - proteger a fauna e a flora silvestre;
  - III - assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida à população local, integrando os moradores no processo de desenvolvimento municipal, com incentivo ao acesso aos projetos sociais e à infraestrutura básica;
  - IV - disciplinar o uso e ocupação do solo, restringindo novas ocupações;
  - V - fomentar o turismo ecológico e a educação ambiental na região;
  - VI - preservar e valorizar a cultura, história e tradições locais;
  - VII - preservar os sítios arqueológicos, denominados sambaquis, presentes na Ilha e seu entorno;
  - VIII - garantir a exploração sustentável dos recursos naturais das populações tradicionais;
  - IX - valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido pelas populações tradicionais.
- (JOINVILLE, 2012. Art. 1)

A recategorização parecia afastar de vez o perigo da expulsão/realocação da população tradicional, e uma nova fase parecia ter começado para a comunidade. De acordo com a imprensa local, com a recategorização a comunidade poderia “usufruir

de programas de turismo de base comunitária e ter direito ao manejo dos recursos naturais” (UMA NOVA REALIDADE..., 2012). Também havia a expectativa de que, com a mudança, a região teria “mais facilidade para obter investimentos em infraestrutura através de recursos federais”, e de que com maiores investimentos, crescesse também o turismo no local (MORRO DO AMARAL PASSA..., 2012). Entretanto, as esperanças dos moradores em melhorar a infraestrutura da comunidade, implantar um trapiche de acesso aos barcos dos pescadores e de construir um mercado local para venda de peixes logo foram desfeitas. O trapiche, que seria construído com recursos do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), nunca saiu do papel (BATISTA, 2014). Ademais, em fevereiro de 2014, o prefeito Udo Dohler, eleito em 2012, anunciou sua proposta de reforma administrativa.

A proposta da Prefeitura é agilizar os processos, reduzir a burocracia e melhorar a gestão relacionada às atividades da Fundema, Ittran e Seinfra. O contribuinte que antes precisava passar por cada uma dessas pastas para conseguir uma licença, agora terá todos os serviços em uma única secretaria e no mesmo local (NSC Total, 2014).

Aprovada pela Câmara de Vereadores em julho do mesmo ano, a reforma<sup>22</sup> extinguiu a FUNDEMA, órgão responsável pela gestão das UCs do município de Joinville, e suas funções foram incorporadas pela nova Secretaria de Serviços Públicos e Meio Ambiente.

---

<sup>22</sup> Cabe aqui destacar que essa reforma, muito provavelmente, não tinha apenas o objetivo de “melhorar a gestão”, “agilizar os processos” e “diminuir a burocracia”, mas também objetivava a redução de “custos” e “gastos” da gestão municipal. Essas medidas, todavia, não são exclusividades da cidade de Joinville, mas estão inseridas dentro de um contexto nacional e internacional de crise do sistema capitalista. O que temos observado nos últimos anos é que, diante de um cenário de desaceleração do crescimento e crises econômicas, os governos vêm sendo pressionados a adotar políticas de austeridade fiscal, obrigando-os a reduzir “custos” e a dar prioridade ao pagamento de suas dívidas públicas (garantindo assim a “sustentabilidade” fiscal do Estado). Nesse cenário, setores como o da cultura e meio ambiente, por exemplo, são sempre muito afetados. Em 2012, por exemplo, o governo federal reduziu em 19% o orçamento previsto para o Ministério do Meio Ambiente (MMA) (CARVALHO, 2013). De lá para cá, os cortes só aumentaram. Em 2021, o orçamento proposto para o MMA foi o menor do século (BARREIRA, 2021). É importante que se pense sobre essa situação. Mesmo que futuramente venha a ser eleito um governo de tendência mais “progressista”, é difícil imaginar grandes investimentos na área ambiental por parte do poder público no atual cenário de crise econômica, agravada ainda mais devido aos problemas relacionados ao Covid-19. Algo que temos observado nos últimos anos é a realização das parcerias público privadas, ou da privatização ou concessão da gestão das áreas protegidas para empresas do setor privado ou organizações sociais de interesse público (OSCIPs), como por exemplo no caso das concessões de vários Parques Estaduais do Estado de São Paulo, e também dos Parques Nacionais do Iguaçu, Lençóis Maranhenses e Jericoacoara para a iniciativa privada. Outra iniciativa nesse sentido é a adoção de mecanismos de pagamentos por serviços ambientais, uma discussão que vem avançando cada vez mais no país. As obrigações para com o cuidado com a natureza está sendo, cada vez mais, sendo entregue a lógica do mercado, e se as coisas continuarem nesta direção, é provável que em um futuro não muito distante o mercado de preservação do meio ambiente se torne um negócio bastante lucrativo. Será que, no dia em que ar puro, água cristalina e biodiversidade estiverem sendo negociadas nas Bolsas de Valores teremos um mundo mais sustentável e socialmente justo?

Não encontramos dados que nos permitam verificar se de fato a reforma “agilizou os processos” e “reduziu a burocracia” conforme os planos do referido Prefeito. Mas, quanto ao objetivo de “melhorar a gestão relacionada às atividades da FUNDEMA”, este parece não ter sido alcançado, ao menos no que se refere à gestão das UCs do Município, particularmente no caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Ilha do Morro do Amaral (RDSIMA). A FUNDEMA era o órgão gestor da RDSIMA e presidia também o Conselho Deliberativo desta UC, formado por órgãos governamentais e não governamentais<sup>23</sup>. A extinção da FUNDEMA desorganizou a administração da RDSIMA e as reuniões do Conselho Deliberativo. E esta foi apenas a primeira de quatro reformas administrativas feitas pelo referido prefeito, reeleito para o mandato 2016-2020. Em 2018, a Secretaria de Desenvolvimento Rural foi extinta e as funções da pasta foram incorporadas à então Secretaria de Meio Ambiente (SEMA). Com mais esta mudança, a SEMA passou a se denominar Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente (SAMA). A SAMA é, atualmente, o órgão responsável pela gestão das Unidades de Conservação do Município de Joinville. (A Notícia, 2018). Devido à extinção da FUNDEMA e às constantes reformas administrativas, as reuniões do Conselho Deliberativo, necessárias para a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo, além de outras competências, foram interrompidas e até hoje não foram retomadas, como veremos mais adiante.

Assim, se por um lado o Prefeito esteve fortemente comprometido com as reformas administrativas de Joinville, é difícil afirmar o mesmo em relação a gestão das Unidades de Conservação municipais, nem em fazer valer a Lei 7.208/2012 e cumprir seus objetivos (dentre os quais estão a preservação e a valorização da cultura<sup>24</sup>, da história e das tradições locais) e nem com a melhora das condições de vida daquela comunidade. O Plano de Manejo da RDSIMA, que deveria ter sido concluído em 2017, até hoje não foi realizado, o que gerou uma ação do Ministério Público de Santa Catarina (MP-SC) contra o município de Joinville, exigindo a elaboração do plano e a notificação dos moradores em situação irregular, dando-lhes

---

<sup>23</sup> O Conselho Deliberativo era formado por representantes de sete órgãos governamentais (4º Pelotão de Proteção Ambiental do 8º Batalhão de Polícia Militar; Companhia Águas de Joinville, Fundação Cultural, Fundema, Fundação Turística de Joinville, Secretaria de Habitação e Secretaria de Assistência Social) e sete representantes de órgãos não governamentais (Associação de Moradores do Morro do Amaral, Associação de Pais e Professores Escola Municipal Professor Reinaldo Pedro de França, Colônia de Pescadores do Morro do Amaral, Instituto Comar, Conselho Comunitário para o Desenvolvimento Sustentável da Comunidade da Ilha do Morro do Amaral, Universidade da Região de Joinville (Univille) e Associação Ecológica Vida Verde (ROSAR, 2013)

<sup>24</sup> É importante ressaltar que quando falamos sobre a cultura do pescador, não estamos nos referindo somente as suas danças, músicas, religiosidade, culinária, artesanato. Estamos nos referindo também ao trabalho do pescador, sua fonte de renda e seu sustento, base de sua cultura.

90 dias para que deixassem o local (FAMÍLIAS DO MORRO..., 2018). Com isso, apenas a permanência da população considerada tradicional<sup>25</sup> seria permitida. Mas em 2019, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ-SC) atendeu ao recurso da Defensoria Pública de Santa Catarina, que com isso conseguiu suspender a decisão anterior, evitando assim (por enquanto) a retirada dos moradores em situação irregular (SAAVEDRA, 2019a). Em setembro de 2019, pouco antes da decisão do TJ-SC, o MP-SC entra com nova ação, novamente exigindo a elaboração do Plano de Manejo em 18 meses (SAAVEDRA, 2019b), o qual ainda não foi realizado.

#### Quadro 1 – Linha do tempo

1870	Criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos EUA. O modelo estadunidense de Parques Nacionais se espalharia pelo mundo ao longo dos últimos anos do século XIX e por boa parte do século XX.
1934	Primeiro Código Florestal brasileiro.
1965	Código Florestal de 1965.
1972	No âmbito da ONU/UNESCO, críticas ao modelo de preservação do meio ambiente vigente. Surge o conceito de conservação, conciliando a proteção da natureza com o desenvolvimento econômico. As comunidades tradicionais, antes vistas como inimigas, agora são vistas como aliadas da proteção ambiental.
1976	Inauguração da estrada e da ponte ligando o continente à Ilha do Morro do Amaral
1989	Criação do Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral (PMIMA); Instalação de energia elétrica na Ilha do Morro do Amaral.
1992	Tem início, no Brasil, discussões referentes a um novo modelo de Unidades de Conservação;
2000	Publicação da Lei nº 9.985 que estabeleceu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).
2007	Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Início dos estudos e reuniões visando a recategorização do PMIMA
2012	Recategorização do PMIMA para Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Ilha do Morro do Amaral (RDSIMA); Instalação de água e estação de tratamento de esgoto na região; Publicação do Novo Código Florestal Brasileiro;
2014	Primeira Reforma Administrativa do prefeito Udo Döhler; Extinção da FUNDEMA devido a Reforma Administrativa.
2017	Ano em que o Plano de Manejo da RDSIMA deveria ter sido concluído; Ações do Ministério Público contra o município de Joinville devido a RDSIMA.
2019	Recurso da Defensoria Pública é aceito pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, evitando a remoção dos moradores em situação irregular que vivem na Ilha do Morro do Amaral; Nova ação do MP-SC exigindo a elaboração do Plano de Manejo.

Fonte; Elaborado pelo autor, 2021

Diante desse cenário, o objetivo deste artigo será problematizar os desafios e os dilemas envolvidos na preservação da cultura local e da pesca artesanal na Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Ilha do Morro do Amaral e verificar se os objetivos da RDSIMA estão sendo atendidos. Para realizar este estudo nos dirigimos

<sup>25</sup> São considerados “população tradicional” as 921 pessoas cadastradas pela Fundema e que ocupavam o Morro do Amaral em setembro de 2011, meses antes do processo de recategorização do PMIMA para RDSIMA.

até a Ilha do Morro do Amaral para conversar diretamente com os moradores locais. Entre agosto de 2020 e março de 2021 foram realizadas mais de 20 visitas à comunidade. Nem todas tinham propósitos acadêmicos, e muitas vezes visitamos o Morro com o propósito de conhecer melhor a região e conversar com as pessoas da localidade, além de informar nossos entrevistados sobre o andamento desta pesquisa. Durante algumas visitas chegamos a almoçar na comunidade, e durante os dias 5 e 8 de janeiro de 2021 tivemos a oportunidade de dormimos na casa de uma de nossas entrevistadas e de conversamos muito com os pescadores.

Com base na metodologia da História Oral, foram entrevistados 10 moradores da localidade, todos considerados população tradicional. A maioria dos nossos entrevistados trabalhou ou ainda trabalha com pesca artesanal, e todos eles convivem com pescadores.<sup>26</sup>

As entrevistas seguiram a metodologia da história oral temática (MEIHY, HOLANDA, 2019), e as perguntas foram elaboradas previamente. Inicialmente, pretendíamos entrevistar 12 pessoas, 6 homens e 6 mulheres, maiores de 18 anos, que trabalhassem com a pesca ou convivessem com pescadores. Os primeiros contatos com a comunidade e a escolha das pessoas que seriam entrevistadas estavam previstos para ocorrer logo após a aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética, o que ocorreu em março de 2020. Mas a crise sanitária decorrente da pandemia de Covid-19 nos obrigou a adiar e a alterar nossos planos. Os primeiros contatos com a comunidade só foram ocorrer em agosto de 2020, e devido às limitações de tempo para a realização das entrevistas e a disponibilidade de tempo dos moradores, o critério para a escolha dos entrevistados foi modificado.

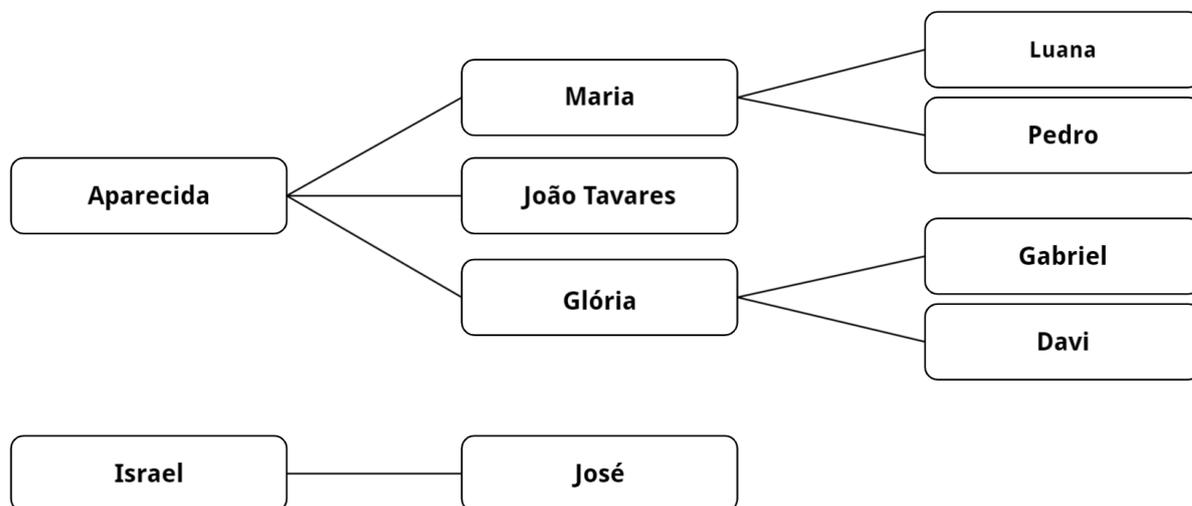
Sem o contato prévio com a comunidade e com os pescadores, os entrevistados foram selecionados de acordo com as indicações realizadas pelos entrevistados anteriores. As exceções a esse critério foram Aparecida, nossa primeira entrevistada, escolhida por já ter concedido entrevista a outra pesquisadora que estudou o Morro do Amaral; e Israel foi indicado por uma antiga servidora da Fundema. Desta forma, conseguimos entrevistar 10 pessoas, 4 mulheres e 6 homens. Das 10 pessoas entrevistadas, 5 pessoas possuíam entre 30 e 60 anos, e 5 possuíam mais de 60 anos. As entrevistas foram realizadas no mês de setembro, nas residências dos entrevistados, e gravadas para posterior transcrição. Foram gravadas

---

<sup>26</sup> Todos os cuidados de proteção foram tomados para evitar o contágio do Covid19 (máscara, álcool gel e distanciamento).

aproximadamente 16h de entrevistas que, depois de transcritas, geraram aproximadamente 600 páginas de material.

**Figura 3** – Diagrama das indicações dos entrevistados<sup>27</sup>.



Fonte: elaborado pelo autor.

Nossa primeira entrevistada foi Aparecida, a qual indicou três pessoas: Maria, João Tavares e Glória. Maria, a segunda entrevistada, indicou mais duas pessoas: Luana, sua parceira de pesca, e Pedro, seu irmão. Já Glória indicou seus dois filhos, Davi e Gabriel. Já Israel indicou José, por este ser um dos moradores mais antigos da região. A figura 3 ilustra as indicações feitas pelos entrevistados. O perfil dos entrevistados pode ser conferido no quadro 2. As entrevistas seguiram a seguinte ordem: 1º Aparecida; 2º Maria; 3º Luana; 4º João Tavares; 5º Pedro; 6º Israel; 7º Glória; 8º Gabriel; 9º José; 10º Davi e 11º Gabriel (entrevistado pela segunda vez).

<sup>27</sup> Para preservar a identidade dos entrevistados, os nomes foram alterados.

Quadro 2 – Perfil dos entrevistados

NOME	NASCIMENTO	PROFISSÃO	TEMPO DE RESIDÊNCIA NO MORRO DO AMARAL	OBSERVAÇÕES
Aparecida	1960 (61)	Aposentada; Proprietária de Petisqueira	De 1965 até 1972 Retornou em 1990	
Maria	1966 (54)	Pescadora	Desde o nascimento	Irmã de Pedro
Luana	1985 (35)	Trabalhava em indústria	Desde 1995	
João Tavares	1944 (76)	Comerciante Aposentado	Desde o nascimento	
Pedro	1964 (56)	Atualmente desempregado (pesca, mas possui carteira)	Desde o nascimento	Não foi possível realizar a transcrição de sua entrevista. Irmão de Maria.
Glória	1958 (63)	Pescadora Aposentada	Desde o nascimento	Mãe de Davi e Gabriel.
Davi	1983 (37)	Pescador artesanal com carteira de pesca	Desde o nascimento	Filho de D. Glória e Irmão de Gabriel.
José	1934 (87)	Funcionário público aposentado;	Desde o nascimento	
Israel	1961 (60)	Pescador aposentado; proprietário de petisqueira	Desde 1991	Natural de Antonina, PR. Relata ter trazido a técnica do siri de Antonina, PR para o Morro do Amaral. Fez parte do Conselho Deliberativo da RDSIMA.
Gabriel	1975 (45)	Pescador artesanal com carteira de pesca	Desde o nascimento	Filho de D. Glória e irmão de Davi

Fonte: Entrevistas realizadas, 2020

Inicialmente, a questão que concentrava nossas atenções para esta pesquisa era o conflito entre os esforços de preservação do patrimônio natural, de um lado, e a manutenção da cultura tradicional dos pescadores, de outro. Quais foram os motivos que levaram a criação do PMIMA em 1989? A criação do Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral afetou o modo de vida dos pescadores? Foram criadas restrições que impediram a manutenção da cultura dos pescadores artesanais? Se sim, a recategorização sanou essa situação? Os objetivos da RDSIMA estão sendo atendidos?

Mas ao longo da pesquisa outras questões começaram a chamar nossa atenção, e estas passaram a nos preocupar muito mais. Destas questões, abordaremos duas ao longo deste artigo: a primeira delas é a questão da diminuição do rendimento da pesca e o aumento de pescadores ocasionais / não profissionais; a segunda é sobre a questão dos controversos projetos de construção de novos empreendimentos portuários e de um estaleiro dentro da Baía Babitonga, local de pescaria de várias comunidades de pescadores, incluindo os pescadores artesanais da Ilha do Morro do Amaral. Na nossa opinião, estas problemáticas poderão se tornar

as maiores ameaças à manutenção da cultura e dos modos de vida dos pescadores artesanais da comunidade, além de comprometer sua qualidade de vida.

Esse artigo, então, visa dar voz a quem raramente é ouvido. As decisões referentes à gestão e à proteção ambiental, e aquelas vinculadas ao desenvolvimento econômico, costumam ser deixadas ao encargo de “especialistas”, fundamentadas em estudos “técnicos”, “imparciais” e “apartidários”. Decorre que, na maioria das vezes, são impostas “de cima para baixo”, raramente levando em consideração a visão da população, principalmente das pessoas e famílias de menor poder aquisitivo, com baixa escolaridade e pouca força política. A metodologia da história oral, adotada neste estudo, permitiu o contato com as demandas e a visão dos participantes desta pesquisa. Esperamos que este artigo possa contribuir de alguma maneira na garantia dos direitos e da qualidade de vida da comunidade.

As entrevistas realizadas com os moradores abordaram várias questões. Inicialmente perguntávamos sobre a infância de nossos entrevistados, sobre como era a vida no Morro do Amaral quando crianças e como aprenderam a pescar. Depois perguntávamos sobre a situação atual da pesca, os tipos de pescado e os apetrechos. O fato de viverem em uma Unidade de Conservação também foi tema investigado durante a entrevista, bem como a relação dos nossos entrevistados com o centro da cidade e com os serviços públicos. Por fim, pedíamos aos nossos entrevistados que fizessem uma avaliação comparando o passado com o presente, que nos falassem o que sentiam em relação ao Morro do Amaral e a Baía Babilonga, e que dissessem como imaginavam que o Morro do Amaral estaria no futuro. Estas entrevistas nos forneceram várias informações que contribuirão para refletir sobre os desafios e dilemas envolvidos na preservação da cultura dos moradores do Morro do Amaral. Nem sempre conseguimos fazer todas as perguntas que havíamos planejado; às vezes um entrevistado se empolgava com determinado assunto, e nesse caso o deixávamos falar livremente.

A forma de sentir, compreender e ler o mundo é produzida nos processos de interação social dos homens intermediados pela cultura e pelos saberes da vida cotidiana. Aqui apresentamos as manifestações dos moradores do Morro do Amaral, em Joinville, Santa Catarina. São expressões, significados e sentidos dados por essa comunidade a partir do grupo social de pescadores artesanais, a partir do que eles estão vivendo no momento histórico presente. A manifestações dos sujeitos dessa

comunidade expressam as relações sociais que estabelecem na atuação em sua comunidade.

O artigo será dividido em duas partes. Na primeira parte iremos discutir/problematizar a questão de a Ilha ser considerada um Parque Municipal de 1989 a 2012, e uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável de 2012 até o presente. Depois, em um segundo momento, falaremos sobre a diminuição do rendimento da pesca e o aumento de pescadores ocasionais dentro da Babitonga, e traremos a visão dos pescadores sobre os projetos de construção dos novos terminais portuários e de um estaleiro dentro da Baía Babitonga.

Para cada temática serão destacadas frases representativas mencionadas pelos participantes deste estudo e que mais chamaram nossa atenção.

## **1. A RDS da Ilha do Morro do Amaral pelo olhar dos moradores**

Acredita-se que os moradores da Ilha do Morro do Amaral são descendentes de diversas etnias (indígenas, portugueses, açorianos, africanos) que se estabeleceram na região em diferentes momentos históricos. Atualmente, a maioria dos moradores da comunidade estão empregados nas indústrias ou comércios da cidade, mas há ainda uma boa parcela de pessoas e famílias que vivem da pesca artesanal e que retiram seu sustento da Baía Babitonga. As principais atividades desses pescadores são a pesca de peixes (tainha, tainhota, robalo, pescada, pescadinha, parati, espada etc.), crustáceos (camarões, caranguejos, siris) e moluscos (mariscos, bacucus, ostras). Alguns moradores mantêm hortas familiares e pequenos pomares para autossustento, bem como a criação de algumas aves como galinhas, gansos e patos, dos quais alguns são criados como animais de estimação. Cães e gatos também são muito comuns. Também é comum que alguns moradores empregados nas fábricas e comércios complementem sua renda por meio da pesca. Os estabelecimentos comerciais existentes na região são, em sua maioria, de propriedade de pessoas que moram no local. As petisqueiras locais oferecem saborosos pratos de peixes e frutos do mar, dos quais grande parte é pescada pelos próprios moradores da Ilha. Alguns dos pratos mais apreciados pelos visitantes são o camarão, o marisco, a casquinha de siri e o baiacu. Existem atualmente cerca de 10 restaurantes/petisqueiras no Morro do Amaral e algumas pequenas mercearias. Os pescados são vendidos tanto para as petisqueiras locais como para outros

restaurantes da região – geralmente os donos dos estabelecimentos encomendam os pescados por meio do aplicativo WhatsApp. Não existe uma cooperativa ou local para o qual todos os pescadores vendem seus pescados – cada pescador cuida de seus próprios negócios e geralmente costuma trabalhar com um parceiro de pesca com o qual divide os lucros da venda (ou os peixes capturados durante a pescaria), bem como os custos com combustível e manutenção de apetrechos e embarcações. Quando os pescados não estão encomendados, é comum que os pescadores os armazenem em freezers e os vendam para os visitantes e clientes que preferem negociar diretamente com os pescadores.

**Figura 3.** A Ilha do Morro do Amaral vista da Baía Babitonga



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, 2021.

A ida ao Morro do Amaral é uma viagem prazerosa. Saindo do centro de Joinville pode-se observar a transformação da paisagem no decorrer do transcurso até o destino. As diferenças de lugares são nítidas. A urbanização densa, os prédios e as indústrias vão dando espaço a outros cenários. A paisagem vai se transformando, o urbano se mistura com o rural. Em determinado trecho da estrada de acesso ao Morro do Amaral, pode-se observar a nítida transição da Mata Atlântica para as áreas

de manguezais. Ao chegar na Av. Beira Mar, como é conhecida a rua que corre paralela a baía, a composição da paisagem transforma-se mais uma vez. As casas dos moradores se completam com o mar e o sol. No céu voam as gaivotas e os bandos de guarás. Os morros dessa região são cobertos pela Mata Atlântica, e a Ilha é cercada pelos manguezais e pelas águas da Lagoa de Saguaçu e da Baía Babitonga. De frente para a Baía o vento sopra mais forte. Ao longe é possível avistar o porto de Itapoá, São Francisco do Sul e diversas ilhas. A esquerda é possível avistar a localidade do Ipiranga, que fica na Ilha do Mel. A direita fica a Ilha dos Espinheiros, o Iate Clube e o Morro da Boa Vista. O deslocamento ao Morro do Amaral pode se dar por meio de transporte público ou particular. Partindo do centro, a viagem de ônibus leva aproximadamente 55 minutos; de carro a viagem é feita em cerca de 30 minutos. A distância é de aproximadamente 16km.

Como a Ilha do Morro do Amaral é uma RDS, apenas pessoas consideradas população tradicional (921 pessoas) (JOINVILLE, 2015) podem viver no local e ter acesso aos serviços básicos de energia elétrica, água encanada e tratamento de esgoto. Mas de acordo com a imprensa local, atualmente este número ultrapassa de 2.000 pessoas (FAMÍLIAS DO MORRO..., 2018). Mesmo havendo a restrição populacional e de acesso aos serviços públicos, bem como a grande distância de diversos bairros de Joinville, os entrevistados afirmam que constantemente pessoas “de fora” se dirigem ao Morro do Amaral para residir na localidade.

Na Ilha do Moro do Amaral há uma escola pública denominada Escola Municipal Professor Reinaldo Pedro de França, cadastrado no MEC como escola rural. Os dados mostram (QEdu, 2018) que estão matriculados um total de 156 alunos do ensino fundamental (34 da pré-escola, 119 do 1º ao 4º ano e 03 da educação especial). Há ainda um posto de saúde no Morro do Amaral, que funciona de segunda à sexta, das 08h às 17h.

Em relação à natureza, a comunidade do Morro do Amaral sente que o local é especial em se tratando do ambiente. A fala de D. Glória retrata bem esse aspecto:

Meu, aqui eu sinto paz. Quando eu tô no centro [Joinville], assim, parece que né... Não vejo a hora de “chegá” aqui, “abri” as janelas, “olhá” pra esse mar de Deus aí, ó. Meu, a natureza... é muito lindo aqui. [...] Meu, isso aqui é tudo. Né, primeiramente é Deus, segundo lugar o meus filho, né. E “adepois” é essa natureza linda que tem aí. (Risos)

As pessoas do Morro do Amaral gostam de morar no local, entretanto, muitas vezes, sentem-se abandonados. Dona Maria, por exemplo, citou várias melhorias que poderiam ser feitas no Morro do Amaral. Entre as melhorias que ela espera para o Morro estão a reforma da ponte, o asfalto, a construção de uma creche, uma escola maior que pudesse atender os alunos até o ensino médio. Quando perguntei para Maria se ela achava que as coisas iriam melhorar, ela disse que não. “ Eu acho que vai ficar assim mesmo, né. Porque pelo tempo que nós “moremo” aqui que a promessa era grande, já era pra ser melhor. Toda vida só fazem promessa, promessa. E não cumprem.”

Para além das promessas não cumpridas, estaria a RDSIMA criando restrições para o desenvolvimento social e econômico da comunidade? E quanto aos objetivos da RDSIMA, eles estão sendo atingidos? É um pouco disso que gostaríamos de investigar na primeira parte deste trabalho.

### **1.1. A criação do Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral**

Durante as entrevistas, perguntamos aos moradores desde quando o Morro do Amaral era uma área protegida e/ou uma unidade de conservação, mas nenhum deles soube responder com clareza essa questão. Mas João Tavares, embora não soubesse dizer exatamente o ano em que a Ilha foi transformada em Parque, nos revelou muitos detalhes interessantes sobre os motivos pelos quais o Morro do Amaral teria sido transformado em unidade de conservação. Ao comentar com ele que o Morro do Amaral era uma Unidade de Conservação, S. João nos respondeu:

É, a conservação né? A Ambiental que “dizê” ... O [prefeito] Pedro Ivo, quando abriu a rua, [...] disse: “ó, quem tem seus terreninho não venda pra ninguém, porque algum tempo vai ‘servi’ pros seus filho, pros seus neto, porque muita gente de fora vem lá ‘comprá’ e ‘qué’ ‘comprá’ por pouco mais de nada e vai ‘tomá’ conta de vocês”. [...] Até ele falou uma vez, já morreu, um “adevogado” ... Quando ele [Pedro Ivo] abriu a rua o “adevogado” [...] foi lá em Florianópolis pra “querê” “requerê” aqui o Morro do Amaral. Ele [o Prefeito Pedro Ivo] lançou no patrimônio da união aqui que isso aqui não era pra ninguém, só o pessoal que “moravo” aqui “memo” pra “contruí” e pra “morá”. [...] O Pedro Ivo disse: “você nem sabe, mas tem um cara aqui ó que foi lá em Florianópolis [tentar requer as terras da Ilha do Morro do Amaral] e não conseguiu”

No entanto, o PMIMA foi criado em 1989, 13 anos depois da abertura da estrada, que ocorreu em 1976. Por isso, voltei a questioná-lo sobre o fato de o Morro do Amaral ser uma Unidade de Conservação. Ele nos respondeu:

Uma área ambiental. [...] Área ambiental que aqui é preservação. Até quando o Pedro Ivo abriu [a estrada] aqui veio muita gente “fazê” loteamento. Loteamento pra “loteá” e aí eles “trancar”, né? [...] A parte ambiental, o FUNDEMA tudo trancou... Que não pode “fazê” desmatamento. Não pode “derrubá” árvore...

Perguntamos então ao S. João se houve alguém de fora do Morro do Amaral que quis fazer loteamento no Morro do Amaral. Ele nos disse:

É, que queria “fazê” loteamento, aí não deu certo. [...] “Inté” dali do rio pra lá tem um homem, [...] [ele] tinha um posto de gasolina ali perto do correio, ali. Ele comprou um lote lá e quis “fazê” loteamento, aí “trancar” tudo. Aí ele deixou abandonado, né?

Embora S. João não afirme categoricamente que o PMIMA tenha sido criado em 1989 para evitar a especulação imobiliária, suas falas revelam que haviam muitas pessoas de fora interessadas nas terras da Ilha desde a abertura da estrada, em 1976, algo que foi bastante noticiado pela imprensa local na época. É provável que a criação do PMIMA em 1989 tenha sido a maneira que o prefeito de Joinville da época, Luiz Gomes, tenha encontrado para trazer maior segurança aos moradores, visto que estes, em sua maioria, não possuíam documento de posse da terra.<sup>28</sup>

## **1.2. A recategorização do Parque Municipal Ilha do Morro do Amaral para Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ilha do Morro do Amaral**

Israel foi uma das pessoas mais envolvidas no processo de recategorização do PMIMA para RDSIMA, e o entrevistado que demonstrou ter mais consciência do seu funcionamento. Israel participou de várias reuniões do Conselho Deliberativo e foi o

---

<sup>28</sup> Pedro Ivo Campos, nascido em Florianópolis, em 12 de outubro de 1930, foi prefeito de Joinville de 1973 a 1977. De 1979 até 1983 foi Deputado Federal por Santa Catarina e governou o estado Santa Catarina de 15 de março de 1987 até 27 de fevereiro de 1990, quando faleceu vítima de câncer. É, até hoje, muito lembrado pelos moradores do Morro do Amaral, os quais consideram Pedro Ivo o prefeito que mais deu atenção para a comunidade. Já Luiz Gomes, também conhecido como Lula pelos moradores do Morro do Amaral, foi prefeito de Joinville entre 1989 e 1992. De acordo com relatos informais fornecidos por alguns moradores, Pedro Ivo teria sido uma espécie de “padrinho político” de Gomes, apoiando sua candidatura à prefeitura de Joinville. Isso reforça a hipótese de que o PMIMA teria sido criado como forma de evitar a especulação imobiliária na região e garantir a permanência dos moradores nativos na ilha, algo que já preocupava Pedro Ivo em 1976, quando inaugurou o acesso terrestre à ilha.

que mais trouxe informações sobre o processo de recategorização ocorrido em 2012. Para ele, a recategorização foi prejudicial: as promessas não foram cumpridas. Na sua opinião, teria sido melhor que o Morro continuasse como Parque. Ele comenta que foram realizadas várias reuniões e audiências públicas junto à comunidade, mas que as promessas que foram feitas não foram cumpridas. Na sua opinião, a recategorização facilitou que pessoas “de fora” se instalassem na Ilha.

É que [aqui] era pra sobreviver, que a reserva em construção sustentável [Reserva de Desenvolvimento Sustentável], que é a real que tá no documento, que era pra sobreviver aqui a família nativa, a pessoa que sobrevive daqui da reserva, mas foi feito ao contrário né? Foi feito ao contrário, eu digo pra você assim ó, [não foi feito] nada.

Seu Israel disse que desde a recategorização do Morro, as únicas mudanças na comunidade foram a reforma da ponte, reforma do posto de saúde (instalação de ar-condicionado e construção de uma sala de 15 m<sup>2</sup>) e melhorada a distribuição da energia elétrica. No restante, não houve melhoras. Ele disse que a mudança não funcionou, só prejudicou, e que teria sido melhor manter o Morro do Amaral como Parque, pois, segundo ele

se o parque continuasse no jeito que tava, que era assim ó, se aquela pessoa... morresse, aquela família, aquilo ali ia se acabando até zerar, até zerar entende? Até zerar, não tem, acabou se, não tem mais ninguém ali, acabou se, então ficava como parque né? Deixasse o parque do jeito que tava, mas pra reserva de recurso sustentável, olha a situação que tá no Morro do Amaral.

Também lhe questionamos quais foram as promessas que fizeram à comunidade na época da recategorização. S. Israel nos disse que

A promessa assim ó, o calçamento, que vinha um dinheiro da época do Marco Tebaldi, é, do dinheiro do Von prata [Fonplata], é o calçamento aqui do Morro do Amaral, o trapiche, o mercadinho de peixe que ia, ia ter, ter ali, mercadinho de peixe . [Tudo isso foi conversado durante as reuniões] Tá documentado tudo né? E hoje tá fazendo nove anos, dois mil e onze que foi começado, hoje é, é dez anos vamos supor, nove, de nove anos a dez anos, que ficou só na promessa, tá, tá no papel e não funciona [...]. Agora tá na mão do ministério público né? Ó, faz uns cinco anos que tá na mão do Ministério Público..., mas também não funciona.

Seu Israel nos relatou que, na época, ele e mais quatro pessoas da comunidade participavam das reuniões com a Fundema. Mas ele disse que, agora, “foi trocado de

prefeito e o prefeito acabou com tudo que tem”. Foi depois disso que o Conselho parou de se reunir. Com o fim do Conselho, os problemas começaram a se agravar, principalmente no que se refere a ocupação de terra por pessoas “de fora”

Parou de se reunir, se no momento parou de se reunir, porque tinha assim ó, lá fora tinha o representante, que representava a polícia ambiental né? É, várias ongs, tudo pararam, por quê? Porque o gestor... É, não funciona, **quando o gestor não funciona, todos sofrem**, todos sofrem, aí quem que, daí o quê que depois vai funcionar, daí vem os grileiro né? Os grileiros de terra né? Pega e taca do jeito que está, agora eu quero ver como que eles vão fazer, [...] que tá na mão do Ministério Público, eu quero ver até quando vai, uma hora estoura.

Perguntamos se S. Israel possuía uma cópia da lei que recategorizou o parque para RDS. Ele disse que possuía, como podemos observar sua interlocução:

Tenho, eu tenho como funciona o parque né? A reserva, como que funciona o gestor, o direito do gestor, que é pra fazer aqui pra nós né? Que não funciona, não funcionou, não funciona porque ele é, complicado, [...] tu tem que marcar audiência e tem dia, **hoje eles nem tão mais recebendo ninguém.**

A fala do S. Israel revela que hoje em dia é difícil alguém da comunidade marcar uma reunião ou audiência com os gestores da RDSIMA. No entanto, a lei 7.208/2012 prescreve que essa gestão deve ser feita junto com a comunidade, conciliando assim a preservação do ambiente com a manutenção da cultura local. Para que a RDS funcione é preciso que exista um trabalho contínuo junto à comunidade. Hoje, a maioria das pessoas não conhece a lei que procura os proteger, não sabe da sua existência, não conhece seus direitos e deveres. De acordo com o S. Israel, existem, em alguns pontos da RDS, placas indicando a existência da lei, só que as pessoas não entendem o que aquilo significa. Os nativos, segundo ele, não sabem como funciona a RDS, “quando eles vê [as placas], eles são leigos né? São leigos, as pessoas são leigas, não enxerga, não adianta né? [...] Eles vê a placa, vê a lei que diz [que o local é uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável] e não sabe, não tem.”

### 1.3 Como é viver em uma Unidade de Conservação?

Diante do histórico de criação e gestão das Unidades de Conservação, apresentado na introdução deste trabalho, nos questionamos se criação do PMIMA, atual RDSIMA, teria criado restrições que impediam a reprodução cultural da comunidade. Por isso, lançamos aos nossos entrevistados algumas questões referentes ao fato de viverem dentro de uma Unidades de Conservação.

O que constatamos é que os moradores/pescadores sabem que o Morro do Amaral é uma área de proteção ambiental, em que a natureza deve ser protegida, mas ao mesmo tempo não sabem que vivem dentro de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Nenhum dos nossos entrevistados soube dizer o ano exato de criação do Parque Municipal, nem sabem dizer exatamente em que ano ela foi recategorizada e o que significou essa recategorização. Quando perguntei para D. Maria desde quando a área era protegida, ela me respondeu “foi depois que saiu o esgoto”, ou seja, pouco depois de a Prefeitura instalar o sistema de água encanada e tratamento de esgoto na localidade, o que ocorreu em 2011, pouco tempo antes da recategorização (MORADORES DO MORRO..., 2011). Já Luana me disse que era algo muito antigo, que ela já morava há 25 anos no Morro, e que “no tempo da Maria já era [uma área protegida]”.

De modo geral, as pessoas parecem indiferentes ao fato de viverem dentro de uma Unidade de Conservação. Durante nossas visitas ao Morro do Amaral, as pessoas simplesmente não falavam sobre o assunto – a RDSIMA não é algo que faz parte das suas preocupações diárias. Quando questionados se percebiam algum benefício pelo fato de morarem em uma RDS, disseram que não. Na verdade, às vezes a impressão dos moradores parece ser a de que viver em uma área protegida tem impedido o crescimento do lugar. Ao perguntar para Dona Maria se ela viu alguma melhoria no Morro do Amaral depois da recategorização (na verdade, ela acredita que a área só se tornou uma Unidade de Conservação em 2012, e não em 1989) ela me respondeu que “pra nós não “truce” porque água cada vez ficou mais cara pra nós (risos). [...] Eu, só de água e luz, filho de Deus, eu pago um salário. De água e luz. [...] Meu Deus, tá triste se tu não for todo dia trabalhar. Meu Deus...”. Ela comparou a situação do Morro do Amaral com a situação de outras localidades do bairro Paranguamirim.

É igual aqui ó, como eu falei pra tu: Jardim Edilene, Ana Júlia, Estevão de Matos<sup>29</sup>... Ali era só mato, não tinha nome. Era só mato. Só existia o Morro. Olha, “fizero” o asfalto, “botaro” luz e nós óh... Acho que nosso... Como eu falei pra tu, acho que aqui tem mais de duzentos ano, o nosso lugar...[...] E é só época de política que eles [os políticos] promete, só. Aí depois passa a política, eles nunca mais “olho” pra nós.

Por causa disso, é fácil entender o sentimento de abandono por parte dos moradores do Morro do Amaral. Locais onde antes havia “só mato”, agora possuem casas, prédios, asfalto, facilidade no acesso à energia elétrica, telefonia, bem como de outros serviços públicos como posto de saúde, creches, escolas, transporte público, além de restaurantes, lanchonetes, mercados, padarias, farmácias, etc. Mas o Morro do Amaral, muito mais antigo, continua “abandonado”. As promessas, sempre de quatro em quatro ano, são muitas, mas quase nunca realizadas. Luana disse:

Na época de eleição, ê, promete tanta coisa, né? (Risos). Só falta [...] Colocar a gente lá no pódio, lá em cima, e soltar foguete. [...] [Os candidatos] promete que vai “melhorá” a rua, colocar asfalto, [que] vão colocar mais creche, [...] “Aumentá” ali o quadro das séries, né? De quinta-série até o ensino médio. Posto de saúde. É, linha telefônica. Tudo. [...] Falam, mas faz vinte e cinco ano que eu tô aqui: nada.

É provável que nem mesmo os candidatos que visitam o Morro do Amaral em época de eleição saibam que o local é uma Unidade de Conservação. Israel comentou que:

o político, o candidato, nem ele conhece a lei, porque se ele sabe que aqui é uma reserva de recurso sustentável [...] então ele tinha que falar pro povo ó: “eu não conheço, não “podemo” mexer aqui, porque aqui é uma reserva ambiental né? E tem várias leis que cuidam de isso aqui, então nós não “podemo” mexe”. Mas ele fala um monte de promessa que sabe que não vai cumprir, porque a lei proibi né?

Com isso, alguns moradores começam a demonstrar desconfiança das promessas de melhorias. Vejamos um exemplo. Sobre os planos de construção de um trapiche no Morro do Amaral, Luana nos contou que

“Até eles [Prefeitura] tão com um projeto pra fazer, falei pra ti né, um trapiche, coisarada. Mas se eles “fazê” é pra benefício deles, né? [...] Porque nós, a gente não pode construir nada, né? [...] Na verdade... Tudo tem que ter autorização.”

---

<sup>29</sup> Jardim Edilene, Ana Júlia e Estevão de Matos são loteamentos criados dentro do bairro Paranaguamirim, mas que muitas vezes são confundidos com bairros (o Morro do Amaral também é muito confundido com bairro). Inicialmente, a região em que tais loteamentos seriam criados faziam parte do município de Araquari, e só no final da década de 1990 é que foram incorporados ao município de Joinville.

Essa talvez seja a forma como os moradores enxergam o fato de viverem em uma Unidade de Conservação: “Tudo tem que ter autorização”.

Aqui o que pode fazer... O que não pode fazer, na verdade, não pode construir nada aqui, né? [...] Tudo tem que ter autorização deles [da Prefeitura], é recurso deles... Não “temo” direito de nada, basicamente, né? [...] Tudo tem que pedir autorização. [Luana]

Dessa forma, os moradores não percebem nenhum benefício em morarem dentro de uma RDS. A RDSIMA não é vista como algo que traga benefícios para os moradores nativos e seus descendentes, sejam eles pescadores ou não. Afinal, toda vez que alguém consegue juntar recursos que lhe permitam realizar uma reforma ou a construção de uma nova moradia, deve antes solicitar uma autorização – tendo que enfrentar burocracias e correndo o risco de não a obter. No entanto, é comum que as construções sejam feitas sem elas. A fiscalização no local é mínima. Gabriel contou que:

Olha volta e meia passa aí um carro da fiscalização, mas é muito pouco. [...] Na verdade se tu vir ali pra trás do campo ali entra praquela ruazinha pra cima tem casa até aqui em cima [...] do morro, [...] tem um lugar ali que a gente ora a noite, a gente é da igreja [...] E vai fazer oração lá em cima, lá tem casa bem pertinho já.

De acordo com os relatos, a fiscalização só aparece quando algum morador resolve fazer uma denúncia.

Se vê algum desmatamento, alguém desmatando, a gente liga lá pra eles denunciar né? A gente protege né? Mas só que tem casos que a gente não vê, tem máquina aí que trabalha só nos domingos, que não tem fiscalização, de noite ainda. [Gabriel]

Na verdade aqui o pessoal aqui... Quando eles aparecem é porque é denúncia, né? [...] Que é difícil eles vim, mas quando vem é porque alguém tá de olho, né? [algum vizinho está observando] [...] E ligam pra eles, aí eles aparecem. [Luana]

Essa situação é bastante delicada. Se a fiscalização só acontece quando existe uma denúncia, conflitos entre os moradores podem surgir – o morador que for alvo da fiscalização saberá que foi alvo de denúncia, e poderá querer descobrir quem o denunciou. Por outro lado, pode acontecer de que, buscando evitar confusões com os vizinhos, as pessoas não façam as denúncias. Mas, mais do que fiscalização, talvez devêssemos falar em ações de conscientização. Mas essas também não acontecem.

Além do mais, na concepção dos moradores e dos nossos entrevistados, a fiscalização e a lei parecem ser aplicadas somente contra os nativos. Muitas pessoas de fora chegam no Morro do Amaral, constroem suas casas e, na impressão dos “nativos”, nada acontece. S. José disse que “Eles só mandam gente [fiscalização] pra proibir, pra não deixa o pessoal faze casa. [...] Mas os outros que vem de fora [chegam e constroem]”. Já Maria contou que:

Quem vem aqui é a ambiental. [...] A ambiental vem direto. [...] Quando um nativo do Morro tá fazendo uma casa, ali pra trás tem uma fazenda ali, eles vinham direto, direto, direto incomodar. Mas a turma lá de fora tão roubando terreno pra construir casa lá, eles não vem atrás. [...] É tudo errado essa ambiental.

Dessa forma, se a Prefeitura não fiscaliza e não proíbe as novas construções que são erguidas pelos “de fora”, por que os moradores “nativos”, que sempre moraram na região, não podem construir uma casa para um filho recém-casado, ou para os pais já idosos? Devido à falta de fiscalização, o número de pessoas morando na Ilha do Morro do Amaral aumenta a cada ano. Isso criou uma divisão entre os “nativos” (aqueles que tem o direito de permanecer no local) e os “de fora” (aqueles que podem ser expulsos a qualquer momento).

Gabriel, que fez parte do Conselho Consultivo da RDS, comenta sobre a lei 7.208/2012:

pelo que “sube” né? Foi uma lei que foi construída de dois mil e onze pra cá. [...] Que ninguém podia construir, que aquele que construísse [...] depois disso né? Eles podiam vim e derrubar a casa”. Luana também disse que “eles falaram que não podia construir, até pra ti fazer uma casa tem que ter autorização, né? [...] Tudo. E quem não é nativo daqui também um dia vai ter que sair, não sei quando.

## **2 O futuro da pesca artesanal**

Antes de nos dirigirmos ao Morro do Amaral, uma das questões que mais nos interessava era saber se a RDSIMA estaria de alguma maneira causando algum tipo de restrição que estaria impedindo o desenvolvimento social da comunidade, bem como a manutenção e reprodução da cultura da pesca artesanal. Além disso buscamos verificar se os objetivos da unidade de conservação estavam sendo

atingidos. Essas questões foram abordadas na primeira parte desse trabalho, e nossas conclusões sobre esses dados se encontram nas considerações finais.

Todavia, durante as entrevistas e demais saídas de campo, outras questões, que inicialmente não eram foco dessa pesquisa, ou nem mesmo eram considerados, acabaram chamando a atenção. Esses temas se destacavam nos diálogos dos moradores, e com frequência eles falavam e conversavam entre si sobre esses assuntos. É importante ressaltar que tais questões não dizem respeito apenas a RDSIMA e ao Morro do Amaral, mas sim a Baía Babitonga como um todo. Afinal, é da Baía Babitonga que os pescadores retiram seu sustento. Se a pesca for impactada, uma das maiores características culturais da Ilha do Morro do Amaral corre o risco de desaparecer.

Foram quatro questões que, ao longo das entrevistas e saídas de campo, destacaram-se: 1) a questão do late Clube e as boias de sinalização náutica instaladas dentro da Baía; 2) a questão do Canal do Linguado; 3) a questão dos pescadores ocasionais dentro da Baía e; 4) a questão da instalação de portos e de um estaleiro no entorno da Babitonga. Neste trabalho, trataremos das questões 3 e 4.

## **2.1 A diminuição no rendimento da pesca e os pescadores ocasionais**

Antes de discorrermos sobre a questão da diminuição do rendimento da pesca e dos pescadores ocasionais, é importante que se faça um esclarecimento sobre o que queremos dizer com pescadores artesanais e o que queremos dizer com pescadores causais.

O pescador artesanal é aquele que vive e depende da pesca, é sua profissão, gera renda, vida e cultura. A pesca artesanal é um sistema produtivo que depende da organização familiar, fundado em uma rede comunitária durável de produção do pescado, pautada na divisão social das tarefas produtivas, não em uma divisão técnica do trabalho. A comunidade de pescadores artesanais funda suas práticas culturais solidificadas em capital social e cultural, onde predominam valores como confiança, solidariedade, participação e cooperação na geração de renda para suprir necessidades de sobrevivência da comunidade que se caracteriza pelas suas práticas culturais tradicionais. Os saberes tradicionais são apreendidos na família e na comunidade, não há necessidade de ensino formal para aprender a ser pescador. Não

há pescador artesanal tradicional desempregado. Segundo Diegues (2004, p.87), a pesca artesanal diz respeito ao:

domínio do saber-fazer e do conhecer que forma o cerne da "profissão". Esta é entendida como o domínio de um conjunto de conhecimentos e técnicas que permitem ao pescador se reproduzir enquanto tal. Esse controle da "arte da pesca" se aprende com "os mais velhos" e com a experiência. Com eles se aprende também a representação simbólica do mundo natural que se traduz pelo "respeito" às leis que regem o mar e seus recursos.

O pescador artesanal se utiliza de embarcações de pequeno porte, e os motores utilizados por eles não costuma 15 hp de potência. A maioria dos pescadores artesanais do Morro do Amaral são associados da Colônia de Pesca Z-32, sediado na própria comunidade, local onde conseguem a carteira de pesca, o que lhes permite se aposentarem como pescador, bem como ter acesso ao 'seguro-defeso'. O período do defeso do camarão na Babitonga vai de 1º de novembro à 31 de janeiro, e durante esse período a pesca do camarão fica proibida, sendo permitida ainda a pesca e captura de outros crustáceos (caranguejos, siris), moluscos (bacucu, marisco, ostra) e peixes. No Morro do Amaral, a pesca do camarão é bastante expressiva, e durante o defeso os pescadores capturam outros tipos de crustáceo, além de peixes e moluscos.

Já os pescadores ocasionais são aqueles cuja principal atividade econômica e fonte de renda não é a pesca. Eles são empregados na indústria ou no comércio em outros bairros da cidade, e exercem a pesca como uma atividade complementar, ou como lazer e esporte. Como os pescadores ocasionais possuem outras fontes de renda, os preços pelos quais vendem costuma ser inferior àquele praticado pelo pescador artesanal. É importante fazer a distinção entre dois tipos de pescadores ocasionais. Fazemos essa distinção com base nas conversas que tivemos com os pescadores artesanais e com os moradores da comunidade.

Os pescadores ocasionais podem ser divididos em dois tipos. O primeiro é aquele pescador cujos avós e os pais foram pescadores. Assim, a pesca faz parte da sua cultura e da sua história de vida. Ele passou sua infância nas águas da baía, mergulhou, visitou as ilhas, conhece os lugares, conhece os pescadores, é filho e neto de pescador. Ele gosta de pescar nos finais de semana, ou às vezes até mesmo durante a semana, como forma de complementar seu salário. É um pescador que, apesar de trabalhar "fora", ainda possui laços importantes com a comunidade e com

a pesca. Se uma dessas pessoas fica desempregada, é comum que esta recorra à pesca artesanal, permanecendo nesta atividade até que uma nova oportunidade de trabalho apareça.

O outro grupo de pescadores ocasionais é aquele que não possui vínculos de parentesco com o pescador artesanal. Esse pescador geralmente mora na cidade e possui maior poder aquisitivo, o que lhes permite comprar embarcações maiores e motores mais potentes e velozes. Uma boa parcela deles saem para pescar com a intenção de ganharem dinheiro, e por isso costumam aparecer logo após a abertura da pesca, que acontece em fevereiro, logo após o fim do período do defeso. Como veremos, isso tem gerado uma série de problemas para o pescador artesanal que depende da pesca. De acordo com os nossos entrevistados, o maior desses problemas é a escassez de pescados e a diminuição no rendimento da pesca.

Durante as entrevistas, perguntei a alguns pescadores se eles percebiam uma diminuição na quantidade de pescados em relação ao passado, e todos afirmaram que o rendimento da pesca diminuiu. D. Maria, por exemplo, nos disse que:

[...] Agora não, agora não tem peixe [...] Bacucu tinha demais [...] agora... [Se] A gente quiser tirar [...] marisco [...], nós temos [...] [Que ir] Pra lá do [Canal do] Linguado. [...] E de primeira [antigamente], não! De primeira aqui tinha muito marisco pra gente tirar. Meu Deus, [...] Agora tá escasso.

Vê um tempo, eu com a minha vizinha ali fomo pescar [...] – meu, nós “fomo” ... “Coloquemo” a rede assim, ó, acho que não deu vinte minuto. Aí eu falei assim: “vamo puxá a rede”, daí ela falou: “por quê? Não.”. Daí eu falei: “vamo puxá a rede, vamo puxá a rede porque eu tô sentindo que tem peixe”. Fomo puxá, matemo três caixa de sardinha. Aí depois nunca mais deu. Também, acho que tá fazendo mais de uns seis pra sete ano que eu fui “pescá” com ela. [...] Daí depois nunca mais deu. Eu já matei muito peixe bonito com o meu marido, também. Meu, só peixe bonito mesmo. Agora só limo, só siri. Nem vale a pena tu pegar uma rede pra tu ir ali, ó. A rede vem só limo.

Eu não gosto mais de pescar como antes. Antes eu gostava de pescar, mas agora eu só gosto de tirar bacucu, marisco, ostra. Mas pegar peixe, não. Camarão eu ia com o meu marido, era até bonito. Tirava quinze, quinze, dez quilo de camarão. Era bonito quando nós vinha com aqueles “barde” de camarão. Agora tu vai ali, o meu irmão vai três hora da madrugada, às vez vem meio-dia com meio quilo de camarão. Tu vê. E se tivesse uma família pra sustentar?

S. José, um dos moradores mais antigos do Morro, também comentava sobre a fartura de peixes no passado. Sobre os camarões, ele me disse que era muito fácil pegá-los. E ele não foi o único. Durante nossas visitas ao Morro do Amaral,

conversamos com muitas pessoas que nos contavam sobre o passado do Morro. Alguns deles nos contaram que antigamente os camarões se criavam bem próximo do Morro e facilmente se podia pegá-los com as mãos. A quantidade era tão grande que chegava a incomodá-los, pois durante os banhos de mar nas águas da baía era preciso tomar cuidado para que os camarões não “furassem os olhos”. Todos esses relatos nos impressionaram bastante, pois isto é algo que não já não existe mais no Morro. Naquele tempo, para capturar os camarões, os pescadores se utilizavam da tarrafa (o gerival / berimbau só chegou ao Morro do Amaral no final da década de 1980). Perguntei para S. José quantos quilos de camarão ele pegava naquela época.

A naquele tempo [...] eu pesquei em uma semana eu peguei cento e dezesseis quilo de camarão. [...] [Eu] pegava a minha canoa, meu “reminho”, minha tarrafa e ia lá pro mar, seis hora da manhã saia de casa. [...] Aquilo tu jogava a tarrafa era bonito de vê. E não era desses camarão que tão pegando por ai, na peixaria, não, porque a tarrafa meu querido, a menor malha que nos usava era aqui óh [...] era dois<sup>30</sup>, eu tinha, uma tarrafa que deixava aqui era dois e meio, ai não fica esses “pinguzinho” [camarão pequeno] né? [...] Ele [o camarão pequeno] bate [na rede], ele vai lá, mas tem folga pra sai né? [Então só pegava camarão grande, e os pequenos conseguiam sair], então se criava, tinha fartura por causa disso.

Ao perguntar para D. Aparecida se havia algum tipo de peixe que era comum encontrar no passado, mas que hoje existe pouco, ela citou a corvina, o bagre grande, a betara, o robalo. São espécies que hoje estão bastante escassas, mas que antigamente se encontrava facilmente próximo ao Morro. Hoje, para pegá-los é preciso navegar grandes distâncias. Ela nos contou que:

Só que tem muita coisa que tá escasso, não tem mais. É, por exemplo, eu conheci o badejo. Hoje em dia, né, pra tu achar o badejo só lá pra baixo, no meio das pedra e olhe lá. Tem muito peixe, se a gente for lembrar, assim, agora até me foge da memória, né. [...] É muita coisa assim... Prejereba, miraguaia, tinha o tempo dela. Ainda eles pegam aqui [perto do Morro], também. [...] E antigamente tinha tanto, rapaz. Tanto, que chegava um pescador matava cinco, seis, dez. Né? Chegava outro com a mesma quantidade. Chegava outro com a mesma quantidade. Como eu te falei, né, eu morei no Ipiranga eu via. Os pescadores tinham rede grossa, rede de malha graúda. Tinha muito peixe graúdo.

O que explicaria essa diminuição na quantidade de pescados? As explicações são variadas, e o mais provável é que não exista um único fator, mas um conjunto de

---

<sup>30</sup> Malha dois: isso significa que a distância entre cada um dos nós da rede é de 2 cm.

fatores: a poluição, o fechamento do Canal do Linguado, a construção e a ampliação de portos dentro da Baía Babitonga. Mas, analisando as falas dos nossos entrevistados, a explicação que mais se destacou foi a de que a redução da quantidade de pescados se deve, principalmente, ao aumento do número de pessoas pescando dentro da Baía. Questionado sobre se antigamente tinha mais peixe no Morro do Amaral, S. João disse que

Ah, tinha. Tinha porque é menos “pescadô”. O peixe rodava lá, sempre tinha alguma coisa de peixe, camarão... Porque o pessoal é como eu tô dizendo, só o pessoal da pesca que “vivio”. Aqui tinha vinte casa, era vinte. Agora tu olha aqui quanto que tem, tem mais de mil... Tu vai lá nesse mar de Deus e já tem gente “vortando” [...]. Naquele tempo era só o pessoal que “vivio” de pesca, né? E naquele tempo muitos peixe aqui ó... Hoje em dia o peixe que ainda tem por aqui é o miraguaia, a pescada, o robalão, e a corvina, a tainha... Esses peixe assim ainda que tem, mas naquele tempo... Peixe que sumisse, que não vê mais: parambiju, a pejereba... E muitos peixe aí que naquele tempo que eu conheci, não tem mais.

Talvez, parte desse aumento na quantidade de pescadores dentro da Baía se deva a conjunção do aumento da população com a adoção dos motores de popa. As embarcações à remo impedia que o pescador se afastasse demais da sua área de residência. Mas com os motores de popa, a navegação se torna mais rápida, e eles conseguem visitar pontos de pesca mais distantes. Como disse S. Paulo:

A população cresceu demais, né? Não é só aqui. Aqui no Espinheiro, vem ali gente lá do Jardim Paraíso, ali do Iririú, tudo “pescá” no Espinheiro. Sai por aqui... E hoje em dia ficou mais fácil. Naquele tempo o pessoal “pescavo” mais à remo. Hoje em dia tem mais facilidade pro pessoal “pescá”, porque tudo tem motorzinho, então eles vão longe.

Assim, D. Glória, fazendo uma avaliação entre passado e presente, disse que, para os pescadores, antigamente era melhor porque havia muito peixe, camarão. Na sua opinião, atualmente as coisas estão piores porque:

Hoje em dia pra tu “matá” um quilo de camarão tem que sua, porque não tá só os pescador. [...] Ah, hoje em dia tem muitas pessoa ali que tá tirando o pão da boca dos “pescadô”. [...] Hoje em dia quando, por exemplo, quando fecha a pesca né, ninguém vai “pescá”. [...] Mas quando abre? O irmão acha que é só pescador que tá lá? Tem mil, tem gente lá de alta classe lá que tá lá pescando, lá no meio lá. Não tem nem lugar pros “pescadô” “memo” profissional. [...] Aí os

“pescadô” vão “matá” peixe, vão “tirá” marisco, aí a pesca tá fechada. Aí quando abre a pesca que o “pescadô” pensa que vai lá “matá” camarão, vai “matá” outros peixe, vai lá vê? Não dava nem pra “colocá” a rede. Nem pra “colocá” berimbau, nada. Tem mais de não sei quantas pessoa lá. Então, [tem gente que] “trabalho” em firma e daí tão lá, né? E aí o “pescadô” que é “pescadô” mesmo vem pra casa...

Na opinião de Gabriel, ainda existem muitos peixes dentro da Baía. O que explica a diminuição no rendimento dos pescados é a quantidade de pescadores.

Claro que naquela época o pessoal fala que tinha muito camarão porque, não é que tinha muito, naquela época é, quase ninguém pescava, aí tinha mesmo, hoje em dia pesca muita gente, mas o camarão tá aí ainda. [...] [Antigamente] a gente ia pescar ali no Ipiranga, na Ilha do Mel, no Ipiranga pescá, chegava lá tinha quatro, cinco embarcação só pescando, naquele mar grande ali só pra quatro, cinco embarcação. E hoje não, hoje tu vai lá na Ilha do Mel, vai em qualquer Ilha aí que se ir, os pescador, meu, é vinte, trinta batera, tudo pescando camarão, na época que tá dando camarão mesmo, se bobear bate um no outro de tanta embarcação lá embaixo.

Davi contou que a grande quantidade de embarcações e redes em um mesmo ponto de pesca acaba por espantar ou “espalhar” os peixes e camarões. Ele explica:

Daí igual a gente fala, a gente que entende hoje de pesca... Tipo assim, se nós “soltá” o nosso gerival hoje aqui e outro “lançá” uma rede, assim, uns cem metro na frente aquela rede ela vai espalhando o camarão [...] e o camarão se enterra. O Camarão se enterra na lama e o gerival é um pouco mais leve, então ele passa por cima e o camarão não sobe.

Perguntei para Gabriel se a maioria dessas pessoas não era pescador. Ele confirmou, e disse que a maioria são pessoas que estão empregados nas indústrias da cidade, ou que:

Tem empresa e daí chega final de semana, não, dia de semana deixam os empregados fazendo [trabalhando] e vão pro camarão, porque o camarão da lucro né? Daí eles vão pegar camarão, pegam quarenta, cinquenta quilo cada um por dia. [...] O pescador fica só no [prejuízo], e ainda [esses pescadores de vem de fora] são aqueles bem [ruins], que se tu vai lá e coloca [a rede] perto deles, capaz de briga, ameaça “dale” tiro, tem muita gente que vai armado pescar, é complicado.

Por causa desse aumento de pessoas pescando dentro da Baía, o rendimento da pescaria vem mais diminuindo cada vez mais. Quando questionado se a pescaria estava rendendo tanto como antigamente, Fabio disse que:

Não, não... Não rende tanto como antigamente, porque antes nós dava lance de rede aqui nesse costão, com [redes de] pequeno porte, pequenas quantidade de rede igual nós tava falando daquela questão né. Nós usava em média trezentos metro de rede, duzentos metro “a vez”. Nós dava lance de dois mil quilo, três mil quilo, quatro mil quilo, seis mil quilo de peixe por aí. E vinha... “A vez” [...] nós colocava a rede ali pra “lavá” no costão, pegava linguado... Tu jogava a rede só no molhe ali o linguado vinha e se enrolava na rede. Caía tudo num bolo só. Hoje em dia pra tu pegar um aí é uma luta.

Situações que antes eram comuns de serem vistas, hoje já não se veem mais. Davi contou que, quando criança:

Nós acordava pela manhã aqui ó, nós ficava aqui [em cima do morro] pela manhã nós via cardumes de tainha pulando. [...] Aqui ó, nós via o preto do cardume. Igual na Enseada, eles sobem lá num morro pra poder vê o cardume. Mas antes nós ficava aqui uns dias, os cardumes de tainha, sardinha. Hoje tu não vê mais isso.

Em fevereiro, quando termina o período do defeso do camarão, a baía fica lotada de pescadores. Davi contou que

Meu Deus, quando abre isso aí [quando termina o período de defeso do camarão] essa água aqui tu não tem espaço de pesca. [...] se eu não me engano aqui nós temo três mil e pouco “pescadô” em toda a área de Joinville. Só que quando abre a pesca isso dá mais de seis mil pescadores, até muito mais. Que daí tu olha assim: “meu, esse ali não era ‘pescadô’ tá ali”. Ah, sei lá não é... Daí tá tomando lugar daqueles que são “pescadô”, que depende daquilo. Mas tu vai “vê” lá o cara tem um mercado, tem uma empresa, tem uma indústria, tem uma, duas, três loja. Mas tá ali tomando o lugar de quem depende daquilo.

Já Gabriel contou que na época do camarão:

[...] enche de velho aposentado ai com aqueles motorzão, que eles tem dinheiro né? Vão lá e ficam pescando o dia inteiro, a gente vai lá e pesca até meio-dia e vem embora e eles ficam lá até a noite, aí pega tudo né? E a gente que depende da pesca fica perecendo aí... [...] [E eles] Não tem carteira, tem que ter a carteira, eu tenho a minha carteira tudo certinho, embarcação, mas, eu nem levo pescar as vezes, porque não adianta, o que tem de gente irregular, o quê que eu vou fazer com a minha carteira na água lá, se eles [a polícia ambiental] passam do lado dos, das pessoas que não tem nada [não tem carteira de pesca

nem documentação da embarcação], e não fazem nada... Complicado... Mas é isso aí.

Davi disse que não é contra as pessoas pescarem dentro da baía, mas acha que estes deveriam dar preferência ao molinete e a tarrafa ao invés das redes, evitando assim tomar o lugar do pescador artesanal que encontra na pesca a sua principal fonte de renda. Esses pescadores “de fora”, de acordo com Davi, chegam a lançar até 3 mil metros de rede, o que acaba espalhando o peixe, com isso diminuindo o rendimento da pesca e dificultando a vida do pescador artesanal. Além disso, o pescador encontra mais dificuldades para vender seu peixe, devido a concorrência. Por causa disso, ele chegou a conversar com alguns pesquisadores que visitaram a região para ver se conseguiriam fazer algo à respeito.

Até mesmo eu conversei com um pessoal da... Que “tavam” fazendo uma pesquisa uns tempos atrás, eu e outro meu primo que ele também é pescador. [...] E “inté” nós tava conversando que nós deveria até “fazê” um conselho dos pescadores “pá” “barrá” esses pessoal. Não que eles não deviam de vim aqui, não: “nós vamos comprar o peixe de vocês”. [...] “Nós vamos ajudar vocês a comprar os pescados, não interferir no pescar de vocês”. Mas daí eles interferem e o que acontece: eles vem aqui, tu lança uma rede, tu é o pescador, tu depende disso. Eles não dependem disso.

Perguntamos ao Davi se existia alguma lei que protegesse o pescador, ou se ele se sentia protegido pela lei. Ele respondeu que não, e nos disse que:

Ah, pelo que eu vejo nós não se “sentimo” protegido de nenhuma maneira. Porque a única coisa que nós “recebemo” aqui é o defeso do camarão que eles “colocaro” aí, mas isso é uma questão de o camarão se “reproduzi” né. Contanto que nós “somo” obrigados e também respeitamos, que não tinha isso aí né. E até “memo” quando não tinha essa lei, parece que dava mais camarão. “Colocaro” isso aí, daí o que que acontece, quando o “pescadô” não tá ali na água tem outros que não são “pescadô” que tão ali com uma imensidão de rede.

Além disso, frequentemente acontece de o pescador artesanal não receber o seu seguro-defeso em dia. Sem dinheiro para pagar suas contas, e sem conseguir mais capturar outras espécies de peixe devido a enorme quantidade de pescadores ocasionais, o pescador artesanal acaba muitas vezes se obrigando a arriscar a pesca do camarão, correndo o risco de ter a embarcação e os apetrechos apreendidos e receber uma multa. Gabriel nos contou sobre o atraso no pagamento do seguro-defeso.

[Atrasa] Direto, direto, ó esse ano era pra pegar em novembro né? A primeira parcela, comecinho de dezembro, mas, eu fui pegar esse ano minha parcela só em março. A minha irmã pegou ontem, ante ontem, que encaminhou em novembro do ano passado pegou ante ontem.<sup>31</sup> É pra ti ver, aí depois eles querem dizer: “ah não, não pode pescar, pesca fechada”. Mas eles não cumpre com a [lei], se eles cumprissem certinho né? Os pagamento certinho a gente não ia né?

Além de não receberem o seguro-defeso em dia, eles têm a impressão de que a fiscalização só aborda os pescadores artesanais, enquanto outros pescadores, que não possuem carteira de pesca, não são alvo das abordagens. Davi dá mais alguns detalhes:

Ah, na época fechada aí bate muito aí [tem muita fiscalização]. Só que o “poblema” deles [dos fiscais], isso é uma questão grave, o problema deles é que eles só vão em cima do “pescadô”. “A vez” o “pescadô” tá só ali com uma redinha e [o fiscal diz] “[...] puxa essa rede senão mando embora”. Mas os outros lá, “a vez”, não são “pescadô” e tão lá no meio. [E a fiscalização não vai em cima deles] Não vão, não bate em cima. Olha lá uma lancha maior, mas nem vão “batê”, não são “pescadô”, mas no fim tão pescando.

Então chega a época da fiscalização quando tu que é “pescadô”, tipo eu, saio ali com a minha rede ali fora, a Ambiental chega e encosta em mim. Mas neles [nos pescadores ocasionais] não. Eles tem os motores mais potentes, maiores. Eles “pego” e saem [...] eles consegue “escapá”, porque eles pescam com motores de sessenta, motores de trinta, quarenta HP. Ou até motores de vinte e cinco. E só motores grandes, embarcações boas, leves. Nós não né, nós somos pescador. Não é que... Nós não temos condições de “comprá” esses motores, e eles que tem, eles “podio” “vivê” de outra forma ou até mesmo vim aqui “comprá” ou “pescá” com menos. Usar uns motores desse pra passeio e não pra tá interferindo na pesca do que depende disso mesmo, né?

Perguntei como ele se sentia com toda essa situação. Ele me disse:

Ô, nós se “sentimo” bem ofendido. [...] Nem é só mesmo do Morro do Amaral, mas também ali da Vila da Glória, daqui de São Francisco, lá de cima da Ribeira, de Araquari, Paranaguamirim, que tem invasão de “pescadô” que mora aqui embaixo no pinote que a gente fala, né. No Salvador ali que tem dois locais né, são pescadores também que moram ali. Se “sentimo” bem ofendido e até “memo” “ingnorados” pela lei, porque só tem lei pro “pescadô” e os outro?

Diante dessa situação, o pescador sente-se injustiçado. Como dito, no ponto de vista dos pescadores, a fiscalização só aborda o pescador artesanal. Durante as

---

<sup>31</sup> Lembrando que as entrevistas foram realizadas durante o mês de setembro, e que o período do defeso do camarão dentro da Baía Babitonga vai de 1º de novembro a 31 de janeiro.

conversas informais que tivemos durante nossas saídas de campo, alguns moradores disseram que as apreensões e multas só serviam para a “ambiental” “mostrar serviço” – ou seja, precisavam multar alguns pescadores para mostrar que eles (os órgãos de vigilância) estavam trabalhando. No entanto, de acordo com os moradores, esses mesmos órgãos de vigilância não abordam os pescadores ocasionais que possuem barcos maiores e motores mais potentes, bem como um maior poder aquisitivo, mas que não possuem carteira de pesca. Além disso, o pescador ainda precisa tomar cuidado com a violência crescente dentro da Baía. Quando sugerimos que Gabriel fizesse uma avaliação do que melhorou e do que piorou nos últimos anos, ele disse que as melhorias foram em termos de conforto material e dos apetrechos de pesca, embarcações e motores. Mas para ele, o que piorou foi:

Das pessoas que vem aí e pesca sem te carteira de pesca e tem varias coisas que a gente, na hora nem lembro né? Mas tem várias coisas que [...] pioraram né? Uma das questão é pessoas que anda aí até armado na água e pescando aí, volta e meia escuta tiro aí na água, de noite a gente tá deitado aqui e “dale” tiro aí na água, isso também assusta a gente.

## **2.2 Sobre projetos de construção de portos e estaleiro dentro da Baía**

### **Babitonga**

Atualmente, existem vários projetos visando a construção e exploração de novos empreendimentos portuários dentro da Baía Babitonga. Dentre esses empreendimentos, destacamos o Porto Brasil Sul, o Terminal Graneleiro da Babitonga (TGB), o Terminal Marítimo Mar Azul, e o Terminal de Granéis de Santa Catarina (TGSC). Juntos, esses negócios somariam mais de R\$ 5 bilhões em investimentos e a expectativa é gerar milhares de empregos diretos e indiretos. (MARTENDAL, 2019). Outro empreendimento é o Terminal Gás Sul (TGS) da multinacional Golar Power, cujo investimento previsto é de R\$ 400 milhões (ANGELIM, 2020).

**Figura 4.** Área afetada pelo estaleiro CMO



Fonte: RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL, 2014, p. 39

**Figura 5.** Projeto do estaleiro CMO



Fonte: Relatório de Impacto Ambiental, 2014, p. 23

Além dos empreendimentos acima citados, também existe um projeto para a construção de um estaleiro para fabricação de plataformas para a produção de petróleo. A Construção e Montagem Offshore S.A (CMO) prevê investimento de R\$ 650 milhões e promete criar 2.500 empregos diretos (PROJETO DE ESTALEIRO, 2014). O empreendimento, anunciado em 2014, até o momento ainda não saiu do papel. O terreno de 500 mil m<sup>2</sup> onde será construído o empreendimento fica no bairro

Miranda, São Francisco do Sul, de frente para Ilha do Mel, um importante ponto de pesca dentro da Baía Babitonga. Em 2018 o empreendimento conseguiu a Licença Ambiental de Instalação (LAI), emitida pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA), mas até junho de 2019 a empresa ainda aguardava a aprovação da LAI para dar início a segunda etapa das obras. Essas construções envolverão operações como dragagem e escavação de um canal. Além da aprovação da LAI, o ambiente macroeconômico e as condições do mercado atrasam o empreendimento. Para o presidente da empresa, a Petrobrás só terá capacidade de investimento em 2025. Até lá, é provável que as obras não prossigam (NOGUEIRA, 2019). Interessante notar que a CMO, empresa criada em 2011, faz parte do grupo Construcap e é resultado da associação da Construcap com a empresa McDermott. Em 2014, a Construcap venceu o processo de licitação para a duplicação do lote 1 da BR-280, que se estende por 36km, de São Francisco do Sul até a BR-101.

Mas afinal, qual seria o impacto da construção desses portos sobre a atividade dos pescadores? Qual a opinião dos pescadores sobre esses empreendimentos? Para S. Israel, a construção desses empreendimentos causará prejuízos aos pescadores, além de interferir no comportamento dos peixes:

vai dar problema pro pescador [...] artesanal, que vive de rede, [...] [Para] pescar o peixe [...] tem um limite, de duzentos metros longe onde que o porto é instalado, é duzentos metros você não pode chegar perto. [...] E aí acabou, porque a baía é pequena, [...] E tem outra, o barulho do rebocador [...], barulho de navio vinte e quatro horas... Se o ser humano que é inteligente [...] tá correndo do barulho? imagina o peixe!

[o pescador] Não vai conseguir pescar, como é que ele vai colocar a rede, como é que o peixe vai entrar pra [...] procriar aqui dentro da Baía, porque o peixe não cria lá fora, ele entra dentro dos rios, dentro da lagoa, dentro da reserva, pra ter os filhotinhos dele, aí como é que vai, vai sobreviver né? Eu acho que já basta o porto de Itapoá ali o problema que aconteceu... Né? Tá dando problema ali, com a turma [de pescadores] ali, então eu acho que não pode ter mais.

A opinião de D. Aparecida é semelhante. Ela acredita que a construção do estaleiro iria prejudicar os pescadores do Morro do Amaral.

Sim, vai prejudicar. [...] Porque próximo a esse porto é onde passa os pescador que costumam pegar o camarão. Tá entendendo? [...] Os pescador costumam passar, é tudo ponto de pesca. [...] Porque vai ser construído no estaleiro o navio, depois eles vão ter que trazer e tirar o navio dali. O navio vai ter que sair dali. Se tiver um navio pra consertar,

vai ter que passar por ali pra consertar o navio, pra entrar no estaleiro. E ele vai passar exatamente nos lugares que os pescador tão pescando, tão matando o seu peixe, o seu camarão. Tá entendendo? De certa forma, vai prejudicar sim.

Davi também comentou que o local onde será construído o estaleiro é um importante ponto de pesca. Além disso, espécies de peixe em risco de extinção só são encontrados por lá. Mais uma vez, a lei parece não ser a mesma para todos.

É uma área de pesca. Nessa Ponta Grossa [...] é uma área que é pescado camarão, a tainha, ali é corvina, é pescada e até mesmo como se “dize” ... Que o nero é um peixe tá em extinção, ali é um local que tem muito nero, tem muito badejo que a gente fala, o badejo aqui né. Isso aí se é extinção por que que eles vão “prejudicá” esse peixe, nem tão se importando com isso... Se eles não se importam com o que tá dentro da lei, imagina com o “pescadô” [...]. Daí o “pescadô” se torna grandiosamente prejudicado.

Perguntei para D. Aparecida se alguém conversou com os pescadores a respeito da construção dos portos. Ela disse que houve uma reunião em São Francisco do Sul, mas que que ninguém conversou diretamente com os pescadores, afinal, se dependesse dos pescadores não haveria esses empreendimentos, como destaca D. Aparecida:

Não, ninguém concorda, né? Ninguém concorda, porque você sabe, mesmo que eles ofereçam emprego. Eles podem chegar e dizer assim: “ah, mas isso aí vai ser bom”, eles podem dizer... [...] [Mas] mesmo que eles ofereçam emprego, o pescador, que nasceu, que tá todos esses anos na pesca, ele não tá acostumado a viver preso. Ele não tá acostumado a mexer com uma ferramenta, com um tipo de uma coisa que ele desconhece. Tá entendendo? [...] O máximo que ele vai durar nesse serviço ali é três meses. [...] Quem é acostumado na pesca não para em serviço, porque você tem que tá sujeito ali as pessoas te mandando: “ó, faz aquilo”, “faz aquilo”, né? E o pescador também não gosta de ser mandado. [...] Ele gosta de ser livre, ele gosta de ir pro mar. Ele é acostumado com aquela vida dele, entende? [...] Deus o livre, se acabar esses ponto de pesca aí, tem muito pescador aí que vai perecer. Vai perecer mesmo. Primeiro que eles não tem estudo o suficiente, eles não têm uma profissão, entende? O que que vão fazer numa empresa lá fora? Então é lamentável...

A visão de D. Aparecida é confirmada pela fala de Gabriel.

Teve aqui uma reunião ali, convocaram bastante pescador né? O que a gente falou pra eles era que não era pra construir, porque pra nos ia ser ruim, daí eles vieram com um monte de promessa né? Dizendo que ia ajudar os pescador, porque ia dar um curso pros pescador

trabalhar de soldador, não sei o que, eu digo: “ah a minha vida, é sou pescador, o meu negócio é pescar não é soldador”. Foi o que eu falei pra eles: “eu pesco, não sou soldador”. [...]

Porque eu gosto [da pesca], eu me criei aqui, toda vida eu pesquei, não sei fazer outra coisa, na verdade eu até sei fazer outras coisas, mas eu não quero sair da pesca, porque, é uma profissão que eu escolhi pra mim né? Eu tenho prazer em pescar. Agora, uma vez eu trabalhei em uma empresa, [...] meu deus! eu todo dia vinha com dor de cabeça e desanimado que eu queria sair, até que foi com um ano assim [...] pedi a conta porque [...] tava ficando depressivo lá dentro, [...] a minha vida é aqui pescar, ai até hoje eu to pescando aí. [...] Eu quero morrer aqui na pescaria. [...] O meu desejo é esse, mas eu não sei daqui pra frente né? Mas o meu desejo é esse.

Davi concorda com a visão de Gabriel:

Daf: “ah, mas vai surgir emprego e tudo assim”, mas o pescador não “qué” emprego em indústria. O pescador “qué” “dependê” da pesca, ele é “pescadô” nato. Então o que ele sabe “fazê” é aquela profissão, “tendeu”? Claro que tem outros, à vez, a gente se torna obrigado, muitas vez, à “fazê” outras coisa pelo fato de eles “tê” construído aquelas empresa ali no local do “pescadô”. Daí o “pescadô” já não pode mais “pescá” ali por que o quê? Passa o navio, ah vai “surgir” rede, vai “pegá” na hélice. Próximo ao porto ali não pode “memo”, ah “colocar” uma lei. Mas só que antes deles “colocá” essa lei eles não “perguntaro” pro “pescadô” se ia “prejudicá”. E agora o porto de São Francisco já é um porto mais antigo, mas foram ampliando. “Ampliaro” mas não “perguntaro” se “afetô” o “pescadô”. Nada disso. É tudo sobre os grande lá.

## Considerações Finais

Como tratado na introdução deste trabalho, a questão que concentra nossas atenções nesta pesquisa foi o conflito entre os esforços de preservação do patrimônio natural, de um lado, e a manutenção da cultura tradicional dos pescadores, de outro. Quais foram os motivos que levaram a criação do PMIMA em 1989? A criação do Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral impactou o modo de vida dos pescadores? Foram criadas restrições que impediram a manutenção da cultura dos pescadores artesanais e o desenvolvimento socioeconômico da comunidade? Se sim, a recategorização sanou essa situação? Os objetivos da RDSIMA estão sendo atendidos? Com base nas narrativas dos entrevistados que apresentamos nossas considerações finais buscando responder estas questões.

De modo geral, os moradores não sabem quando o PMIMA foi criado, nem o que motivou a sua criação. Nossa hipótese, baseada no relato de S. Paulo, é a de que a criação do PMIMA teria sido uma forma do prefeito de Joinville à época evitar a especulação imobiliária na região e a consequente expulsão dos moradores nativos. Acredita-se que não se pretendia criar ali um Parque desabitado, e sim que sua criação pudesse “integrar os moradores no processo de desenvolvimento municipal, possibilitando melhores condições de vida àquela população” (JOINVILLE, 1989), o que foi feito, em parte, com a instalação da energia elétrica no local. Pode ser que a prefeitura também almejasse aumentar a atividade turística na ilha, com a qual os moradores poderiam obter algum tipo de benefício. Futuras pesquisas nos arquivos da Codeville e da Fundema poderão trazer mais detalhes sobre esse processo.

Assim, a criação do PMIMA criou menos restrições para a comunidade do que acreditávamos inicialmente. Não houve relatos de tentativas de expulsão ou realocação, nem de pressão dos órgãos públicos e ambientais para que os moradores deixassem o local. As maiores restrições foram no sentido de restringir a construção de novas moradias e respectiva instalação de energia elétrica. Se por um lado o PMIMA dificultava que os moradores mais jovens construíssem suas casas na Ilha, por outro evitou a especulação imobiliária, o que garantiu a permanência dos moradores mais antigos e suas famílias no local. Sem a criação do PMIMA é provável que o destino destas pessoas, e o do Morro do Amaral, tivesse sido bem diferente.

Foi após a publicação da Lei 9.985 de 2000, que criou o atual Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que a realocação da população local começou a ser cogitada. De acordo com relato informal fornecido por um ex-técnica da Fundema, órgão responsável pela gestão do PMIMA, foi depois da aprovação desta lei que começaram a surgir, dentro deste órgão, discussões no sentido de realocar os moradores, proposta que encontrou resistência de parte dos próprios servidores, visto que não concordavam com a realocação dos moradores do Morro do Amaral, visto que estes já viviam no local muito antes da criação do PMIMA. Novas pesquisas poderão nos ajudar a entender como ocorreu esse processo.

Assim, a partir de 2007 deu-se início a uma série de estudos e reuniões com a comunidade, os quais foram concluídos em 2011 e que deram fundamento para a elaboração do projeto de lei nº 304/11 visando a recategorização do Parque. Em 2012 o projeto foi aprovado, e com a publicação da Lei 7.208 de 2012, o então Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral se tornou a Reserva de Desenvolvimento

Sustentável da Ilha do Morro do Amaral. Com a recategorização, as 921 pessoas cadastradas como população tradicional ganharam o direito de permanecer morando na Ilha.

Inicialmente as coisas andaram bem. Em 2013 foi criado o conselho deliberativo da RDSIMA. Reuniões entre representantes da comunidade, da sociedade civil organizada e dos órgãos públicos ocorreram durante algum tempo. No entanto, no início de 2014 o então prefeito Udo Döhler, eleito em 2012, apresentou sua proposta de reforma administrativa, aprovada pela Câmara de Vereadores em abril do mesmo ano. Com a reforma, a Fundema foi extinta, e suas competências transferidas para uma nova secretaria. Após a extinção da Fundema as reuniões do Conselho Deliberativo da RDSIMA não voltaram a acontecer. Podemos dizer que a RDSIMA foi abandonada. Além do fim das reuniões do Conselho Deliberativo, a fiscalização no local tornou-se apenas esporádica, e sem qualquer tipo de eficácia.

Os objetivos da RDSIMA estão longe de serem atendidos. A recategorização Parque para RDS afastou a possibilidade de realocação da população tradicional, mas os investimentos na infraestrutura local, como construção de trapiche e mercadinho de pesca, não ocorreram. O Plano de Manejo, que deveria ser concluído em 2017, até o momento não foi realizado, gerando ações do Ministério Público de Santa Catarina contra a prefeitura de Joinville. A falta de fiscalização e de qualquer tipo de controle na reserva permitem que terrenos sejam comercializados de maneira ilegal. Muitas pessoas se instalaram na área da reserva e construções são realizadas em áreas de preservação permanente. Além disso, a chegada de novos moradores criou uma divisão entre os moradores “nativos”, que podem ficar na reserva, e os “de fora”, que podem ser expulsos a qualquer momento. Assim, não foi a criação do PMIMA e sua recategorização para RDSIMA que ameaçam a manutenção da cultura local, mas sim a falta da observância da lei que está colocando em perigo a perda desse patrimônio natural e cultural.

Devido à falta de compromisso do poder público em observar a lei, os moradores encaram a RDSIMA como um empecilho para o crescimento e o desenvolvimento da região. O que se percebe é que os moradores gostariam que os “avanços” fossem mais rápidos, da mesma forma como ocorreram em outros bairros e localidades próximas, com acesso a mais serviços públicos, asfalto, telefonia etc. Os moradores da Ilha do Morro do Amaral, sejam pescadores artesanais ou não, também desejam as comodidades da vida moderna. Sentem que merecem os

mesmos direitos e serviços que outras pessoas vivendo em outros bairros têm acesso. Nesse sentido, as leis de proteção do meio ambiente são encaradas como algo que só serve para proibir e multar os pescadores e os moradores “nativos”, enquanto os “de fora” e os “poderosos” continuam a violá-las sem qualquer tipo de consequência. Por isso, os moradores são indiferentes a existência da RDSIMA. Eles sabem que vivem em uma região de preservação ambiental, mas não sabem responder quando a região foi transformada em Parque Municipal, quando ocorreu a sua recategorização, e com quais objetivos. Os moradores continuam vivendo sua vida sem pensar sobre o assunto. Outras questões, mais urgentes, os preocupam – os dramas da vida cotidiana, as contas para pagar, a criação e educação dos filhos, a saúde e bem-estar dos pais idosos que precisam de assistência.

Além disso, as entrevistas com os moradores revelaram que o problema com a RDSIMA não é o único fator que ameaça a manutenção da sua cultura. De acordo com os pescadores artesanais, o excesso de pescadores ocasionais e não profissionais dentro da Baía tem, cada vez mais, diminuído o rendimento da pescaria, dificultando a vida do pescador artesanal que encontra na pesca seu principal meio de sustento.

Outro ponto importante é a questão dos projetos de construção dos novos terminais portuários e de um estaleiro dentro da Baía Babitonga que, caso se concretizarem, poderão causar danos irreversíveis, tanto do ponto de vista ambiental como cultural. De acordo com os pescadores, muitos pontos de pesca não poderão mais ser acessados, e é possível que a construção desses empreendimentos altere toda a dinâmica da fauna e flora dentro da Baía. Por isso, é importante que os gestores das Unidades de Conservação levem em consideração, também, os territórios tradicionais utilizados pelas populações tradicionais. Sem a proteção desses territórios, a proteção da cultura tradicional e a manutenção da qualidade de vida dessas populações fica comprometida.

Mas, diante do atual contexto político e econômico, o poder público brasileiro tem optado por uma estratégia de redução de “custos” e investimentos - dos quais os setores ambientais e culturais sempre são grandemente impactados –, levando-o a privatizar ou a conceder à iniciativa privada a gestão do patrimônio público. Essa política, além de incentivar investimentos do setor privado, em especial de investidores estrangeiros, adota uma série de medidas visando tornar o investimento mais atrativo, como a concessão de benefícios fiscais e a flexibilização de leis

urbanísticas, trabalhistas e ambientais. Tais empreendimentos quase sempre são muito bem-vistos pelas classes dirigentes, empresariais e comerciais, já que tendem a beneficiar seus negócios, em detrimento dos anseios e do bem-estar da população trabalhadora em geral, que sem alternativa acaba não tendo outra saída a não ser se submeter aos caprichos de suas elites. Diante de tal cenário, as perspectivas não são animadoras. É importante registrar que o Plano de Manejo da RDSIMA, um instrumento de gestão da UC dos mais importantes, nunca existiu. A SAMA (Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente), órgão gestor ambiental da Prefeitura de Joinville, está em débito com a legislação e já teve ação do Ministério Público.

Cabe a nós, comunidade acadêmica, em conjunto com a sociedade e o poder público, pensarmos estratégias capazes garantir que os objetivos da RDSIMA sejam atingidos, garantindo assim a proteção do meio ambiente, da cultura tradicional e garantindo o bem-estar desta comunidade que é uma das mais antigas do município de Joinville, contribuindo assim para a construção de um novo tipo de desenvolvimento – um desenvolvimento sustentável.

## Referências

ANGELIM, Kelly. Golar Power investe R\$ 400 milhões em terminal de GNL e deve criar mais de mil empregos em Santa Catarina. Clik Petróleo e Gás. 17 set. 2020. Disponível em: <https://clickpetroleoegas.com.br/golar-power-investe-r-400-milhoes-em-terminal-de-gnl-e-deve-criar-mais-de-mil-empregos-em-santa-catarina/>. Acesso em: 23 mar 2021.

A Notícia. Câmara vota nova reforma administrativa de Udo Döhler nesta quarta-feira. 09/01/2018. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/camara-vota-nova-reforma-administrativa-de-udo-dohler-nesta-quarta-feira>. Acesso em 10 jan. 2021.

BARREIRA, Solange. Orçamento do Meio Ambiente é o menor do século. Eco Debate. 25 jan. 2021. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2021/01/25/orcamento-do-meio-ambiente-e-o-menor-do-seculo/>. Acesso em: 23 mar. 2021.

BATISTA, João. Morro do Amaral espera por trapiche para incrementar transporte pela água em Joinville. ND Mais. 13 ago. 2014. Disponível em: <https://ndmais.com.br/transportes/morro-do-amaral-espera-por-trapiche-para-incrementar-transporte-pela-agua-em-joinville/>. Acesso em: 23 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965**. Institui o novo Código Florestal. Brasília, DF: Câmara dos deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4771-15-setembro-1965-369026-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 24 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm). Acesso em: 5 mai. 2020.

BRITO, Maria Cecília Wey de. Unidades de conservação: intenções e resultados. São Paulo, Anablume/Fapesp, 2000.

CARVALHO, Eduardo. Cortes no orçamento federal de 2012 atingem Ciência e Meio Ambiente. G1, São Paulo. 15 fev. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2012/02/cortes-no-orcamento-federal-de-2012-atingem-ciencia-e-meio-ambiente.html>. Acesso em: 23 mar. 2021.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** São Paulo: Ática, 1983.

DIEGUES, Antonio Carlos; ARRUDA, Rinaldo, Sergio Vieira (Orgs.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2000.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada.** 6. ed. Rev. amp. São Paulo: Hucitec, Nupaub-USP/CEC, 2008.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **A pesca construindo sociedades:** leituras em antropologia marítima e pesqueira. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP. 2004. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/A%20pesca%20construindo%20sociedades.compressed.pdf>. Acesso em 20 fev. 2021.

FAMÍLIAS DO MORRO do Amaral, em Joinville, aguardam plano de manejo que definirá futuro de casas. NSC Total. 05 mai. 2018. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/familias-do-morro-do-amaral-em-joinville-aguardam-plano-de-manejo-que-definira-futuro-de>. Acesso em: 25 mar. 2021.

GOOGLE Maps. Joinville. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/Joinville+-+Pirabeiraba,+Joinville+-+SC/@-26.2988076,-48.7997532,12.5z/data=!4m5!3m4!1s0x94deafdc40afbc4b:0x4b39d148cac10ae7!8m2!3d-26.3044084!4d-48.8463832>. Acesso em: 27 fev. 2021.

GOOGLE Maps. Disponível em: <https://www.google.com/maps/@-26.2593125,-48.655949,28764m/data=!3m1!1e3?hl=pt-BR>. Acesso em: 27 mai 2021a.

GOOGLE Maps. Disponível em: <https://www.google.com/maps/@-26.2939542,-48.7587651,6786m/data=!3m1!1e3?hl=pt-BR>. Acesso em: 27 mai 2021b.

GOOGLE Maps. Disponível em: <https://www.google.com/maps/@-26.2999627,-48.7633152,87a,35y,190.78h,59.31t/data=!3m1!1e3>. Acesso em: 27 mai 2021c.

GOVERNO DO MUNICÍPIO de Joinville cria área de preservação do Morro do Amaral. **O Estado**, ano 75, n. 22751, 13 ago. 1989.

JOINVILLE. **Decreto nº 6.182, de 11 de agosto de 1989**. Cria o Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral e dá outras providências. Joinville, Prefeitura Municipal de Joinville.

JOINVILLE. **Lei nº 7.208, de 12 de abril de 2012**. Altera a categoria do Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral para Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Ilha do Morro do Amaral, e dá outras providências. Joinville: Jornal do Município, 2012. Disponível em: <https://wwwold.joinville.sc.gov.br/public/portaladm/pdf/jornal/b08a46fa93a7335b25396ef2f44a1b44.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2020.

JOINVILLE. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. **Portaria nº 53, de 25 de novembro de 2015**. Joinville, 2015.

MARTENDAL, Luan. Como está a situação dos quatro empreendimentos portuários anunciados para a Baía da Babitonga. NSC Total. 08 set. 2019. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/como-esta-a-situacao-dos-quatro-empresendimentos-portuarios-anunciados-para-a-baia-da>. Acesso em: 23 mar. 2021

MCCORMICK, John. Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará, 1992.

MEIRA, Roberta Barros e CARELLI, Mariluci Neis. Notas Sobre Florestas no Brasil da Primeira República: Silvicultura, Preservação da Natureza e Agricultura. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, Anápolis, v. 4, n. 1, p.301-312, 2015.

MORADORES DO MORRO do Amaral recebem com festa a inauguração do sistema de esgoto. **ND Mais**. 02 mai. 2011. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/moradores-do-morro-do-amaral-recebe-com-festa-a-inauguracao-do-sistema-de-esgoto/>. Acesso em: 24 mar. 2021.

MORRO DO AMARAL PASSA a ser Reserva. Câmara de Vereadores de Joinville. Disponível em: <http://www.cvj.sc.gov.br/component/content/article/47-noticias/1218-projeto-de-reserva-no-morro-do-amaral-aprovado>. Acesso em: 23 mar. 2021.

NOGUEIRA, Paulo. CMO congela projeto de estaleiro em São Francisco do Sul. Click Petróleo e Gás. 10 jun. 2019. Disponível em: <https://clickpetroleoegas.com.br/cmo-congela-projeto-de-estaleiro-em-sao-francisco-do-sul/>. Acesso em: 23 mar. 2021.

NSC Total. Udo Döhler anuncia reforma administrativa em Joinville. 11 fev. 2014. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/udo-dohler-anuncia-reforma-administrativa-em-joinville>. Acesso em: 23 mar. 2021.

OLIVEIRA, Giully de. De Parque a Reserva: Ilha Morro do Amaral, Joinville/SC. In: II Congresso de Direito Ambiental de Áreas Protegidas, 2015, Florianópolis. Os 15 anos

da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000: Anais do II Congresso de Direito Ambiental das Áreas Protegidas. São Paulo: Ixtlan, 2015.

PELEGRINI, Sandra C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, n. 51, p. 115-140 – 2006.

PROJETO DE ESTALEIRO anima o Norte de SC. Portos e Navios. 3 nov. 2014. Disponível em: <https://www.portosenavios.com.br/noticias/ind-naval-e-offshore/projeto-de-estaleiro-anima-o-norte-de-sc>. Acesso em: 23 mar. 2021.

QEdU. Escola Professor Reinaldo Pedro de Franca. Morro do Amaral. Disponível em: <https://www.qedu.org.br/escola/218702-em-professor-reinaldo-pedro-de-franca/censo-escolar>. Acesso em 27 abr. 2021.

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL da Implantação do Estaleiro CMO em São Francisco do Sul, Santa Catarina. **ACQUAPLAN Tecnologia e Consultoria Ambiental Ltda**. Set. de 2014. Disponível em: <https://docplayer.com.br/4748830-Relatorio-de-impacto-ambiental.html>. Acesso em: 18 abr. 2021.

ROSAR, Rosana. Morro do Amaral dá mais um passo para regularização fundiária, em Joinville. ND MAIS, Joinville. 18 jun 2013. Disponível em <https://ndmais.com.br/noticias/morro-do-amaral-da-mais-um-passo-para-regularizacao-fundiaria-em-joinville/>. Acesso em: 23 mar. 2021.

SAAVEDRA, Jefferson. MP quer plano de manejo para área de preservação no Morro do Amaral em Joinville. NSC Total. 10 set. 2019b. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/saavedra/mp-quer-plano-de-manejo-para-area-de-preservacao-no-morro-do-amaral-em>. Acesso em: 25 mar. 2021.

SAAVEDRA, Jefferson. Justiça determina maior fiscalização para impedir danos ambientais no Morro do Amaral. NSC Total. 03 nov. 2019a. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/saavedra/justica-determina-maior-fiscalizacao-para-impedir-danos-ambientais-no-morro-do>. Acesso em: 25 mar. 2021.

SOUZA, Dalzemira Anselmo da Silva. **A recategorização do Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral**. Joinville: Fundação do Meio Ambiente de Joinville (FUNDEMA), 2011.

UMA NOVA REALIDADE para os moradores do Morro do Amaral. ND Mais. 04 abr. 2012. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/uma-nova-realidade-para-os-moradores-do-morro-do-amaral/>. Acesso em: 23 mar. 2021.

ZERGER, L. J. . O discurso da industrialização e a ocupação dos manguezais nas décadas de 1970 a 1980 em Joinville: um olhar à luz de Foucault. Dissertação de mestrado. Joinville: Universidade da Região de Joinville (Univille), 2017.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Registrar e discutir as narrativas sobre as práticas e os saberes dos pescadores artesanais moradores da Ilha do Morro do Amaral revelou-se uma tarefa desafiadora, mas gratificante. Mesmo sendo uma das comunidades mais antigas do município de Joinville, a história do Morro do Amaral ainda é, de certa maneira, desconhecida. Ainda são poucas as informações e os estudos acadêmicos dedicados à região. Nesse sentido, espera-se que este estudo possa oferecer alguma contribuição aos pesquisadores interessados no tema. Os registros e as discussões em torno das narrativas permitiram-nos um melhor conhecimento dessas práticas e saberes, da história e dos desafios envolvidos na preservação desta cultura. E é com base nessas descobertas que faço minhas considerações finais.

No primeiro capítulo deste trabalho, trouxemos algumas informações sobre a história da Ilha do Morro do Amaral. Na minha opinião, as duas maiores contribuições deste capítulo foram: a) as discussões sobre a abertura da estrada e da construção da ponte ligando a Ilha do Morro do Amaral ao continente em 1976; b) a problematização em torno da criação do Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral, em 1989. No caso da abertura da estrada em 1976, percebe-se que o problema da questão fundiária, a preocupação com a especulação imobiliária, a preservação ambiental e o potencial turismo da região já eram temas que se destacavam nas reportagens sobre o Morro do Amaral publicadas na época.

Sobre a questão da criação do Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral em 1989, antes da pesquisa a ideia que tínhamos do PMIMA era a de que a sua criação teria gerado uma série de restrições aos moradores, o que teria prejudicado o desenvolvimento social e econômico daquela população, bem como criado dificuldades para a reprodução da sua cultura tradicional. A pesquisa no Arquivo Histórico de Joinville (AHJ) possibilitou uma nova percepção sobre este processo. O material encontrado no AHJ nos permitiu levantar a hipótese de que o Parque teria sido criado, em grande parte, como forma de proteger os moradores do Morro do Amaral da especulação imobiliária ao mesmo tempo em que poderia fortalecer a atividade turística na região, da qual a comunidade poderia se beneficiar. É claro que, junto com a criação do Parque, vieram também algumas restrições. No entanto, sem a criação do PMIMA, a situação do Morro do Amaral seria muito diferente. A hipótese da criação do PMIMA como maneira de evitar a especulação imobiliária, eu acredito,

tem algum fundamento. Todavia, somente novas pesquisas, principalmente nos arquivos da Companhia de Desenvolvimento de Joinville (Codeville) e da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Joinville (Fundema) poderão confirmar, ou não, esta hipótese. Quanto ao fortalecimento do turismo, poucas ações do poder público parecem ter sido tomadas nesse sentido.

Diante dessas novas informações surgem algumas reflexões. De certa forma, desde 1976 vêm se procurando integrar os moradores do Morro do Amaral ao processo de desenvolvimento municipal, de modo a garantir a comunidade uma melhor qualidade de vida. O primeiro passo nesse sentido foi a abertura da estrada e a construção da ponte ligando o Morro do Amaral aos demais bairros do município de Joinville em 1976, para acesso via terrestre (antes era feito somente por canoa); o segundo se deu com a criação do PMIMA e a instalação da energia elétrica em 1989; o terceiro e último se deu com a reforma da ponte, a elevação de trecho da Avenida Kurt Meinert para evitar as cheias causadas pela maré, a instalação da estação de tratamento de água e a recategorização do PMIMA para RDS entre os anos de 2011-2012 foram algumas das iniciativas nesse sentido. No entanto, tais iniciativas que começavam com um governo sempre foram interrompidas pelos governos subsequentes. Essa falta de regularidade tem comprometido os esforços no sentido de garantir a qualidade de vida da comunidade.

A criação do PMIMA em 1989, por exemplo, evitou que os moradores nativos fossem expulsos devido a especulação imobiliária; e a recategorização, em 2012, abria possibilidades de novos investimentos na região. As iniciativas, porém, não obtiveram continuidade e a população sente-se frustrada. Eles almejam os serviços e a infraestrutura que já são realidade em outros bairros e localidades do município: asfalto, creche, escola até o ensino médio, acesso à saúde, telefonia, internet etc. Nesse sentido, como demonstramos na primeira parte do terceiro capítulo, a falta de continuidade nas ações tem levado os moradores a associarem as leis de proteção ambiental como as responsáveis pela falta de desenvolvimento da região. Além disso, sentem que as leis são injustas, pois na sua percepção elas servem para penalizar os “nativos”, enquanto os “de fora” (a população não tradicional que mora na Ilha, mas que não possui o direito de viver ali por se tratar uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável) e os “grandes” (pessoas de maior poder aquisitivo, empresários etc.) nunca são fiscalizados, proibidos, penalizados. Os de “fora” e os “grandes” realizam ações que, na percepção dos moradores, prejudicam muito mais o meio ambiente do

que o pescador artesanal que, por exemplo, pesca no período de defeso ou constrói sua casa. Na percepção dos moradores a fiscalização e a leis só são utilizadas contra os “nativos” (a população mais antiga de Morro, juntamente com seus filhos), enquanto os “de fora” e os “grandes” nada sofrem.

As leis têm pouca eficácia se faltam os recursos e os investimentos necessários para sua execução. Sem verbas, falta fiscalização, ações de educação ambiental e patrimonial, fornecimento de serviços públicos e, conseqüentemente, a garantia da qualidade de vida. É preciso que haja continuidade nas políticas, do contrário elas se tornam ineficientes. E quando as leis deixam de ser cumpridas justamente pelo Estado que as cria e que deveria zelar por elas, cria-se o sentimento de injustiça – ou seja, o Estado não entrega saúde, segurança, educação, bem-estar, deixa de honrar seus compromissos para com a população, e ainda exige que o pescador faça sua parte.

E é aqui que eu gostaria de chamar à atenção para um ponto que considero fundamental. De fato, a existência de leis de proteção ambiental é algo muito importante, bem como a existência de um sistema judiciário que cobre ações para que estas leis sejam executadas. Mas é necessário compreender que as leis não se executam por si mesmas – as leis, sem os recursos financeiros, materiais e humanos necessários para sua execução, são ineficientes. Exemplo disso é o Plano de Manejo da RDSIMA que até hoje não foi realizado, o que é prejudicial tanto para a cultura do pescador tradicional quanto para o meio ambiente. Esse documento (Plano de Manejo) deveria ter sido aprovado 5 anos após a criação da Unidade de Conservação, conforme legislação vigente.

Mas não basta atribuir a responsabilidade do problema unicamente ao governo municipal. O problema é que desde a década de 1970 a ideologia neoliberal tem avançado pelo mundo, sendo promovidas por grandes organizações internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, as quais têm impacto direto sobre as políticas públicas brasileiras. Tais instituições e organismos internacionais cobram dos governos nacionais medidas que reduzam despesas e aumentem arrecadações, de modo a garantir o pagamento das respectivas dívidas públicas – ou seja, de modo a garantir a “sustentabilidade” fiscal do país. Nesse processo são feitas “reformas” que, na prática, retiram cada vez mais direitos da classe trabalhadora - vide, por exemplo, a recente reforma trabalhista de 2017; a reforma da previdência de 2019; e a aprovação, em 2016, da Proposta de Emenda à

Constituição nº 55, conhecida como PEC do Teto de Gastos, que congelou, pelos próximos 20 anos, as despesas do Governo Federal. Nesse sentido, esforços de proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural e natural são, frequentemente, encarados como “custos”, e geralmente são as áreas que mais sofrem com a redução das verbas, já que não são considerados prioritários. Como solução propõem-se a privatização ou concessão dos bens públicos para a iniciativa privada, considerada mais eficiente. E é assim que os espaços e os bens públicos e coletivos vão sendo colocados sobre o controle do domínio privado.

Essas políticas são, em teoria, pensadas e elaboradas por “especialistas” e “técnicos” “imparciais”, “apartidários” e “sem ideologia”. Na prática, porém, percebe-se que tais políticas atropelam a democracia. As ações são tomadas para dar segurança, confiança e atender as demandas do “mercado”. Em resumo, é a voz do “mercado” que não pode ser, ou é pouco, contrariada. A “saúde” do mercado é mais importante que a “saúde” e o bem-estar dos seres humanos e do ambiente.

É importante que se tenha compreensão desse contexto se quisermos promover a proteção do patrimônio natural e cultural no Morro do Amaral. E o primeiro passo nesse sentido começa, talvez, por compreender que a proteção do patrimônio cultural e natural não são “custos”, mas sim medidas fundamentais e necessárias para o desenvolvimento do país, do estado ou do município. De que maneira a proteção do patrimônio natural e cultural contribuem para o desenvolvimento é algo que não cabe aqui discutir. Mas cabe ressaltar a potencialidade e as possibilidades, não só do Morro do Amaral, mas da Baía Babitonga como um todo. A Babitonga, tão rica em biodiversidade, em fauna e flora; tão rica a sua cultura, sua história, sua culinária, suas tradições, suas festividades; tão rica em conhecimentos e saberes, práticas, rituais; tão rica em paisagens, em cenários, em lugares; tão rica em belezas; rica em recursos, em sabores, em aromas; em pessoas, em seres humanos, homens e mulheres; rica em criatividade, em sonhos, em esperanças, em vontade de um futuro melhor. Triste é saber que são poucos, quase inexistentes, os gestores capazes de perceber as possibilidades e as riquezas que a Babitonga possui, preferindo beneficiar grandes empreendimentos que, de modo geral, trazem grandes benefícios para alguns poucos e algumas migalhas para muitos.

Mas é preciso estar atento para as novas narrativas que estão emergindo no momento atual e não deixar de vê-las com um olhar crítico. Ao longo dos últimos anos, críticas ao modelo neoliberal tem se tornado cada vez mais frequentes, e ganharam

um impulso ainda maior após a crise financeira de 2008. A crise sanitária do Covid 19 só piorou ainda mais a já complicada situação econômica e financeira mundial, o que tem levado alguns porta-vozes do mercado, como o Fórum Econômico Mundial e o FMI, a admitir a falência do modelo neoliberal e a propor um “grande reset” global. Entretanto, apesar do reconhecimento da falência do modelo neoliberal por parte desses agentes e das suas propostas e acenos na direção de um novo modelo que leve em consideração os problemas sociais e ambientais, nenhum desses agentes se propõe a pôr fim ao sistema capitalista. Um retorno ao modelo de Estado de Bem-Estar Social, semelhante àquele adotado pelas nações europeias capitalistas no pós-Guerra parece pouco provável. As privatizações e concessões dos bens públicos para as mãos da iniciativa privada<sup>32</sup> parecem longe de ter fim. No Brasil, a concessão dos Parques Nacionais para a iniciativa privada continua avançando (MAZUI, 2019) (BRASIL VAI FAZER A CONCESSÃO..., 2021), assim como as propostas de pagamentos por serviços ambientais (PSA), considerados por muitos como uma iniciativa inovadora, mas que na prática entrega a proteção do meio ambiente aos mecanismos de mercado (PACKER, 2015). Todas essas medidas são perfeitamente compatíveis com os novos ideais do “grande reset”. Cabe a nós nos atentarmos para questão e descobrir quem, afinal, serão os principais-beneficiados destas medidas.

Também considero pertinente tecer alguns comentários sobre as entrevistas e sobre o ensaio fotográfico. Este foi meu primeiro contato com a história oral, e ela me conduziu a várias reflexões, e me fez repensar minha própria atuação como fotógrafo. Afinal, embora eu não trabalhe profissionalmente como fotógrafo, essa é minha área de formação, e desde 2010 penso qual o papel do fotógrafo perante a sociedade. E em todos esses anos dialogando e refletindo sobre fotografia, desconheço fotógrafo que tenha adotado a história oral em seu trabalho. Por isso, já durante o processo de elaboração das perguntas a serem feitas aos pescadores tradicionais, reconheci na História Oral uma ferramenta muito poderosa da qual os fotógrafos e fotógrafas, principalmente aqueles que se interessam pela fotografia documental, deveriam conhecer. Como fotógrafo, vi na História Oral uma ferramenta que abre novas e grandes possibilidades para o campo da fotografia.

---

<sup>32</sup> Importante que se destaque que essas concessões nem sempre são feitas a empresas privadas. Em muitos casos essas concessões são feitas à Organizações Sociais (OS), Organizações da Sociedade Civil (OSC) ou Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que, por meio de Termos de Parceria, recebem os recursos governamentais para a prestação dos mesmos serviços públicos antes prestados pelo Estado, mas com a justificativa de tornar a administração mais eficiente, reduzir custos etc.

Muitos fotógrafos adotam uma abordagem discreta. Influenciados por fotojornalistas como o francês Henri Cartier-Bresson (1908-2004), tentam passar despercebidos e se tornar invisíveis, buscando captar flagrantes e instantes decisivos. Tornar-se invisível seria uma forma de capturar as pessoas “como elas são”, naturais, pois quando se veem diante de uma câmera as pessoas costumam adotar uma postura diferente, preocupadas com a própria imagem, levando-as a ajeitar as roupas, os cabelos, ou a se esconderem e se retraírem, envergonhadas.

Entretanto, a história oral, ao contrário, tornou-me visível e conhecido para as pessoas que, posteriormente, eu fotografaria. Permitiu-me conhecer suas histórias de vida, suas dificuldades, esperanças, planos e dilemas. Depois das entrevistas, retornei várias vezes ao Morro do Amaral para visitar as pessoas, saber como elas estavam, como andava a pescaria. Somente depois de muitas conversas é que as fotografei. Algumas pessoas foram super prestativas, buscando sempre uma forma de me ajudar. Sem o apoio delas, muitas das fotografias que fiz não teria sido possível. De modo que, ao final, até me questiono se essas fotografias são de fato de minha autoria, e até que ponto possuo direito sobre elas. Independentemente dessas questões, fato é que, como fotógrafo, pretendo continuar utilizando a história oral em meus trabalhos, bem como a pesquisa documental e bibliográfica, que me foram essenciais para conhecer melhor a história da comunidade e o contexto em que ela está inserida.

Creio que o fotógrafo documental pode se atrever a ir além da mera captação de imagens. Ele pode, e deve, buscar conhecer com profundidade o tema que fotografa. Se o fotógrafo documental pretende mostrar a “realidade que ninguém vê”, a história oral, por outro lado, dá voz a quem raramente é ouvido.

Outro ponto interessante das fotografias é que, eu acredito, elas podem contribuir para dar visibilidade para a pesquisa e para o tema da pesquisa – no meu caso, os pescadores artesanais da Ilha do Morro do Amaral. Pretendemos que estas fotografias retornem para a comunidade - uma forma de a pesquisa retornar para a sociedade. A fotografia abre muitas possibilidades que não se esgotam na publicação do artigo ou da dissertação. As fotografias podem ser utilizadas para sensibilizar pessoas que não conhecem a comunidade, bem como chamar a atenção de entidades governamentais para os desafios enfrentados pelos pescadores do Morro do Amaral e região.

Sobre a fotografia, cabe chamar a atenção para o fato de que ela ainda encontra pouco espaço dentro da academia, ainda não sendo vista como forma legítima de gerar conhecimento. Talvez, o fato da inexistência de uma metodologia que permita experimentos replicáveis contribua para isso – afinal, nenhum fotógrafo jamais obteria os mesmos resultados que eu obtive. Geralmente o espaço reservado a fotografia é o de servir de ilustração ou de ser objeto de análise. Apesar disso, alguns periódicos já possuem um espaço dedicado a publicação de ensaios visuais. Esses ensaios visuais, no entanto, que não necessariamente são ensaios fotográficos, costumam ser curtos, possuem cerca de 10 imagens, e a parte textual é bastante resumida. Buscamos, com o nosso ensaio, ir além desses limites. Nosso ensaio, que é fotográfico e textual, se assemelha a um relato de viagem, na qual o leitor é convidado a embarcar, sendo conduzido pelo pesquisador. O ensaio foi dividido em “momentos”: o nascer do dia, a preparação da embarcação e dos apetrechos; a viagem até o local de coleta dos mariscos; o desembarque; a coleta dos mariscos; a viagem de volta para casa. Cada um desses momentos é descrito textualmente e, depois, o conjunto das imagens é apresentado. Com essa estrutura, pretendíamos que o leitor, ao observar as fotografias, tivesse algumas informações sobre como elas foram feitas, já que sem a parte textual o leitor poderia não entender as fotos. Desta forma, buscou-se um equilíbrio entre texto e fotografia, evitando que a fotografia se tornasse mera ilustração, bem como evitar que o texto se tornasse legenda. Foi uma abordagem bastante diferente do que, como fotógrafo, eu estava habituado.

Por último, dedico algumas palavras sobre os conhecimentos tradicionais da comunidade da Ilha do Morro do Amaral. Um conhecimento que não está registrado em livros ou documentos, mas que é transmitido de geração em geração por meio da tradição, da repetição, das histórias, das lendas. Em vários momentos tive contato com o conhecimento dos pescadores e moradores do Morro do Amaral - e não só conhecimentos referentes à pesca. Existe, por exemplo, um grande conhecimento sobre plantas e sua utilização para saúde, alimentação e artesanato. Quando, por exemplo, resolvi conhecer pessoalmente o antigo local onde estava a Igreja Senhor Bom Jesus, pedi a ajuda de um antigo pescador que, ao me guiar até o local da antiga igreja, ia me mostrando ao longo do caminho as várias plantas que os antigos moradores utilizavam e as suas utilidades. Este pescador me mostrou a “palha” (um tipo de palmeira da qual os antigos moradores extraíam as folhas e com elas trançavam as coberturas de suas casas, além de produzir cachos com pequenos

coquinhos que os moradores, principalmente as crianças, gostavam de comer), a taboa (planta que cresce em áreas alagadas, que mede aproximadamente 2m e com cujas folhas secas os moradores teciam as esteiras nas quais dormiam, já que antigamente não possuíam camas nem colchões), o naná, ou ananá (um tipo de abacaxi que, quando encontrei na mata, ainda estava pequeno, mas era muito bonito e chamativo devido a sua coloração rosada que se destacava no meio da floresta), além de vários tipos de cipós que eram utilizados para a confecção de cestos, balaios, ou amarrar feixes de lenha; além de madeiras que, no passado, eram utilizados para se fazer canoas e remos. Muitos desses conhecimentos já se perderam. Seu Paulo<sup>33</sup>, o pescador que me acompanhou, falou de um fruto chamado “banana raposa”, do qual não conseguimos encontrar, mas que disse que era muito apreciado pelos antigos moradores, que às vezes costumavam comer o fruto assado em fogueira. Sem falar das técnicas de conservação dos peixes, como a cambira. Moradores também relatam sobre os pirões, e as farinhas que utilizavam no passado. Sem falar nas várias plantas medicinais. D. Eva<sup>34</sup>, esposa de um dos nossos entrevistados, mostrou-nos várias plantas e contava-me de seus usos medicinais. Muitas das plantas se encontravam pelo pátio da casa, cresciam espontaneamente, sem que ninguém as tivesse plantado. Um olhar despreparado teria visto ali nada mais do que meras ervas daninhas, mas D. Eva via ali todo tipo de medicamento, úteis para tratar os mais diversos tipos de enfermidade. Esta experiência que vivi com S. Paulo e D. Eva me fez enxergar a floresta com novos olhos, além de me inspirarem uma enorme curiosidade, e uma vontade de ouvir, de conhecer, de registrar e de trabalhar em prol da preservação de todo esse vasto e riquíssimo patrimônio. Mas há um porém.

São inúmeros os exemplos de conhecimento tradicional, que de geração em geração foram transmitidos e aperfeiçoados. Todavia, muitos desses conhecimentos estão sendo pouco à pouco perdidos, bem como algumas das antigas práticas culturais, como a dança de São Gonçalo, o Fandango, o terno de Reis. Talvez, o maior contato com a cultura e os estilos de vida urbanos transmitidos pela TV e smartphones levam os jovens a adotar novos hábitos e a ansiar um outro tipo de cultura. A própria pesca artesanal se vê ameaçada diante dos grandes empreendimentos portuários que, se concretizados, podem colocar em risco a subsistência e a autonomia dos pescadores e pescadoras artesanais. Diante disso,

---

<sup>33</sup> Nome fictício

<sup>34</sup> Nome fictício

se faz urgente registrar e documentar estes conhecimentos, bem como procurar os meios legais que garantam a sua proteção. Com isso não estamos querendo dizer que as coisas sejam estáticas, que essas pessoas não possam se utilizar de novas tecnologias, ter novas ideias, que os jovens não possam frequentar a universidade e ter acesso ao conhecimento científico. A cultura não é estática. Mas podemos, e devemos, preservá-la, para estas e para as futuras gerações. Os conhecimentos, as cerimônias e os hábitos são importantes para a identidade da comunidade e das pessoas que dela fazem parte, bem como fundamentais a garantia da sua qualidade de vida. Ali se encontra a inspiração e a solução para muitos dos problemas que enfrentamos no cotidiano. Nós, pesquisadores, ainda temos muito o que aprender com essas populações tradicionais, cujos conhecimentos foram, durante anos, desprezados por não serem “científicos”. E aqui, cabe lembrar a Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural, que afirma que “a diversidade cultural é tão necessária para o gênero humano como a diversidade biológica o é para a natureza” (UNESCO, 2002, Art. 1), e que a diversidade cultural “é **uma das origens do desenvolvimento**, entendido não apenas em termos de crescimento econômico, mas também como meio de acesso a uma existência intelectual, afetiva, moral e espiritual satisfatória.” (UNESCO, 2002, Art. 3, grifos nossos).

Dito isso, espera-se que este trabalho tenha conseguido registrar e dar um pouco mais de visibilidade aos patrimônios naturais e culturais da Ilha do Morro do Amaral e da Baía Babitonga. Espera-se ter contribuído, de alguma maneira, para a valorização da comunidade, sua história, suas práticas e seus saberes, bem como ter chamado a atenção para os desafios envolvidos na proteção deste patrimônio.

## REFERÊNCIAS GERAIS

ANGELIM, Kelly. Golar Power investe R\$ 400 milhões em terminal de GNL e deve criar mais de mil empregos em Santa Catarina. Clik Petróleo e Gás. 17 set. 2020. Disponível em: <https://clickpetroleoegas.com.br/golar-power-investe-r-400-milhoes-em-terminal-de-gnl-e-deve-criar-mais-de-mil-empregos-em-santa-catarina/>. Acesso em: 23 mar 2021.

A Notícia. Câmara vota nova reforma administrativa de Udo Döhler nesta quarta-feira. 09/01/2018. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/camara-vota-nova-reforma-administrativa-de-udo-dohler-nesta-quarta-feira>. Acesso em 10 jan. 2021.

ASSUNÇÃO, Luis Fernando. Morro do Amaral - pedaço do paraíso à beira da Babitonga. **A Notícia Cidade**, Joinville, ano 74, n. 20.507, 11 mai. 1997a.

ASSUNÇÃO, Luis Fernando. Semeador do saber, professor negro inovou pedagogia no Morro do Amaral. **A Notícia Cidade**, Joinville, n. não identificado, 25 jul. 1997b.

AZEVEDO, Sidney. Morro do Amaral pede regularização fundiária em audiência pública. **Câmara de vereadores de Joinville**, Joinville, 09 mai. 2018. Disponível em: <http://www.cvj.sc.gov.br/home/74-audiencias-publicas/4437-morro-do-amaral-pede-regularizacao-fundiaria-em-audiencia-publica#:~:text=A%20regi%C3%A3o%20foi%20classificada%20como,%C3%ADndice%20bastante%20restritos%20de%20ocupa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 27 mai. 2020.

BARREIRA, Solange. Orçamento do Meio Ambiente é o menor do século. Eco Debate. 25 jan. 2021. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2021/01/25/orcamento-do-meio-ambiente-e-o-menor-do-seculo/>. Acesso em: 23 mar. 2021.

BATISTA, João. Morro do Amaral espera por trapiche para incrementar transporte pela água em Joinville. ND Mais. 13 ago. 2014. Disponível em: <https://ndmais.com.br/transportes/morro-do-amaral-espera-por-trapiche-para-incrementar-transporte-pela-agua-em-joinville/>. Acesso em: 23 mar. 2021.

BELEZAS da Ilha do Morro do Amaral merecem maior atenção. **OCP News**, Jaraguá do Sul, 28 nov. 2017. Disponível em: <https://ocp.news/geral/belezas-da-ilha-do-morro-do-amaral-merecem-maior-atencao>. Acesso em: 28 mai. 2020.

BERTOLI, Fátima Aparecida de Paula. **Centro de Ofícios no Morro do Amaral, Joinville – SC**. Joinville, 2009. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) Instituto Superior Tupy.

BRAGA, Marco Aurélio. O pobre ano novo dos pescadores. **A Notícia Cidade**, Joinville, p. não identificada, 30 dez. 1996.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946**. Terrenos de marinha. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/lei9760.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/lei9760.htm). Acesso em: 06 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965**. Institui o novo Código Florestal. Brasília, DF: Câmara dos deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4771-15-setembro-1965-369026-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 5 mai. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm). Acesso em: 5 mai. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em: 27 abr. 2021.

BRASIL VAI FAZER A CONCESSÃO de 26 parques naturais com ajuda do bndes. **IstoÉ Dinheiro**, 26 jan. 2021. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/brasil-vai-fazer-a-concessao-de-26-parques-naturais-com-ajuda-do-bndes/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRITO, Maria Cecília Wey de. Unidades de conservação: intenções e resultados. São Paulo, Anablume/Fapesp, 2000.

CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo, 8ªed. Ed. 34, 1997

CARVALHO, Eduardo. Cortes no orçamento federal de 2012 atingem Ciência e Meio Ambiente. G1, São Paulo. 15 fev. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2012/02/cortes-no-orcamento-federal-de-2012-atingem-ciencia-e-meio-ambiente.html>. Acesso em: 23 mar. 2021.

CONHEÇA uma das comunidades mais antigas de Joinville. **NSC Total**, Joinville, 28 abr. 2017. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/conheca-uma-das-comunidades-mais-antigas-de-joinville>. Acesso em: 27 mai. 2020.

CORRÊA, Roseana Maria; ROSA, Terezinha Fernandes da. **História dos bairros de Joinville**. Joinville: Arquivo Histórico de Joinville, 1992.

DECLARAÇÃO universal sobre a diversidade cultural. UNESCO. 2001. Disponível em: [http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaration\\_cultural\\_diversity\\_pt.pdf](http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaration_cultural_diversity_pt.pdf). Acesso em: 16 jun. 2020.

DECLARAÇÃO sobre o meio ambiente e o desenvolvimento. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Rio de Janeiro. 1992  
Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Meio-Ambiente/declaracao-sobre-meio-ambiente-e-desenvolvimento.html>. Acesso em: 16 jun. 2020.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

DIEGUES, Antonio Carlos; ARRUDA, Rinaldo, Sergio Vieira (Orgs.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2000.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. Rev. amp. São Paulo: Hucitec, Nupaub-USP/CEC, 2008.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **A pesca construindo sociedades**: leituras em antropologia marítima e pesqueira. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP. 2004. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/A%20pesca%20construindo%20sociedades.compressed.pdf>. Acesso em 20 fev. 2021.

GOOGLE Maps. A Ilha do Morro do Amaral na Baía Babitonga. Disponível em: <https://www.google.com/maps/@-26.2784021,-48.7661846,18811m/data=!3m1!1e3?hl=pt-BR>. Acesso em: 27 fev. 2021

GOOGLE Maps. Disponível em: <https://www.google.com/maps/@-26.2593125,-48.655949,28764m/data=!3m1!1e3?hl=pt-BR>. Acesso em: 27 mai 2021a.

GOOGLE Maps. Disponível em: <https://www.google.com/maps/@-26.2939542,-48.7587651,6786m/data=!3m1!1e3?hl=pt-BR>. Acesso em: 27 mai 2021b.

GOOGLE Maps. Disponível em: <https://www.google.com/maps/@-26.2999627,-48.7633152,87a,35y,190.78h,59.31t/data=!3m1!1e3>. Acesso em: 27 mai 2021c.

GOOGLE Maps. Joinville. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/Joinville+-+Pirabeiraba,+Joinville+-+SC/@-26.2988076,-48.7997532,12.5z/data=!4m5!3m4!1s0x94deafdc40afbc4b:0x4b39d148cac10ae7!8m2!3d-26.3044084!4d-48.8463832>. Acesso em: 27 fev. 2021

ESTRADA ao Morro do Amaral integra comunidade e abre novas perspectivas à região. **Jornal de Joinville**, p. 8, 9 mai. 1974.

FAMÍLIAS do Morro do Amaral, em Joinville, aguardam plano de manejo que definirá futuro de casas. **NSC Total**, Joinville, 05 jun. 2018. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/familias-do-morro-do-amaral-em-joinville-aguardam-plano-de-manejo-que-definira-futuro-de>. Acesso em: 27 mai. 2020.

FRANCK, Lorení. Um mar de peixes e histórias no Morro do Amaral. **ND MAIS**, Joinville, 29 dez. 2010. Disponível em: <https://ndmais.com.br/especiais/um-mar-de-peixes-e-histaorias-no-morro-do-amaral/>. Acesso em: 5 mai. 2020.

FUNDAÇÃO Cultural de Joinville (FCJ). Processo FCJ, CPC-2009-029: Processo administrativo de tombamento da Igreja Nosso Senhor Bom Jesus. Joinville: FCJ, 2009

KELLER, Ana. Morro do amaral agora é uma reserva de desenvolvimento sustentável. **Prefeitura de Joinville**, Joinville, 4 abr. 2012. Disponível em: <https://wwwold.joinville.sc.gov.br/noticia/1503-Morro+do+Amaral+agora+%C3%A9+uma+Reserva+de+Desenvolvimento+Sustent%C3%A1vel.html>. Acesso em: 3 mai. 2020.

GEERTZ, Clifford. Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa. \_\_\_\_\_. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2015. p.185-213.

GOVERNO do município de Joinville cria área de preservação do Morro do Amaral. **O Estado**, ano 75, n. 22751, 13 ago. 1989.

GUERREIRO, Juliane. Joinville: uma “história oficial” que seleciona fragmentos. **Paralelo Jornalismo**. Joinville, 9 mar. 2017. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20180916134311/http://paralelojornalismo.com.br/index.php/2017/03/09/joinville-uma-historia-oficial-que-seleciona-fragmentos/>. Acesso em: 3 mai. 2020.

INDENIZAÇÕES no Morro do Amaral encerram pagamentos coletivos a pescadores afetados por acidente. **NCA Comunicação**, 15 ago. 2014. Disponível em: <http://nca.pressroom.com.br/2310820069/indenizacoes-no-morro-do-amaral-encerram-pagamentos-coletivos-a-pescadores-afetados-por-acidente.html>. Acesso em: 3 mai. 2020.

JOINVILLE. **Decreto nº 6.182, de 11 de agosto de 1989**. Cria o Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral e dá outras providências. Joinville, Prefeitura Municipal de Joinville.

JOINVILLE. **Lei nº 7.208, de 12 de abril de 2012**. Altera a categoria do Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral para Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Ilha do Morro do Amaral, e dá outras providências. Joinville: Jornal do Município, 2012. Disponível em: <https://wwwold.joinville.sc.gov.br/public/portaladm/pdf/jornal/b08a46fa93a7335b25396ef2f44a1b44.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2020.

JOINVILLE. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. **Portaria nº 53, de 25 de novembro de 2015**. Joinville, 2015.

KELLER, Ana. Morro do amaral agora é uma reserva de desenvolvimento sustentável. **Prefeitura de Joinville**, Joinville, 4 abr. 2012. Disponível em: <https://wwwold.joinville.sc.gov.br/noticia/1503-Morro+do+Amaral+agora+%C3%A9+uma+Reserva+de+Desenvolvimento+Sustent%C3%A1vel.html>. Acesso em: 3 mai. 2020.

MARQUES, Denise Aldanei. **Morro do Amaral**: problemáticas e perspectivas de uma comunidade residente em área de potencial turístico. Joinville, 2003. Trabalho de

conclusão de curso (Graduação em Turismo com Ênfase em Meio Ambiente). Associação Educacional Luterana Bom Jesus/IELUSC.

MARTENDAL, Luan. Como está a situação dos quatro empreendimentos portuários anunciados para a Baía da Babitonga. NSC Total. 08 set. 2019. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/como-esta-a-situacao-dos-quatro-empresendimentos-portuarios-anunciados-para-a-baia-da>. Acesso em: 23 mar. 2021

MAZUI, Guilherme. Bolsonaro inclui parques dos Lençóis Maranhenses, Jericoacoara e Iguçu em programa de concessões. **G1**, 03 dez. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/12/03/bolsonaro-inclui-parques-dos-lencois-maranhenses-gericoacoara-e-iguacu-em-programa-de-privatizacao.ghtml>. Acesso em: 20 abr. 2021.

MCCORMICK, John. Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará, 1992.

MEIRA, Roberta Barros e CARELLI, Mariluci Neis. Notas Sobre Florestas no Brasil da Primeira República: Silvicultura, Preservação da Natureza e Agricultura. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, Anápolis, v. 4, n. 1, p.301-312, 2015.

MORADORES DO MORRO do Amaral recebem com festa a inauguração do sistema de esgoto. **ND Mais**. 02 mai. 2011. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/moradores-do-morro-do-amaral-recebe-com-festa-a-inauguracao-do-sistema-de-esgoto/>. Acesso em: 24 mar. 2021.

MORRO do Amaral, o sonho que se tornou realidade. **Jornal de Joinville**, Joinville, p. 8, 29 jun. 1976.

MORRO DO AMARAL PASSA a ser Reserva. Câmara de Vereadores de Joinville. Disponível em: <http://www.cvj.sc.gov.br/component/content/article/47-noticias/1218-projeto-de-reserva-no-morro-do-amaral-aprovado>. Acesso em: 23 mar. 2021.

MORRO do Amaral terá estrada em breve. **A Notícia**, Joinville, 9 mar. 1975.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Objetivo do desenvolvimento sustentável 14: Vida na Água. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/14>. Acesso em: 27 abr. 2021.

NOGUEIRA, Paulo. CMO congela projeto de estaleiro em São Francisco do Sul. Click Petróleo e Gás. 10 jun. 2019. Disponível em: <https://clickpetroleoegas.com.br/cmo-congela-projeto-de-estaleiro-em-sao-francisco-do-sul/>. Acesso em: 23 mar. 2021.

NSC Total. Udo Döhler anuncia reforma administrativa em Joinville. 11 fev. 2014. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/udo-dohler-anuncia-reforma-administrativa-em-joinville>. Acesso em: 23 mar. 2021.

OLIVEIRA, Giully de. De Parque a Reserva: Ilha Morro do Amaral, Joinville/SC. In: II Congresso de Direito Ambiental de Áreas Protegidas, 2015, Florianópolis. Os 15 anos

da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000: Anais do II Congresso de Direito Ambiental das Áreas Protegidas. São Paulo: Ixtlan, 2015.

PEDRO Ivo inaugura hoje estrada do Morro do Amaral. **Jornal de Joinville**, Joinville, p. 8, 27 jun. 1976.

PELEGRINI, Sandra C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, n. 51, p. 115-140 – 2006.

PMJ e Casan levam água ao Morro do Amaral. **Jornal do Município**, Joinville, ano 3, n. 163, p.1, 4 abr. 1997.

POTT, Crisla Maciel; ESTRELA, Carina Costa. Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. **Estudos avançados**, v.31, n.89, São Paulo, jan./abr. 2017. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142017000100271&lng=pt&tlng=pt#B9](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100271&lng=pt&tlng=pt#B9) Acesso em: 16 jun. 2020

PRADO, Wildson. Morro do Amaral é recanto de calmaria em Joinville. **ND Mais**, Joinville, 26 fev. 2016. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/morro-do-amaral-e-recanto-de-calmaria-em-joinville/>. Acesso em: 28 mai. 2020.

PROJETO DE ESTALEIRO anima o Norte de SC. Portos e Navios. 3 nov. 2014. Disponível em: <https://www.portosenavios.com.br/noticias/ind-naval-e-offshore/projeto-de-estaleiro-anima-o-norte-de-sc>. Acesso em: 23 mar. 2021.

PROJETO quer regularizar situação de moradores do Morro do Amaral em Joinville: A aprovação vai transformar a área em unidade de conservação de uso sustentável e permitir investimentos na infraestrutura. **NSC Total**, Joinville, 28 nov. 2011. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/projeto-quer-regularizar-situacao-de-moradores-do-morro-do-amaral-em-joinville>. Acesso em: 12 jun. 2020.

QEDu. Escola Professor Reinaldo Pedro de Franca. Morro do Amaral. Disponível em: <https://www.qedu.org.br/escola/218702-em-professor-reinaldo-pedro-de-franca/censo-escolar>. Acesso em 27 abr. 2021.

QUARINIRI, Sabrina. Ilha Morro do Amaral: a comunidade mais antiga de Joinville. **Agora Joinville**, Joinville, 07 jul. 2017. Disponível em: <https://www.agorajoinville.com.br/noticia/147/ilha-morro-do-amaral-a-comunidade-mais-antiga-de-joinville.html>. Acesso em: 28 mai. 2020.

RAITER, Luciano; CARELLI, Mariluci Neis; AREAS, Patrícia de Oliveira. O que ocorre por detrás dos muros: ocupação inapropriada das margens da Baía de Guaratuba, Paraná. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.11, n.21, Jul./Dez. 2019.

REGIÃO privilegiada para turismo: Morro do Amaral. **Jornal de Joinville**, Joinville, p. 1, 4 jan. 1975.

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL da Implantação do Estaleiro CMO em São Francisco do Sul, Santa Catarina. **ACQUAPLAN Tecnologia e Consultoria Ambiental Ltda.** Set. de 2014. Disponível em: <https://docplayer.com.br/4748830-Relatorio-de-impacto-ambiental.html>. Acesso em: 18 abr. 2021.

ROSAR, Rosana. Morro do Amaral dá mais um passo para regularização fundiária, em Joinville. ND MAIS, Joinville. 18 jun 2013. Disponível em <https://ndmais.com.br/noticias/morro-do-amaral-da-mais-um-passo-para-regularizacao-fundiaria-em-joinville/>. Acesso em: 23 mar. 2021.

SAAVEDRA, Jefferson. MP quer plano de manejo para área de preservação no Morro do Amaral em Joinville. NSC Total. 10 set. 2019b. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/saavedra/mp-quer-plano-de-manejo-para-area-de-preservacao-no-morro-do-amaral-em>. Acesso em: 25 mar. 2021.

SAAVEDRA, Jefferson. Justiça determina maior fiscalização para impedir danos ambientais no Morro do Amaral. NSC Total. 03 nov. 2019a. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/saavedra/justica-determina-maior-fiscalizacao-para-impedir-danos-ambientais-no-morro-do>. Acesso em: 25 mar. 2021.

SAIBA mais sobre o derramamento de óleo na Baía Babitonga em 2008. **Babitonga Ativa**, Joinville, 22 jul. 2015. Disponível em: <https://www.babitongaativa.com/single-post/2015/07/22/Saiba-mais-sobre-o-derramamento-de-%C3%B3leo-na-Ba%C3%ADa-Babitonga-em-2008>. Acesso em: 3 mai. 2020.

SCIFONI, Simone. **Preservar: para que e para quem?** Memória e Patrimônio, São Paulo, v.2, n.2, p.98-109, 2006.

SOUZA, Dalzemira Anselmo da Silva. **A recategorização do Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral.** Joinville: Fundação do Meio Ambiente de Joinville (FUNDEMA), 2011.

TESSARO, Andréa Grandini José. **Entre a tradição e o esquecimento:** um estudo de caso sobre a tutela jurídica do patrimônio imaterial: fandango chimarrita de itapoá/sc. 2017. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2017.

UMA NOVA REALIDADE para os moradores do Morro do Amaral. ND Mais. 04 abr. 2012. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/uma-nova-realidade-para-os-moradores-do-morro-do-amaral/>. Acesso em: 23 mar. 2021.

UNESCO. **Declaração universal sobre a diversidade cultural.** 2002. Disponível em: [http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaration\\_cultural\\_diversity\\_pt.pdf](http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaration_cultural_diversity_pt.pdf). Acesso em: 18 abr. 2021.

VEIGA, José Eli da. **Para entender o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Editora 34, 2015.

ZERGER, L. J. O discurso da industrialização e a ocupação dos manguezais nas décadas de 1970 a 1980 em Joinville: um olhar à luz de Foucault. Dissertação de mestrado. Joinville: Universidade da Região de Joinville (Univille), 2017.

#### AGRADECIMENTO

Agradecemos à Universidade da Região de Joinville pela disponibilização de bolsa de Pós-Graduação e de fomento à realização desta pesquisa, pelo Fundo de Apoio à Pesquisa.

## ANEXOS

### Anexo I – Roteiro de perguntas das entrevistas.

#### 1. ERA UMA VEZ

##### 1.1 Lembranças

Qual o seu nome?

Quantos anos você tem?

Há quantos anos você mora no Morro do Amaral?

Seus pais são daqui do Morro do Amaral ou vieram/são de outra cidade?

Você poderia me falar um pouco sobre a história da sua família?

Como vocês chegaram ao Morro do Amaral?

Como foi sua infância aqui no Morro do Amaral?

Como era a sua casa?

O que vocês comiam?

Existe alguma coisa que você gostava muito de comer mas que hoje não existe mais?

Onde vocês compravam as coisas?

Me falaram que aqui no Morro era realizada a Dança de São Gonçalo. Fandango era algo que era feito aqui. Você se lembra disso?

##### 1.2. Aprendizado da pesca

Com quantos anos você começou a pescar?

Como você aprendeu a pescar, com quem?

O que você pescava naquele tempo?

Vocês pegavam caranguejos / mariscos?

Tem algum peixe que naquela época era comum, mas que hoje se pega raramente ou que faz tempo que você não viu?

Como eram os barcos? Vocês mesmos faziam?

E os instrumentos de pesca, etc? Esses instrumentos eram fabricados por vocês mesmos ou compravam de fora? Como eles eram feitos?

Existe algum instrumento que existia no passado que e que não existe mais?

Quais instrumentos não existiam naquela época e que existem hoje?

Naquela época não tinha geladeira, freezer e essas coisas. Como vocês faziam para conservar o pescado?

Para quem era vendido esses pescados? O preço era bom?

E o rendimento da pesca? Você acha que naquela época tinha mais peixe / camarão do que hoje?

##### 1.3. Impacto da urbanização e industrialização

Na sua opinião, o que explica essa diminuição na quantidade de pescados?

Você acha que a cidade, as indústrias e a poluição têm haver com isso?

Você acha que a construção do porto prejudicou vocês de alguma forma?

Você acha que se construírem um novo porto, você acha que isso pode impactar a pesca?

E o fechamento do canal do linguado?

Algumas pessoas estão realizando estudos para saber se é possível abrir o canal do Linguado novamente. O que você acha disso?

Além da pesca, quais outras atividades você realiza?

Você tem outra fonte de renda além da pesca? (fábricas, fabricação de redes, artesanato)

Já pensou em largar a pesca e trabalhar apenas em uma fábrica ou comércio?

#### 1.4. Caça, coleta e outras atividades de subsistência

Uma dúvida: além da pesca, vocês plantavam algo aqui no Morro do Amaral? Banana, aipim, milho, etc.

Criavam algum animal?

Vocês caçavam?

Existia alguma fruta que vocês colhiam do mato? Tucum, goiaba, fruta do conde?

Você lembra se existia engenho de farinha, de açúcar ou de cachaça aqui no Morro?

Sabe se alguém aqui na Baía faz farinha, cachaça..?

Você realiza algum artesanato? Conhece alguém que faça? (madeira, cerâmica)

Existe alguém que canta ou toca algum instrumento aqui no Morro ou na Baía?

#### 1.5. Avaliando as transformações

Naquela época a vida tava melhor para vocês ou vocês acham que hoje está melhor?

Por que?

Tem saudades daqueles dias?

Gostaria de voltar no tempo? Gostaria que as coisas voltasse a ser como eram antes?

O que você gostaria que fosse como antes?

## 2. A PESCA NO MORRO DO AMARAL ATUALMENTE

### 2.1. Os tipos de pescado

O que você pesca atualmente?

(principais pescados e secundários)

(tipos de peixe, caranguejo, mariscos, etc).

Você pesca sozinho ou com mais pessoas?

(É ou Possui funcionários?)

Como é feita a divisão do pescado?

Você poderia me contar como é que faz para capturar cada um desses pescados?

(qual melhor época, horário, clima para captura; cada pescador tem sua própria área ou pode pescar em toda a Baía? como identifica os pescados; que instrumentos e técnicas utiliza para a captura; quanto tempo passa no mar para capturar; processamento e conservação; rendimento em quilos por dia/mês; pra quem é vendido; o preço de cada pescado e perguntar se o preço é bom e qual seria o preço ideal.)

Dá pra ter uma vida confortável vivendo da pesca?

### 2.2 Os instrumentos de pesca

Poderia me falar um pouco sobre os instrumentos de pesca?

(Gerival, espinhel, rede, tarrafa, etc.)

Você faz ou compra esses instrumentos? De quem?

E sobre as embarcações.

Você faz o barco ou compra? De quem?

E como vocês fazem para manter isso tudo? Pois acredito que tem os custos para manter o barco, gasolina, conserto e tal. E as redes também devem rasgar não?!

### 2.3. Alimentação dos pescadores

E vocês comem muito pescado?

Qual é a receita que tu mais gosta?

Vocês comem palmito aqui também?

Tem pé de fruta aqui? Tem alguma coisa assim que vocês extraem da mata?

Vocês tem horta para plantar alface, repolho, salsinha, cebolinha? Teus filhos sabem plantar e colher?

E vocês tem roça de aipim, milho, feijão?

Vocês criam algum animal aqui? Porco, galinha?

### **3. A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL (E A RDSIMA)**

#### **3.1. Os sambaquis**

Me falaram que aqui no Morro do Amaral existem alguns sambaquis.

O que é um sambaqui?

Você sabe onde eles estão localizados?

É verdade que são protegidos? Sabe por que são protegidos?

#### **3.2. A unidade de conservação**

É verdade que o Morro do Amaral é uma área de preservação ambiental?

Faz tempo que aqui é uma área protegida?

O que você acha disso? (de o Morro do Amaral ser uma área protegida)

De que forma a criação do Parque afetou a vida de vocês? Você percebeu alguma mudança?

Me disseram que vocês não podiam construir novas casas nem podiam instalar energia elétrica? Isso é verdade?

Me disseram também que a energia elétrica caia bastante aqui. Isso é verdade?

Alguém da Prefeitura ou do Meio Ambiente veio conversar com vocês sobre isso?

Você sabe o que pode e não pode ser feito aqui no Morro do Amaral por ser área protegida?

Vocês assinaram algum documento?

Vocês tem uma cópia desse documento?

E você sabe me dizer onde que esse documento esta, caso alguém precise dele algum dia?

E depois dessa recategorização, o que foi que mudou?

Tá melhor ou ficou a mesma coisa?

O pessoal da prefeitura vem aqui conversar com vocês?

Tem alguém que vem realizar fiscalização aqui?

#### **3.3. A colônia de pescadores**

E sobre a cooperativa / colônia de pescadores..

Como era antes da colônia de pescadores?

E depois da colônia, ficou melhor?

Vocês realizam reuniões na colônia? Oferecem treinamento?

#### **3.4. Ações do poder público e da academia**

E o que vocês acham do governo/da prefeitura? Vocês acham que ele ajuda vocês ou precisava de mais apoio dos governantes?

Quando tem eleição, os políticos vem aqui ouvir vocês?

Tem algum prefeito ou vereador que ajuda vocês?

Vem muita gente da universidade conversar com vocês, fazer estudos?

Vocês sabem o que eles fazem com esses estudos?

E eles ajudam vocês? Dão algum treinamento, palestra?

Tem algum lugar, ou alguém, pros pescadores poderem falar, fazer reclamação, falar as dificuldades?

E se tivesse esse espaço, você participaria?

Como você acha que isso deveria ser feito? Pela internet? Por telefone? Reunião pessoal? Alguém do governo vir aqui ouvir vocês? Ter um lugar para vocês poderem falar?

### 3.5. Turismo

E o turismo? Vem muita gente aqui no Morro?  
 Tem gente que diz que o turismo aqui poderia ajudar a desenvolver o lugar, a movimentar a economia. Você acha que o turismo ajuda vocês de alguma forma?  
 De que modo o turismo ajuda vocês?  
 Você acha que deveriam investir mais no Morro do Amaral?  
 Alguém da prefeitura chegou a falar alguma coisa sobre o turismo aqui?  
 O que poderia ser feito para atrair mais turistas?  
 E qual é o lado negativo do turismo? Tem algo de negativo no turismo?  
 E você acha que vale à pena?

## 4. A RELAÇÃO COM A CIDADE

### 4.1. Acesso ao Morro do Amaral

Poderia me falar um pouco sobre a ponte?  
 Vi que reformaram ela não faz muito tempo. Como era antes?  
 O que você achou da reforma?

E a estrada. O que você acha da estrada?  
 Como é a noite? E quando chove?  
 E se a estrada fosse asfaltada? Ia ficar melhor?

Onde vocês fazem as compras?  
 Vão muito para o centro?  
 O que acha da cidade?  
 Utiliza transporte público (ônibus)? O que você acha do transporte público?

### 4.2. Saúde

Como vocês fazem se ficam doentes? Tem posto de saúde aqui? Funciona bem?  
 Você toma algum remédio? Tem alguém na sua família que toma?

Vocês tomam chá? Tem algum remédio caseiro?  
 Com quem você aprendeu?  
 Tem coisas que antes vocês faziam e que hoje não fazem mais? Tipo, algum chá, alguma receita?  
 Vocês se benziam? Tem alguém que ainda sabe benzer?

### 4.3. Educação

Sobre a educação.  
 Qual é o horário de aula?  
 Acha que a educação é de qualidade?  
 Eles aprendem sobre a pesca na escola? O que você acha?

Conhece alguém aqui do Morro que fez faculdade?

## 5. MORRO DO AMARAL - O QUE MELHOROU? O QUE PIOROU?

### 5.1. Pesca - perspectivas para o futuro

O que você espera do futuro dos seus filhos? Você acha que ele vai continuar morando aqui e vivendo da pesca? Por que?

Você acha que vai dar pra continuar vivendo da pesca?  
 O que você acha que vai ser da pesca daqui a alguns anos?

### 5.2. Os novos moradores e as novas tecnologias

Muita gente veio morar aqui no Morro. O lugar cresceu bastante.

O que você acha disso?  
 E como é o convívio de vocês com os moradores mais novos?  
 Você acha que o Morro do Morro do Amaral é um lugar violento?  
 Você se sente seguro aqui?

E aqui tem internet, telefone, celular?  
 Você pretende instalar internet na sua casa?  
 Você acha que o celular te ajuda?

### **5.3. Avaliando as mudanças, esperanças e saudades**

E o que você acha da juventude do Morro do Amaral?  
 O que você acha do futuro? Tem esperanças que vai ser melhor? Por que?

Você acha que as coisas melhoraram ou pioraram?  
 O que melhorou?  
 O que falta melhorar?  
 E o que piorou?

Do que você sente saudades?  
 Tem algo lá do passado que você gostaria de ver hoje aqui no presente? Algo que você gostaria que seus filhos conhecessem?  
 O que você gostaria de preservar para o futuro?

Gostaria que você imaginasse o Morro do Amaral no futuro.  
 Como você gostaria de ver o Morro do Amaral?

## **6. A RELAÇÃO COM O MAR E COM A FLORESTA**

Estamos quase terminando a pesquisa.  
 Mas antes de terminar, gostaria que você falasse um pouco da sua relação com o mar.  
 O que você sente, o que você pensa quando está lá no mar, pescando?

Existe alguma história que você viveu, ou que você viu no mar, e que você gostaria de deixar registrado?

Existe alguma lenda, algum ditado?

## **7. PENSANDO O FUTURO DO MORRO DO AMARAL?**

Tem alguma mensagem que você gostaria de deixar para as outras pessoas? Uma lição de vida para os seus netos..

Tem alguma coisa que você gostaria de falar para os governantes, ou para as pessoas que trabalham para o governo? Pode dizer o que você quiser.

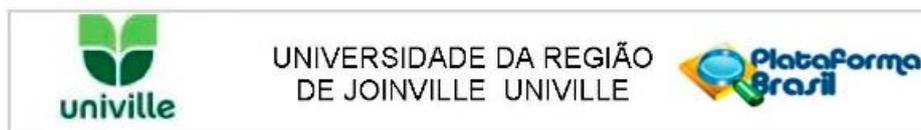
E para os estudantes e professores das universidades que vem aqui? Tem algo que você gostaria de falar para eles?

E o que você gostaria de dizer para mim? Algo que eu preciso saber.

O que você achou desta entrevista?

Obrigado por participar da entrevista e me ajudar com a minha pesquisa. Você me ajudou muito. Espero que eu possa de alguma forma contribuir com vocês aqui do Morro do Amaral. Muito obrigado mesmo!

## Anexo II - Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética de Pesquisa com Seres humanos



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Narrativas Sobre a Pesca Artesanal na Ilha do Morro do Amaral.

**Pesquisador:** FABIO MOREIRA

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 26948419.2.0000.5366

**Instituição Proponente:** FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE - UNIVILLE

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.918.218

#### **Apresentação do Projeto:**

Conforme exposto no parecer substanciado nº 3.859.224.

#### **Objetivo da Pesquisa:**

Conforme exposto no parecer substanciado nº 3.859.224.

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Conforme exposto no parecer substanciado nº 3.859.224.

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Conforme exposto no parecer substanciado nº 3.859.224, no entanto, o pesquisador informa que será responsável pela guarda e posse dos documentos gerados pela pesquisa por cinco anos.

#### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

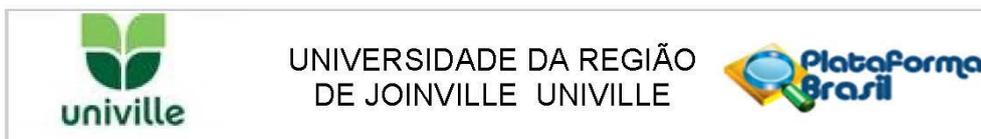
Conforme exposto no parecer substanciado nº 3.859.224.

#### **Recomendações:**

Ao finalizar a pesquisa, o (a) pesquisador (a) responsável deve enviar ao Comitê de Ética, por meio do sistema Plataforma Brasil, o Relatório Final (modelo de documento na página do CEP no site da Univille Universidade).

Segundo a Resolução 466/12, no item

**Endereço:** Rua Paulo Malschitzki, n° 10. Bloco B, Sala 119. campus Bom Retiro  
**Bairro:** Zona Industrial **CEP:** 89.219-710  
**UF:** SC **Município:** JOINVILLE  
**Telefone:** (47)3461-9235 **E-mail:** comitetica@univille.br



Continuação do Parecer: 3.918.218

#### XI- DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

XI.2 - Cabe ao pesquisador:

d) Elaborar e apresentar o relatório final;

Modelo de relatório para download na página do CEP no sítio da Univille Universidade.

#### Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto "Narrativas Sobre a Pesca Artesanal na Ilha do Morro do Amaral.", de CAAE "26948419.2.0000.5366" teve sua(s) pendência(s) esclarecida(s) pelo(a) pesquisador(a) "FABIO MOREIRA", de acordo com a Resolução CNS 466/12 e complementares, portanto, encontra-se APROVADO.

Informamos que após leitura do parecer, é imprescindível a leitura do item "O Parecer do CEP" na página do Comitê no sítio da Univille, pois os procedimentos seguintes, no que se refere ao enquadramento do protocolo, estão disponíveis na página. Segue o link de acesso <http://www.univille.edu.br/pt-BR/univille/prpreeitorias/prppg/setores/area-pesquisa/comite-etica-pesquisa/status-parecer/645062>

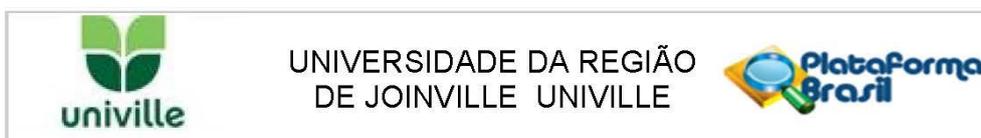
#### Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade da Região de Joinville - Univille, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

#### Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1475493.pdf	10/03/2020 17:59:09		Aceito
Outros	Carta_Resposta_Fabio.jpg	10/03/2020 17:57:31	FABIO MOREIRA	Aceito
Folha de Rosto	Plataforma_Brasil.pdf	12/12/2019 15:19:59	FABIO MOREIRA	Aceito
Outros	ROTEIRO_de_PERGUNTAS.docx	12/12/2019 14:56:08	FABIO MOREIRA	Aceito
Outros	Termo_Uso_Imagem.doc	12/12/2019 14:38:05	FABIO MOREIRA	Aceito

**Endereço:** Rua Paulo Malschitzki, nº 10. Bloco B, Sala 119. campus Bom Retiro  
**Bairro:** Zona Industrial **CEP:** 89.219-710  
**UF:** SC **Município:** JOINVILLE  
**Telefone:** (47)3461-9235 **E-mail:** comitetica@univille.br



Continuação do Parecer: 3.918.218

Outros	Termo_de_Doacao_de_Entrevista_Oral.docx	12/12/2019 14:37:12	FABIO MOREIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Morro_do_Amaral.docx	12/12/2019 14:31:53	FABIO MOREIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Fabio_Moreira_Narrativas_Morro_do_Amaral.doc	12/12/2019 14:31:18	FABIO MOREIRA	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

JOINVILLE, 16 de Março de 2020

---

**Assinado por:**  
**Marcia Luciane Lange Silveira**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Rua Paulo Malschitzki, nº 10. Bloco B, Sala 119. campus Bom Retiro  
**Bairro:** Zona Industrial **CEP:** 89.219-710  
**UF:** SC **Município:** JOINVILLE  
**Telefone:** (47)3461-9235 **E-mail:** comitetica@univille.br

### ANEXO III – A PESCA DO CAMARÃO



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, fevereiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, fevereiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, fevereiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, fevereiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, fevereiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, fevereiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, fevereiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, fevereiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, fevereiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, fevereiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, fevereiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, fevereiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, fevereiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, fevereiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, fevereiro/2021.

**ANEXO IV – A PESCA DE REDE**

Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, fevereiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, fevereiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, fevereiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, fevereiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, fevereiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, fevereiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, fevereiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, fevereiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, fevereiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, fevereiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, fevereiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, fevereiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, fevereiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, fevereiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, fevereiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, fevereiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, fevereiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, fevereiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, fevereiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, fevereiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, fevereiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, fevereiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, fevereiro/2021.

**ANEXO V – MORRO DO AMARAL E BAÍA BABITONGA**

Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, setembro/2020.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, setembro/2020.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, setembro/2020.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, setembro/2020.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, setembro/2020.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, setembro/2020.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, setembro/2020.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, setembro/2020.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.



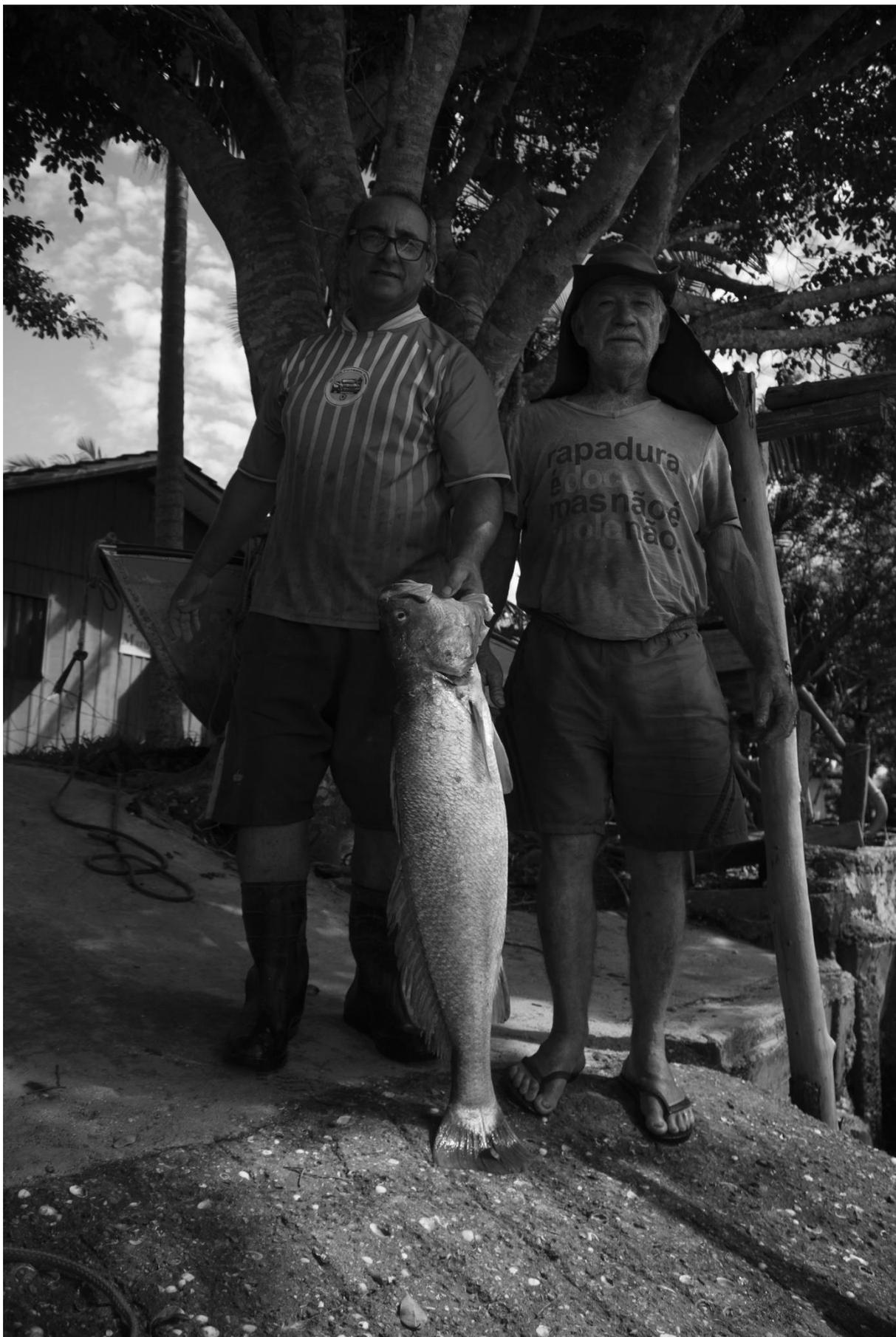
Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.



Fonte: Arquivo de Fabio Moreira, janeiro/2021.

## AUTORIZAÇÃO

Nome do autor: Fabio Moreira

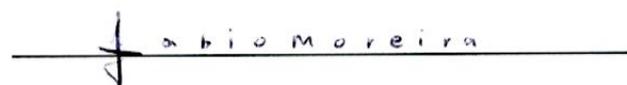
RG: 5.253.894

Título da Dissertação:

**NARRATIVAS SOBRE A PESCA ARTESANAL NA ILHA DO MORRO DO AMARAL, JOINVILLE, SC**

Autorizo a Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, através da Biblioteca Universitária, disponibilizar cópias da dissertação de minha autoria.

Joinville, 26 de julho de 2021.

A horizontal line with a handwritten signature 'Fabio Moreira' written across it.

Fabio Moreira